

21-9



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

A RETÓRICA DE JOÃO ALBASINI

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em *Linguística* da Universidade Eduardo Mondlane

Juvenal Bucuane

Maputo, 2001

82-92 (679)
B926π 06



F. LETRAS D.E.M.	
R. E.	28056
DATA	2/ Novembro/01
AQUISIÇÃO	m o e t a
COTA	LT-9

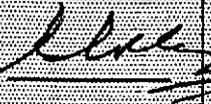
A RETÓRICA DE JOÃO ALBASINI

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em *Linguística* da Universidade Eduardo Mondlane por
Juvenal Bucuane

Departamento de Letras Modernas
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: *Profª Doutora Fátima Mendonça*

Maputo, 2001

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
			17/09/01

A RETÓRICA DE JOÃO ALBASINI

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

Aos meus irmãos

À minha mulher

Aos meus filhos

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência para a obtenção de qualquer grau acadêmico, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a todos os meus professores do Curso de Linguística que me proporcionaram os instrumentos de entendimento e análise das questões que tratei neste estudo.

À Profª. Doutora Fátima Mendonça, por quem tenho muita admiração e apreço, minha professora de Literatura Moçambicana em Língua Portuguesa, minha supervisora de tese de licenciatura. Ela animou-me o suficiente para me compenetrar, de verdade, na outra forma de fazer literatura – o jornalismo. Interiorizei o tema sugerido, com entusiasmo, com gosto, pois, através dele, fiquei a conhecer o jornalista João Albasini, ao mesmo tempo que me familiarizei com o apaixonante território filosófico onde impera a retórica.

À Direcção da PETROMOC pela prontidão com que me proporcionou condições favoráveis para a grande caminhada que se me abria à frente, de ser um estudante trabalhador, uma longa marcha que saiu, vitoriosa e em tempo normal.

Aos meu colegas de Linguística com quem vivi desde os primeiros momentos as inquietações e utopias sobre o curso.

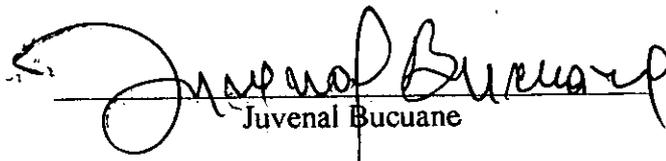
A todos os que dedicaram o seu saber e paciência para me darem algumas luzes sobre a vida e a obra do jornalista moçambicano João Albasini.

A todos os que dedicaram o seu saber e paciência para me darem algumas luzes sobre a vida e a obra do jornalista moçambicano João Albasini.

Aos meus pais, Luís Bucuane e Elisa Marquele pela progenitura e pela educação modesta mas, sobretudo, humilde que me souberam proporcionar, razão de tantos amigos que bem me querem, quantos os que comigo hoje calcorreiam os caminhos do mundo.

A todos os meus amigos, pela sua lealdade e pelas grandes lições da vida que a sua desinteressada dedicação a tudo o que nos é comum, me tem dado.

À minha mulher Ana Maria e aos meus filhos Cláudio, Nalva Elisa e Luís Júlio (Pusso), pela sua permanente companhia e pelo alento necessário para que eu não desanimasse no grande projecto de estudo e elaboração deste trabalho.


Juvenal Bucuane

RESUMO

O presente trabalho tenta percorrer a produção jornalística de João Albasini, durante o período editorial do jornal *O Africano* (1908/1919). A nossa abordagem incide sobre a vertente retórica, por nos termos apercebido de que ela não tem sido privilegiada, nos estudos que se têm feito.

Ao longo do nosso estudo, na introdução procedemos à identificação do tema e à determinação da sua importância, a partir do questionamento da relação dos escritos de João Albasini com a retórica como arte de fazer bons discursos e da razão de João Albasini recorrer a tão elevado nível de escrita, se a camada social que ele defendia mal sabia falar, ler ou escrever a língua portuguesa; apresentamos uma hipótese de investigação que se centra na admissão de que João Albasini se dirigisse a um público específico, a julgar pela forma interpelativa com que redigia os seus textos e, a finalizar a introdução, delimitamos o objectivo do nosso estudo, estruturando-o.

No Capítulo I abordamos aspectos que têm a ver com a época de João Albasini, partindo das origens do jornalista, passando pelo ambiente familiar, consagração, pelas vivências comunitárias em que se destaca o papel preponderante do GALM e dos seus órgãos de imprensa: *O Africano* e *O Brado Africano* e da sua relação com a Liga Africana de Lisboa, naquilo que pode considerar a vertente externa da acção do Grémio, até a abordagem específica de *O Africano* e a actividade jornalística naquela associação.

O protonacionalismo, como o embrião pioneiro do nacionalismo africano nas colónias portuguesas, também mereceu destaque neste capítulo.

O protonacionalismo, como o embrião pioneiro do nacionalismo africano nas colónias portuguesas, também mereceu destaque neste capítulo.

No Capítulo II dedicamo-nos à Retórica, tentando esboçar os vários conceitos e definições ao longo da sua existência e pratica; as suas origens entre os gregos, a sua pratica pelos romanos e estabelecemos os seus géneros principais, para depois afluirmos na sua pratica nos tempos modernos, tendo como ponto de partida, a sua renovação, baseando-nos, para o efeito, nos estudos de Ducrot – Todorov e Perelman e sobretudo deste último, considerado neo-aristotélico, a quem se imputa a responsabilidade pela actual reabilitação e renovação da retórica.

No Capítulo III procedemos à análise de alguns textos jornalísticos de João Albasini, seleccionados e agregados em grandes temas que constituíram algumas das fontes da escrita do autor: A Colonização, o Ensino, o Serviço Militar, a Migração, o Trabalho Forçado, o Vinho Colonial, os Terrenos. A finalizar o estudo, apresentamos as conclusões suscitadas pelas pesquisas feitas e as recomendações julgadas relevantes, sugerindo o prosseguimento deste tipo de trabalho, por outros interessados pelo tema e listamos a bibliografia consultada.

INDICE

1	Introdução.....	1
1.1	Identificação e importância do tema.....	1
1.2	Hipótese de investigação.....	2
1.3	Delimitação do objecto de estudo (Corpus).....	4
Capítulo I.....		5
1	João Albasini e a sua época.....	5
1.1	As origens e o ambiente familiar.....	5
1.2	As vivências comunitárias.....	7
1.3	O papel da imprensa no início do século XX e sua relação com o Protonacionalismo.....	11
1.4	O Grémio Africano de Lourenço Marques e o jornal <i>O Africano</i> , suas actividades e sua relação com a Liga Africana de Lisboa.....	16
Capítulo II.....		21
2	Retórica: Conceitos e definições (Quadro teórico e revisão bibliográfica).....	21
2.1	Aspectos preliminares.....	21
2.2	As origens da Retórica – os gregos.....	21
2.3	Os romanos e a Retórica.....	25
2.4	Algumas definições da Retórica ao longo dos tempos.....	27
2.5	A renovação da Retórica.....	28

INDICE

1	Introdução.....	1
1.1	Identificação e importância do tema.....	1
1.2	Hipótese de investigação.....	2
1.3	Delimitação do objecto de estudo (Corpus).....	4
	Capítulo I.....	5
1	João Albasini e a sua época.....	5
1.1	As origens e o ambiente familiar.....	5
1.2	As vivências comunitárias.....	7
1.3	O papel da imprensa no início do século XX e sua relação com o Protonacionalismo.....	11
1.4	O Grémio Africano de Lourenço Marques e o jornal <i>O Africano</i> , suas actividades e sua relação com a Liga Africana de Lisboa.....	16
	Capítulo II.....	21
2	Retórica: Conceitos e definições (Quadro teórico e revisão bibliográfica).....	21
2.1	Aspectos preliminares.....	21
2.2	As origens da Retórica – os gregos.....	21
2.3	Os romanos e a Retórica.....	25
2.4	Algumas definições da Retórica ao longo dos tempos.....	27
2.5	A renovação da Retórica.....	28

ABREVIATURAS

CFLM = Caminhos de Ferro de Lourenço Marques

GA = Grémio Africano

GALM = Grémio Africano de Lourenço Marques

JA = João Albasini

W.N.L.A. = Witwatersrand Native Labour Association

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Identificação e importância do tema

O tema do presente trabalho tem como finalidade demonstrar evidências retóricas nos textos jornalísticos e interventivos de João Albasini, escritos no período entre 1908 e 1919 e publicados no jornal *O Africano*.

Despertou-nos este interesse o facto de, embora João Albasini tivesse como seu fundamental interesse e empenho a defesa dos africanos indígenas de Moçambique, da acção arbitrária dos colonialistas, o ter feito com um apurado conhecimento da língua, como veículo de comunicação sócio-cultural. Nota-se, na sua escrita, o recurso às técnicas de bem dizer só imputáveis ao exercício retórico.

São textos que se enquadram nos géneros que fundamentam aquela disciplina oratória. Deste modo, merecerão a nossa atenção, o entrosamento dos textos jornalísticos de João Albasini e o seu protagonismo no universo da retórica enquanto manancial de actos elocutórios e perlocutórios. Através destes actos são escolhidas e dispostas as palavras e frases; são actos de perlocução quando se viram para a evidência dessa interpelação e a resposta à interpelação, como pressupostos da existência de uma interlocução viva. Os intervenientes usam a argumentação, elemento importante na retórica, como um dado integrante do seu discurso, num processo racional, e num ambiente aberto para o seu livre exercício. A presença de elementós que evocam a perlocução, orienta o nosso interesse em demonstrar o carácter argumentativo dos textos de João Albasini.

Estudiosos como A. Rocha, V. Zamparoni, F. Mendonça, J. Moreira, J. Capela, M. Andrade, J. Penvenne, só para mencionar alguns que até aqui se dedicaram a João Albasini e à sua obra, elegeram outras vertentes que julgaram interessantes para a

divulgação do seu labor jornalístico. Debruçaram-se mais sobre os seus lados político, de lutador incansável pela causa dos africanos maltratados pelo colonialismo e de jornalista intervencionista. Pouco enveredaram pela procura de aspectos estético-linguísticos na vertente discursiva, eminentemente retórica, ou nela substanciados. A leitura dos textos do jornalista transporta-nos para o mundo da retórica, dada a forma apurada em que foram escritos, como fruto do ambiente em que decorreu a sua formação escolar.

João Albasini era oriundo de uma camada social privilegiada, pertencia a uma das elites letradas da sociedade africana da época em que viveu e foi discípulo de um religioso católico. À classe clerical, na época, tinham sido confiadas pela administração colonial, o culto e a difusão da instrução. Estes factores, contribuíram muito para as influências que o moldaram, tornando-o num observador arguto do quotidiano, e exímio na arte de bem dizer/escrever.

Estabelecemos como tema de pesquisa: *A Retórica de João Albasini* que nos suscita a seguinte questão: Por que razão, este jornalista recorre a tão elevado nível de escrita, se a maioria das pessoas que pretende defender, não sabe falar, ler ou escrever a língua portuguesa, sendo apenas um reduzido número de pessoas, incluindo os assimilados que dela têm algum conhecimento?

Julgamos que o real destinatário dos textos de João Albasini, está patente na textura dos seus escritos, implícita ou explicitamente.

1.2 – Hipótese de investigação

Decorrente do tema e do problema, ocorre-nos a hipótese de investigação que nos leva a admitir que João Albasini tinha um destinatário específico, a julgar pela forma interpelativa com que redigia os seus textos. Ele interpelava os seus destinatários com

argumentos persuasivos e convincentes a sustentar as suas teses, não nos parecendo que esses destinatários fossem os que tenazmente defendia, uma vez que notamos a inexistência, nessa época, de escolas aonde as populações indígenas pudessem ir aprender a língua portuguesa para a perceberem e para comunicarem com os outros. Estamos em crer que ele escrevia acerca desses *indigentes* e não para eles. O seu alvo eram as instituições coloniais, desde os mais altos dignitários da metrópole e da província, até aos mais baixos funcionários públicos, que tentava persuadir, usando para isso o argumento do seu estatuto de "cidadão português". Para além de que, também se dirigia à elite de mestiços e de pretos assimilados de quem, supomos, esperava adesão aos seus ideais. Utilizava uma linguagem bastante cuidada, na perspectiva de um consenso entre interlocutores que se reconhecem mutuamente como iguais, como sujeitos de um e o mesmo discurso que, pondo de fora a violência, pode mover a mente do outro, ou seja, a pode co-mover, pois, de acordo com Cardoso e Cunha no prefácio a *Da retórica* de Nietzsche (1999:12), "A violência exclui a persuasão. Torna-a inútil". João Albasini tinha consciência de que, na sociedade em que estava inserido, moviam-se forças adversas que se repeliam, e sentia-se com um certo poder que o distinguia do todo social, daí que se sentisse também sujeito daquilo que enunciava e sabia que os seus leitores também o eram, todos diferenciados. Só assim a persuasão tem sentido quando, entre os interlocutores existe diferenciação, isto é, a individualidade privada dos interlocutores possibilita a postura persuasiva. Só deste modo alguém pode convencer outrem de alguma coisa. "(...) só num contexto social e cultural onde haja lugar para uma distinção entre o público e o privado se poderá desenhar uma situação persuasiva e conseqüentemente retórica, (...)", conforme afirma Cardoso e Cunha no prefácio a *Da retórica* de Nietzsche (1999:11), citando Clastres.

1.3 – Delimitação do objecto de estudo (*corpus*)

O objecto do nosso estudo baseia-se num *corpus* que julgamos pertinente para esta análise, conducente às conclusões perspectivadas. Para o efeito foram seleccionados 17 (dezassete) textos cujos conteúdos são eloquentes, quanto aos elementos com as características retóricas que pretendemos evidenciar, enquadrados especificamente em 7 (sete) grandes temas, que oportunamente apresentaremos. Tais textos, inseridos nos *anexos* que constituem o *corpus*, podem ter sido o fio condutor da produção jornalística de João Albasini.

CAPÍTULO I

1 - JOÃO ALBASINI E A SUA ÉPOCA

1.1 - As origens e o ambiente familiar

João Albasini é figura de proa de uma primeira geração de assimilados de Lourenço Marques.

Pela sua singularidade, apresentaremos uma breve nota biográfica: Era neto de um português de origem italiana, de quem herdou o nome e de Maxaquene Mpfumo, chefe clânico e sobrinho da rainha Sibebe de Mpfumo, sendo portanto, produto de uma das alianças então em vigor, caracterizadas por casamentos entre comerciantes estrangeiros e autoridades locais. Estas práticas, de acordo com Penvenne (1993:103), “constituíam a base da riqueza em terras de muitos proprietários afro-europeus da cidade”. Ele era um afro-europeu. Seu avô europeu, era comerciante de marfim, recrutador de mão-de-obra e foi cônsul de Portugal no Transval, por ter estabelecido relações comerciais favoráveis ao porto de Lourenço Marques, aquando da guerra anglo-boer, e isolamento no Transval dos *afrikanders*. Eram os primórdios da colonização efectiva de Moçambique, o tempo em que os colonos investiam com toda a sua força repressiva na exploração das riquezas do território, a caça desenfreada das espécies animais valiosas como é o caso do elefante para extracção do marfim e em que se praticava o *chibalo*, favorecido pelas leis da administração colonial então vigentes, protectoras da procura regional desenfreada de força de trabalho. João Albasini (avô do jornalista), teve a sua primeira ligação com uma mulher negra da área de Magul, de quem teve um filho de nome Francisco João Albasini. Este casou com Kocuene Mpfumo (de nome português: Joaquina Correia de Oliveira), filha do chefe Maxaquene, sobrinha da rainha Sibebe e neta do régulo do clã Mpfumo, do Maxaquene, o maior clã

africano da área de Lourenço Marques. Da união resultaram quatro filhos: João dos Santos Albasini, conhecido por Nwandzengele, o jornalista, José Francisco Albasini, também jornalista, António Paulino Albasini e Maria Isabel Albasini.

João Albasini era, genealogicamente, de sangue azul por parte materna e de reconhecido prestígio por parte paterna, o que o guindou para uma instrução escolar sólida, para os desafios da época em que viveu. Segundo Moreira (1997:50), “JA, descendente de um aristocrata italiano e da família real da Maxaquene, à aristocracia de origem juntavam-se a superioridade intelectual, a educação ocidental, a posição económica, a sua função associativa.” Zamparoni (1998:401) afirma:

“Certamente estas vinculações com importantes clãs da região, além de sua ascendência paterna europeia, contribuíram para o seu acesso, ainda que restrito, à educação e ao convívio com os europeus com quem procuravam estreitar laços de apadrinhamento.”

Consta que, ao nível familiar, dos quatro irmãos Albasini, de acordo com o Censo de 1894, os três homens, como o afirma Zamparoni (1998:4), “moravam na Avenida Afonso de Albuquerque, então bastante longe da cidade, rua que na altura só tinha nove moradores...” viviam sob tutela de José Aniceto da Silva, chefe dos serviços postais em Moçambique, oriundo de Goa. Era ele quem cuidava da sua educação.

A irmã, Maria Isabel, era serviçal em casa do Juiz de Direito Manuel Pereira Pimenta de Sousa e Castro. Ainda de acordo com Zamparoni (1998:401) “Ter a irmã sob a guarida de importante figura da sociedade colonial local, era procurar abrir um caminho que lhe possibilitaria acesso à educação formal e a hábitos de convívio europeus.”

João Albasini aprendeu as primeiras letras na escola paroquial de Lourenço Marques, como discípulo do padre Domingos Luís Caetano de Sousa. Ainda no século XIX foi, durante alguns meses, ajudante de despachante.

Nicanor da Sylva (1925:V), no prólogo que faz ao *O Livro da Dor*, edição póstuma de uma produção epistolar amorosa, refere-se à sua estatura jornalística e à sua nobreza de carácter, aspectos que terão ajudado ao lado retórico da sua escrita ora em análise: "...o primeiro jornalista talvez da Província de Moçambique, que pela correcção dos seus escritos e pela honestidade do seu carácter, semeou simpatias, criou afectos e conquistou a admiração pública. [...] Era grande a sua modéstia e sem limites a sua bondade..."

1.2 – As vivências comunitárias

João Albasini revela-se como jornalista no início do século XX, como fenómeno resultante daquilo que se chamou de *impacto urbano*. As cidades africanas, tinham um sistema social binário, subdividiam-se em duas cidades: uma branca e outra suburbana. A branca tinha um traçado geométrico que denotava ordenação e controlo; a suburbana, desordenada e miserável, lugar vivencial do africano, mão-de-obra barata para trabalho duro em construção civil, em carregamentos no porto e em serviços domésticos. Nessa época, de acordo com Carvalho (1998:286) "Três vias se desdobravam perante o africano que aí chegava: (1) a miséria dos subúrbios, ...; (2) o desemprego...; (3) a «assimilação», para os mais «evoluídos»(...). Desta terceira categoria sairão os pioneiros urbanos do nacionalismo moçambicano" como João Albasini pertencendo a uma camada social privilegiada, elitizada, letrada, que surge numa altura em que a administração colonial, só por si, não teria sustentação se não se fundasse na formação de quadros subalternos, do ponto de vista político e económico. João Albasini, foi

produto dessa acção, como o foram muitos outros noutras paragens do mundo onde se exerceu o colonialismo.

A geração de João Albasini estava exposta às condições políticas denotadoras da transição da monarquia para a I República Portuguesa. Segundo José Capela (1996), esta geração protagonizava uma imprensa africana precoce, se se considerar a tendência, invariavelmente eurocêntrica, de toda a existente na época. De facto, a proclamação da República em Portugal, foi uma porta aberta, em todo o conjunto do *Império*, para novas perspectivas que tiveram como corolário, do ponto de vista legislativo, a disseminação de *associações de classe*. De acordo com o registo de Andrade (1997:86) “Este contexto favoreceu objectivamente a explosão de organizações com vocação corporativa, social e política, apoiadas em suportes de difusão das suas ideias – a imprensa”. A inserção destas organizações em diferentes contextos geográficos originou a sua classificação, tendo em conta dois espaços: o espaço interno relativo às colónias e o espaço externo relativo à *Metrópole Portuguesa*. Ao longo de sua existência, elas estabeleceram uma rede relacional, com ligações e articulações, uma corrente permanente de informações, de consultas e de práticas sociopolíticas. Em Lourenço Marques, surgiu o Grémio Africano, na linha do associativismo que abrangia grupos sociais com uma comparticipação compartimentada na vida socio-cultural de então. Segundo Neves (1989:50), “Da observância do fenómeno associativo, depreende-se em primeiro lugar, a existência de um número elevado de associações com fins distintos...” É nesta perspectiva que segundo a mesma autora, vemos o GALM a pertencer ao grupo das associações “...de defesa, instrução e recreio – clubes privilegiando o encontro de pessoas da mesma comunidade organizando festas características, frequentemente com fins altruístas, revertendo os lucros para instituições de beneficência”. Esta associação,



incluía um ponto importante na sua acção programática que tinha a ver com a educação do nativo em língua portuguesa, o que direccionou a sua luta no sentido de o governo autorizar a criação de escolas normais e de artes e ofícios, contribuindo o exercício da imprensa escrita nos seus jornais para que muita gente instruída identificada com a causa da associação se reunisse à sua volta. Isso teve muita importância para trocas de experiências em debates à volta da condição do "indígena" moçambicano, ante a presença colonial e as suas acções. Aquela situação, graças à criação do jornal *O Africano*, prestava-se à emergência de uma elite letrada, numa altura em que era permitido o exercício de uma imprensa relativamente livre, isto é, ainda sem os mecanismos institucionais de censura, que o Estado Novo de Salazar viria a impôr. De acordo com Rocha, (Ribeiro-Sopa 1996:31):

“A evolução de Lourenço Marques foi acompanhada pelo cruzamento de influências culturais diversas – africanas, europeias e asiáticas [...] De facto, a partir de 1910, desdobraram-se as iniciativas de organização de associações dos mais diversos tipos... procurando todas dar respostas a atender os problemas concretos com que dia a dia se confrontavam os seus associados ou filiados”.

Lourenço Marques era um albergue de uma burguesia local espartilhada em diversas nacionalidades, com profundos interesses no controlo do comércio, fosse ele de bens ou mão-de-obra. A sua importância regional era crescente, o que originou que nela se instalasse uma burguesia que encabeçava os interesses estrangeiros, notoriamente ingleses que, segundo Rocha (1997:61), se entregaram, entre outras coisas, “a pressionar o governo português para a construção de vias de comunicação rumo à região aurífera e diamantífera de Transval.” Portanto, em Lourenço Marques, a comunidade estava ligada ao Transval. Algumas forças sociais não se importariam que a união entre Moçambique e as colónias britânicas, formando o que se chamaria Confederação da África do Sul, fosse uma realidade, dados os interesses em causa.

Este ambiente propiciou os escritos de João Albasini que numa atitude de permanente ambivalência defendia os interesses dos nativos de Moçambique, e em simultâneo os dos mulatos e assimilados, agregados no GALM, cuja luta se centrava no reconhecimento do seu estatuto como cidadãos portugueses. Nessa época, como afirma Honwana (1989:70):

“ele dizia-se republicano (em oposição à monarquia) e era bem relacionado nos meios republicanos portugueses [...] O João Albasini era amigo pessoal de Brito Camacho (Alto-comissário de Moçambique) e de outros republicanos [...] Em 1922 o João Albasini já era conhecido como o homem das ideias republicana”.

O ambiente que pairava à volta deste homem era por isso propício ao exercício livre da actividade jornalística e política para os tidos como *civilizados*, se se tiver em conta que a proclamação da República em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, trazia consigo a revitalização da liberdade de criação de associações de classe e da actividade de imprensa, embora em moldes bastante vigiados. O fim desta fase coincide com a morte do jornalista, em 1922.

Entre 1920 e 1922, os mulatos e os assimilados do GALM envolveram-se no processo eleitoral com vista à Assembleia Legislativa Portuguesa. O seu desejo era colocar naquela assembleia, um representante que zelasse pelos interesses de todos os africanos de Moçambique. Inicialmente não simpatizavam com a ideia por a julgarem falseadora da realidade, porque, segundo Moreira (1997:173):

“...os africanos, mesmo que assimilados, não eram muito dados a tais cerimónias, europeias, as eleições constituíam assunto dos brancos... [...] os principais representantes dos assimilados, intelectuais como JA, tinham um desprezo absoluto pelo processo eleitoral, considerado como um momento de agudização da politiquice rasteira e nada mais. [...] Por detrás de tudo estava a consciência dos africanos de que não seriam eleitos candidatos seus, nem a seu favor”.

A desconfiança dos africanos mostrava-se, porém, permeável às ideias eleitoralistas. Essa fragilidade lia-se no seu jornal, o qual evidenciava uma certa dose de

consciencialização política que, paulatinamente, abraçava a ideia das eleições. O liberalismo republicano empenhou-se em ir abrindo fissuras no tecido de retenção da adesão dos mulatos e assimilados. Foi então que vários factores internos e externos se manifestaram, tendentes a persuadi-los a aderir. Fizeram-no, colocando o conceituado jornalista João Albasini como seu candidato.

Alguns dos factores preponderantes para o interesse do GALM pelo processo eleitoral, foram: 1) a *portaria dos assimilados* de 13 de Janeiro de 1917, inserida nas leis de excepção feitas com o propósito meramente vexatório: "...a qual os subordinava de tal modo a uma posição legal inferior que deu origem a um momento de unidade excepcional e fundamental que iria impor de uma vez por todas a necessidade de legalização e reactivação do GA", Moreira (1997:174); 2) a ida de João Albasini à Europa, aonde, certamente, se foi apetrechar de novas ideias; 3) o facto de os assimilados verem-se diante da flexibilidade de um Governador Geral Interino (o juiz Moreira da Fonseca), em Lourenço Marques, o qual se mostrava, conforme Moreira (1997:174), "...capaz de atender algumas das suas exigências." Portanto, a portaria dos assimilados, o ida de JA à Europa, a flexibilidade do então Governador Geral Interino e muitos outros factores, jogaram um papel decisivo para que o GALM se interessasse e se fizesse presente no escrutínio de 1922 para a Assembleia Legislativa Portuguesa, através do seu candidato JA.

1.3 - O papel da imprensa no início do século XX e sua relação com o

protonacionalismo

A imprensa da época de *O Africano* tinha um carácter aberto, interventivo e contestatário, em relação às acções da administração colonial. Todavia, a imprensa

africana era considerada precoce, uma vez que toda a outra era invariavelmente europeizada. A designação de *Imprensa Africana* identifica-a com os seus produtores e tem em conta os problemas nela veiculados e as línguas africanas nela utilizadas. A generalidade da imprensa moçambicana tinha como suas opções editoriais as línguas europeias, nomeadamente o Português e o Inglês, esta última por influência das colónias britânicas vizinhas de Moçambique, com interesses declarados na então possessão lusitana. A *Imprensa Africana* é anterior à proclamação da República em Portugal e fruto do liberalismo português. O liberalismo era uma ideologia que integrava certos aspectos das ideias 'iluministas' e da maçonaria. O seu advento abriu um vasto campo de pleno exercício da *Livre comunicação dos pensamentos* materializada nos movimentos associativos, na imprensa, na eloquência parlamentar e na literatura política. A ideologia liberal favorecia a ideia, por exemplo, de que a escravatura não tinha sentido. Neste âmbito, podemos evocar a emergência do protonacionalismo, como embrião pioneiro do nacionalismo africano nas colónias portuguesas que se associa à emergência de um discurso que se distingue dos outros discursos da época.

Os vários tipos de imprensa da época em estudo, variavam entre *Imprensa Africana*, e a *Imprensa Operária*, aguerrida, que, de certo modo, agitou Lourenço Marques, exercida por grupos de operários portugueses anarco-sindicalistas, tendo como acções o incitamento a greves e manifestações de rua. Conheceu vários órgãos destacados: como *Os Simples*, *O Germinal* e *O Emancipador*, publicados continuamente entre 1911 e 1934. Nela muitos jornalistas de diferentes origens sócio-culturais e raciais produziram textos genericamente argumentativos, com vigor perlocutório interativo entre as forças em confronto: a administração colonial e as suas leis arbitrárias, e os defensores da causa das camadas desfavorecidas."

Aurélio Rocha, em: *Da Ideia de Autonomia...* (1995:80) considera existir uma certa originalidade no discurso dessa Imprensa Africana e acrescenta: "Todavia, deve dizer-se que a maioria dos textos dessa imprensa, limitou-se a enumerar as razões dos agravos dos nativos contra a administração colonial e, de modo vago e esporádico, contra a Metrópole, numa perspectiva de agitação imediata". Esta afirmação é plausível uma vez que não é extensiva a todos os textos da época, bastando a rememoração da acção do GALM e dos seus jornais. De acordo com Zamparoni (1998:4-5), era uma imprensa "Multivocal por excelência, esta fonte, se não a mais rica, é sem dúvida aquela que se traduz de forma mais cristalina, fazendo emergir o clima, as alegrias, as tensões, as ansiedades, as esperanças e os conflitos da época". Ligando estes aspectos às características mais salientes de outras associações existentes no espaço português de então, conseqüentemente ao protonacionalismo, podemos distinguir três vectores notórios caracterizavam o discurso protonacionalista. Segundo Andrade (1997:77), ele era "fragmentário..., descontínuo... e ambivalente..." Isto leva-nos a aduzir que era um discurso incoeso, do ponto de vista do pensamento e da acção, devido às diferenças sócio-culturais e à dispersão geográfica dos actores, intermitente, quanto à sua manifestação temporal; ambivalente, face ao colonialismo, pois, enquanto fosse em prol das populações indígenas dos territórios ocupados, não prescindia da cidadania portuguesa, característica encontrada em João Albasini e seus correligionários do GALM.

Naquele ambiente, a interpelação ganhava vulto em actos perlocutórios só possíveis onde haja espaço para o exercício da liberdade e, sobretudo, em que os cidadãos sejam iguais, à luz das leis vigentes. A actividade jornalística era um espaço de conflitualidade produzido entre a visão do colonizado que refutava as arbitrariedades

coloniais e a visão do colonizador com os seus princípios ou leis coloniais de excepção, cuja justificação ou argumento era civilizar o *indígena* e legitimar o trabalho forçado.

Esta era a característica fundamental da época em que João Albasini escreveu. Trata-se da época de gestação de uma geração exposta às condições políticas dominantes da fase final da monarquia que iam cedendo lugar à fase inicial da I República portuguesa. Uma geração que não se furtou às influências de uma teoria geral com origem nas camadas liberais de governantes portugueses que defendiam que as mesmas leis vigerassem tanto na metrópole como nas colónias, mas que, a um tempo, lutavam contra posturas legais discriminatórias que culminaram com a criação da Secretaria dos Negócios Indígenas e a promulgação da Portaria que estabelecia a base de assimilação.

De acordo com Mendonça (1989:11):

“A geração que produz os primeiros homens de letras moçambicanos situou a sua acção entre 1908 e 1940. Sofre assim o efeito de uma política de assimilação em ascensão, que só a partir de 1936/37 se altera qualitativamente pela entrada em acção da política do Estado Novo”.

Fixando-nos nesse tempo, verificamos, de acordo com a constatação de Andrade (1997) que foi em 1911, com o lançamento do jornal *O Negro*, em Portugal (altura em que o GALM se multiplicava em actividades de luta pelos direitos dos indígenas e da reivindicação da cidadania portuguesa), que floresceu o ideário protonacionalista, dinamizado pelas aspirações nativistas. O movimento prolongou-se num período de mais ou menos 20 anos. De acordo com Andrade (1997:77): “... falece no início dos anos 30, submerso pelas contradições inerentes ao Movimento Nacionalista Africano.”. Não se pode dizer, porém que tenha sido um fim radical, uma vez que na época testemunhou-se uma regeneração, ou seja, uma transformação tendente ao Nacionalismo moderno, que levou as então colónias portuguesas a empreenderem uma luta que culminou com as

independências proclamadas na década de 70. Andrade (1997:92), citando o jornal *A Voz d'África*, nº 6 de Novembro de 1912, diz: “Para os ideólogos do protonacionalismo, «toda uma raça... desperta de um longo torpor de séculos... todo um povo... se levanta em plena posse de toda a enérgica pujança da sua vitalidade».”

Era uma dinâmica colectiva de manifestação simultânea, na metrópole e nas colónias. As populações indígenas, anónimas, eram representadas por uma fracção social ‘iluminada’ que tinha como instrumentos difusores das suas acções políticas, os órgãos das associações nativistas, depositários de um pensamento que, segundo Andrade (1997:77) se configura como “...uma produção ideológica que se insere nos movimentos literários da época”.

O protonacionalismo foi impulsionado pelas actividades da Liga Africana de Lisboa, pesasse embora, a ambivalência do seu discurso, pois, segundo Andrade (1997:121), citando José de Magalhães, presidente do Conselho director central da Liga Africana:

“Os regionalistas africanos não proclamam, como alguns, a África para os africanos! Mas também não podem aceitar a África só para os Europeus, o que eles pretendem é uma cooperação entre brancos e nativos numa base equitativa, numa palavra – A África também para os Africanos”.

Se compararmos esta afirmação com uma outra do mesmo autor em que se diz: “«Queremos a África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito das nações que a conquistaram e dos indivíduos que a colonizaram roubando e escravizando os seus indígenas.»”, Andrade (1997:80), citação retirada do jornal *O Negro*, nº1, de 21/03/1911, notamos a incoesão anteriormente referida, quanto ao carácter *fragmentário* (no pensamento e na acção) do discurso protonacionalista.

Como se poderá depreender, perante este ambiente, tanto João Albasini como os seus contemporâneos, estavam sob influência de valores a que não se podiam furtar, daí a sua ambivalência em relação às causas que defendiam e a defesa da manutenção do seu estatuto como cidadãos portugueses. Manuel Ferreira (1985:68-69) conclui esta ideia:

“A ideologia é a trave mestra e a prática política institui-se como consagração do quotidiano. [...] Cidadãos que são escritores por vocação, o seu projecto criativo vai ser a expressão do seu pensamento, da sua vida, ... pressionados pela ambiência ideológica, eles afirmam-se e querem-se partícipes da odisseia nacional”.

1.4 – O Grémio Africano de Lourenço Marques e o Jornal *O Africano*, suas actividades e sua relação com a Liga Africana de Lisboa,

O GALM e o jornal *O Africano*, surgiram simultaneamente em 25 de Dezembro de 1908, mas os estatutos do Grémio foram aprovados, só em Julho de 1920. Foi consequência da abertura do governo português ao associativismo, embora muito antes da proclamação da República Portuguesa existisse já um instrumento legal, o Artigo primeiro do Regulamento geral das associações de classe nas províncias ultramarinas, cujos critérios estavam bem definidos e não permitiam que se ferisse a lei então vigente. A lei estabelecia que as associações de classe eram sociedades cuja composição, rigorosamente devia ter, como indica Andrade (1997:86), “mais de vinte indivíduos, exercendo a mesma profissão ou profissões correlativas, tendo por fim o estudo e a defesa dos interesses económicos, industriais, comerciais ou agrícolas que lhe são comuns.”

Faziam parte das actividades do GALM, desde a sua fundação, entre outras, o protesto contra a insuficiência da educação proporcionada aos não-brancos da colónia; contra a intensificação das barreiras raciais no sistema de educação; contra a manutenção da imigração de estrangeiros europeus e asiáticos que, em detrimento dos

moçambicanos, ocupavam postos de emprego; contra os abusos do trabalho forçado;
contra a exploração dos camponeses como produtores, exigindo a sua valorização
económica. O seu lema era: *Somos portugueses*, pois politicamente, a sua bandeira era a
luta pelos direitos cívicos negados por Portugal, depois de os garantir
constitucionalmente, como salvaguarda da discriminação racial “a todos os indivíduos
que tivessem adoptado os usos e costumes da gente *civilizada*”, de acordo com o registo
de Hedges (1993:21).

O Grémio Africano, para a prossecução dos seus ideais, apoiou-se nos jornais *O Africano* e mais tarde em *O Brado Africano*, travando, através daqueles jornais, uma luta sem quartel contra a Portaria do Assimilado já referida e publicando vários artigos e editoriais mordazes e demolidores em que *O Memorial do Grémio Africano, Contra a Portaria do Assimilado de 1917* foi peça fundamental. O memorial culminou com a revogação da referida portaria, a 18 de Novembro de 1920. Também ajudou muito a deslocação de João Albasini a Lisboa em 1919 que, para além de ir tratar-se de uma enfermidade de que padecia, aproveitou a estada para intensificar a sua atitude de luta pela causa dos africanos desfavorecidos em Moçambique.

No Grémio Africano, destacavam-se os irmãos Albasini, João e José, sendo o primeiro, o João, o mais carismático, dada a sua liderança esclarecida na luta a que os membros da associação se haviam entregue, defendendo a causa das populações africanas seviciadas pelo colonialismo português. João Albasini era a figura mais conceituada entre os africanos de Lourenço Marques, embora as opiniões se cruzassem em relação a outro jornalista africano, Estácio Dias, que, segundo a opinião de Moreira em João Albasini e *O Africano: 1908/9 – Um Ano Novo, Uma Nova Era* (sic), (Ribeiro & Sopa 1996:59), “foi e será sempre o mais intelectual de todos os jornalistas de *O*

Africano e de *O Brado Africano*, tão ou mais hábil e inteligente a escrever que o lendário João Albazini (sic)". Nessa altura a actividade jornalística no *O Africano* foi intensa e não sem constrangimentos. O jornal foi fundado com a edição do *número único* a 25 de Dezembro de 1908, pelos irmãos Albasini. Segundo Ilídio Rocha (2000:236), este número único, já era apoiado pela Maçonaria, em termos de financiamento e só viria a ter uma publicação regular a partir de 1 de Março de 1909. A sua regularidade, a dado passo, foi afectada, no mesmo ano, por dificuldades de ordem financeira, o que ditou o seu encerramento. Reapareceu em 1911, pertença de uma sociedade alheia aos interesses do GALM. Rocha (2000:236) refere que "este jornal foi financiado, na sua fase inicial (1909 - 1915), por uma comissão emanada da Maçonaria, chefiada pelo major Roque de Aguiar, ao tempo o mais alto dignitário da Ordem em Moçambique..."

Mantinhm-se, contudo, os irmãos Albasini no comando do jornal, liderando ainda o GALM. Esta reaparição originou uma acesa polémica à volta de presumíveis compromissos do seu director com as autoridades coloniais, na pessoa do Governador Geral.

Desde então, *O Africano* passa a defender os interesses da colónia, distanciando-se dos verdadeiros ideais por que havia sido fundado, por ter no seio dos seus colaboradores, também brancos que se haviam já, ao fim de muito tempo, radicado em Moçambique e, por razões diversas, se associavam aos interesses dos africanos, contra os abusos e práticas do regime colonial, enquanto o Grémio, nas suas fileiras só integrava mulatos e negros com posição social privilegiada.

Todavia, a partir de 1911, a adesão de vários colonos ao projecto de edição do jornal, teve muita influência, numa altura em que o espectro do domínio da língua inglesa pairava. Era, então, Administrador Secretário do jornal, um funcionário

português dos C.F.L.M., José dos Santos Rufino que defendia os interesses sociais e profissionais dos funcionários públicos da colónia. O jornal definia-se, nessa altura, como independente, em relação à acção dos vários partidos políticos que, então, proliferavam, em contraste com os outros que, na sua maioria, se aliavam a partidos políticos.

Depois da sua intensa actividade, *O Africano* foi em 1918, transaccionado pelos seus proprietários, mais uma vez, por razões financeiras e o seu capital destinado à criação de *O Brado Africano* (1918-1936). Comprou o jornal, o padre Vicente do Sacramento, figura lourençomarquina notável na época. Segundo o autor, que temos vindo a citar, “um colaborador antigo, quer como correspondente no Transval, quer como tradutor e articulista”, Rocha (2000:236).

O jornal *O Africano* foi o primeiro da imprensa africana em Moçambique a ter como critério de linha editorial, utilizar uma língua local, o ronga, ao lado do português;

Vários jornalistas tiveram o seu concurso relevante nas páginas daquele jornal, tendo-se, porém, destacado pela sua atitude perseverante, o jornalista João Albasini, o qual, durante a sua actividade usou, variavelmente, na assinatura dos seus textos, o seu nome e pseudónimos como João das Regras e Chico das Pegas, cujos estilos e vida eram próprios, de acordo com Soares & Zamparoni (s/A:10), “...dando voz literária a figuras típicas da época, mantidas anónimas, João Albasini é um incansável e activo jornalista e literato, procurando que a sua prosa seja elaborada dentro dos mais eruditos princípios literários portugueses.”

João Albasini evidenciou-se, jornalisticamente, nos dois órgãos, de forma eloquente, até à sua morte, a 15 de Agosto de 1922.

Nas suas actividades, o GALM, também contava, ao nível externo, com a Liga Africana de Lisboa, agremiação surgida em 1920. A liga era constituída por indivíduos africanos e associações aderentes aos seus estatutos. Segundo Andrade (1997:120) “esta associação gozava de considerável prestígio e audiência nas colónias”. Em 1920 apoiou o GALM, quando esta decidiu concorrer às eleições legislativas, elaborando um programa de candidatura, direccionado para todas as classes sociais. Para Rocha, (Ribeiro-Sopa,1996:40), “Ideologicamente, o programa pretendia-se na linha do regionalismo africano, em sintonia com a Liga Africana de Lisboa”.

Em jeito de conclusão, diremos que a imprensa do início do século XX, pela intensidade com que era exercida, em harmonia com a luta de classes que então se verificava, foi um lugar propício para a tomada de consciência das difíceis condições de vida em que a administração colonial colocava os chamados indígenas, particularmente de Moçambique, o que inspirou um foco protonacionalista que se viria a espelhar na acção das futuras gerações as quais, embora oriundas da política de assimilação imposta pelo colonialismo, ganhariam consciência nacionalista.

CAPÍTULO II

2 – RETÓRICA: CONCEITOS E DEFINIÇÃO

(Quadro Teórico e Revisão Bibliográfica)

2.1 – Aspectos Preliminares

A história da retórica estende-se a toda a cultura ocidental. De acordo com Ducrot & Todorov (1977:99), "...como disciplina específica é o primeiro testemunho, na tradição ocidental, duma reflexão sobre a linguagem."

É muito frequente, nos dias que correm, conforme Cardoso e Cunha (1999:5-14), ouvir-se dizer:

"... termo «retórica», designando um discurso de palavras ocas e de efeito meramente ornamental... Diz-se de um discurso que ele é «retórico» quando se quer significar a vacuidade de um dispositivo verbal vazio de conteúdo, de sentido, mas cuja ausência substancial é deliberadamente ocultada por uma forma esfuziante de adornos".

Mas ela é muito mais do que isso, é a essência da linguagem plena de argumentação.

A retórica implica poder num espaço próprio, com a palavra eloquente, convencer e ser convencido, persuadir e ser persuadido, seduzir e ser seduzido, mais do que pela verdade, pela verosimilhança.

É, porém, importante que não descuremos a ideia de que a retórica vive, sobretudo, da oralidade: todos os discursos, mesmo que grafados, são feitos para serem ouvidos, o que caracterizou, de forma comum, a literatura clássica greco-romana.

2.2 – As origens da Retórica – os gregos

Nos primórdios da retórica, ela designava a discursividade cujo objectivo era a persuasão, com uso de inumeráveis recursos.

A retórica foi definida pelos seus criadores, como a arte da persuasão, tendo como instrumento a palavra. Isto pressupõe que os gregos tinham criado um ambiente

pertinente, ou seja, condições histórico-culturais propícias para que esta arte despontasse e se desenvolvesse. Cardoso e Cunha, no prefácio a *Da retórica* de Nietzsche (1999:9), citando Habermas, designa tais condições de «*esfera pública grega*» e que Nietzsche considera democracia ou república, sem a qual não haveria lugar para a persuasão. Porém, nas sociedades ancestrais, era impensável a atitude discursiva de persuasão porque impedida pelo império do mito, cuja palavra que o expressava, subjugava a colectividade. De acordo com Bastianetto (1971:7):

“Da Grécia deriva a nossa visão orgânica das coisas que torna possível a ciência, isto é, a descoberta das leis que regulam a própria organicidade; [...] Os gregos estenderam a sua paixão pela norma reguladora ao discurso humano, criando as formas oratórias... em que as personalidades mais notáveis se colocavam ao serviço da comunidade, sem assumir as atitudes supranaturais características do Oriente.”

Na verdade, o mito sufoca a persuasão, uma vez que nele o chefe de uma dada comunidade, apenas segue os rituais transmitidos pelos seus antepassados, limitando-se a fazer o que eles fizeram originalmente, deixando que o mito transcorra e exerça a sua função como palavra colectiva, também com “...a função expressiva de dizer e actualizar a visão do mundo que faz a coerência de uma cultura”, conforme Clastres, citado por Cardoso e Cunha, no mesmo prefácio a «*Da retórica*» de Nietzsche (1999:10). No espaço público grego o mito não tinha lugar, era suplantado por um grupo de sujeitos, submetido ao poder da palavra persuasiva, daí a afirmação de Nietzsche de que a retórica seja republicana, pela razão de que ela só pode ter lugar entre sujeitos de uma cidadania, pois ser cidadão é ter a oportunidade de poder persuadir e ser persuadido. A República é uma forma de governação democrática, em que a soberania é exercida pelo povo por intermédio de delegados por ele eleitos em sufrágio universal e por tempo limitado. Por isso, onde predominou a democracia, floresceu a oratória. Nesse ambiente os cidadãos tinham o direito de falar em público em defesa das suas ideias e

poderem impugnar as de outrem. Na época da retórica grega, os cargos públicos eram assumidos após uma votação dos cidadãos; era preciso atrair a benevolência das multidões e ser capaz de contrariar os adversários com actos perlocutórios onde a argumentação era a chave principal.

A retórica surge no século V a. C., na então Magna Grécia, em Siracusa, com os escritos de Corax e Tisias, através de um manual para a elaboração de discursos forenses. O manual foi o primeiro sinal de uma doutrina retórica, razão por que esta disciplina é considerada jurídica. De acordo com Spang (1979:21), a retórica “nasce da necessidade da acusação e da defesa ante os tribunais”. Corax e Tisias teriam sido movidos pela consciência da importância da fala. Sobre esta matéria, Ducrot-Todorov (1977:99) revelam o seguinte: “...diz uma lenda que, [...] Hiéron, tirano de Siracusa, tinha, por um requinte de crueldade, proibido aos seus súbditos o uso da fala”.

Devido a convulsões de carácter político, desde o início praticou-se um discurso retórico virado para o género judicial. Porém, ao longo da prática discursiva grega, surgiu um outro género, o deliberativo ou parlamentar e, só mais tarde foi cultivado o género epidíctico, de carácter laudativo, demonstrativo, cuja funcionalidade era fraca, dado o seu imediatismo quase supérfluo, tendo sido atribuído o seu florescimento aos Sofistas. Servia para elogiar ou vituperar qualquer personalidade. Apesar de se tecerem diversas considerações sobre o verdadeiro embrião da retórica, para Barilli (1979:13-14), “...pertence sem dúvida aos Sofistas o primeiro grande episódio da história da retórica.”

A acção dos sofistas teve uma importância relevante para o desenvolvimento da retórica, porque, de acordo com Spang (1979:21), “uma das tarefas destacadas desta escola era o ensino da eloquência. «a retórica grega surgiu, pois, ao mesmo tempo que a

sofística e graças a ela»". Platão, porém, não nutria simpatias pelos sofistas. Dizia que cometiam erros nefastos de confundir a filosofia com a retórica. Segundo Spang (1979:22), citando Platão, "O discurso deve ser orgânico, mantido por uma necessidade interna. A mera aptidão de falar sobre um assunto e os caprichos estilísticos não são suficientes". Platão censura a falta de conhecimentos psicológicos que seriam imprescindíveis para elaborar um discurso eficaz. "...a retórica deve ser «escrava» da ética", acrescenta Spang na mesma citação.

Aristóteles não comunga as ideias negativas de Platão. A sua obra sobre retórica não influi muito no ensino da arte de bem dizer, devido ao "seu carácter filosófico e seu estilo lacónico que dificultam a compreensão", conforme a afirmação de Spang (1979:23), mas tem contribuído, consideravelmente, para o desenvolvimento da retórica. Ainda segundo Spang (p.23), Aristóteles "admite a utilidade e até a necessidade do domínio da eloquência, porque proporciona, para cada assunto, os possíveis meios de persuasão. «Pois para ele nenhuma outra arte, porque as demais só ensinam e persuadem acerca do assunto que lhes é próprio»".

A retórica tem vindo a sofrer transformações profundas, decorrentes dos contextos em que ocorre. De acordo com Ducrot & Todorov (1977:99):

"Nas democracias da época, a eloquência torna-se uma arma necessária; daí, provavelmente, a ideia de «ensinar a falar». Nos seus primeiros tempos, a retórica é antes de mais uma técnica que deve permitir àquele que a possui, atingir, no interior duma situação discursiva, o objecto desejado; ela tem, pois, um carácter pragmático: convencer o interlocutor da justeza duma causa".

Na época aristotélica, ao carácter pragmático dos tempos iniciáticos da retórica, ao atingir, discursivamente, o objecto desejado, adicionava-se o conhecimento das propriedades que corporizam o discurso. Ainda de acordo com Ducrot & Todorov: "Na época de Aristóteles e da sua retórica, trata-se já dum corpo de conhecimentos, de

categorias e de regras – de que, na verdade, só uma parte diz respeito aquilo que actualmente nós consideramos como «Linguístico»”.

2.3 – Os Romanos e a Retórica

Roma, na sua política hegemónica, teve contactos com a ilustrada cultura grega, da qual assimilou os elementos civilizacionais que transportou para o ocidente. Assim, ao império romano coube a função histórica de *civilizar* o Ocidente. A retórica foi um dos domínios civilizacionais absorvidos. Wimsatt & Brooks (1957:76) afirmam que, “Esta arte legal ou política chegou a ser, em Roma, praticamente equivalente a uma educação superior, e baseava-se toda ela, de modo característico, em artifícios verbais”.

Todavia, os romanos não foram fiéis aos procedimentos democráticos, atributos do domínio republicano. A retórica é uma arte “essencialmente republicana!”, no dizer de Nietzsche (1999:16), no sentido de que ela só é exercida num estado de democracia e este só é possível numa república onde o cidadão pode interpelar e ser interpelado, pode opinar e defender as suas opiniões, tem de se habituar a suportar as opiniões e os pontos de vista alheios, aceitar a contradição e, como ouvinte, apreciar o desempenho da arte.

A república entre os romanos cedeu lugar, paulatinamente, à monarquia absoluta. Instaurou-se em Roma uma anarquia militar que causou o fim das instituições urbanas livres. Nietzsche (1999:27-28) diz que:

“Os Romanos foram durante muito tempo naturalistas em matéria de retórica – por comparação, secos e rudes. Mas a dignidade aristocrática do homem de Estado romano, a sua múltipla “praxis” jurídica confere-lhe colorido; [...] A consciência da dignidade individual é romana, não grega”.

Uma das visões conceptuais romanas da retórica era de que “A eloquência é a faculdade de fazer partilhar as nossas opiniões e a nossa maneira de pensar a propósito

de uma coisa, de lhes comunicar os nossos próprios sentimentos, de os pôr em sintonia conosco”. Nietzsche (1999:29).

Contudo, segundo Nietzsche (1999:29), o pensamento grego, no âmbito da originalidade da retórica, é um jogo livre nas actividades do entendimento: “A formação do homem antigo culminava habitualmente na retórica: é a mais elevada actividade intelectual do homem politicamente formado...”

É evidente a diferença conceptual da retórica como acabamos de ver, entre os gregos, seus originários cultores e os romanos que a assimilaram do conjunto de elementos civilizacionais de que se apropriaram na sua hegemonia imperial. Portanto, entre os romanos, apesar de a retórica ter tido bons cultores, perdera já muito da sua filosofia original.

Desta forma, segundo Nietzsche (1999:28), a retórica “«privada de respiração e arrancada do serviço social, cresce para dentro, distancia-se de si mesma, compraz-se em formalismos ociosos e multiplica os entes sem necessidade»”.

Durante séculos, depois da conquista de Atenas, Roma havia descurado a arte retórica que fora introduzida e cultivada no seu império, no século II, por retóricos helénicos. Porém, surgiu um autor latino, o primeiro que se impôs na área da disciplina oratória, Cícero. Spang (1979:25) refere que:

“O manual mais antigo escrito em latim e anterior a Cícero é a famosa *Rhetorica ad Herennium* (entre 86 e 82 a.C.), anónima, não obstante atribuída a Cícero durante muito tempo. [...] A *Rhetorica ad Herennium* é, segundo A. Reyes «um reajuste da doutrina grega segundo as exigências romanas»”.

Cícero tinha influências aristotélicas, segundo as quais, a necessidade de conhecimentos tem a mesma precisão que a capacidade de falar. O orador perfeito é

aquele que possui vastos conhecimentos jurídicos, administrativos, filosóficos que o tornem capaz de uma boa actuação, ao nível moral.

Todavia, tal como aconteceu na Grécia com o fim das cidades-estado (polis), pela conquista romana, onde se praticava a democracia, também em Roma a retórica decaiu com o desaparecimento da república.

Após a essa decadência ainda surgiu mais um expoente da retórica romana, Quintiliano, de origem hispânica que, a integra na retórica clássica, convertendo-a em modelo, o que alias é documentado por Spang (1979:28-29) na seguinte análise:

“«Se reduzirmos as coordenadas os relevos do panorama recorrido, Aristóteles é a deliberativa, Cícero a judicial, Séneca Retor, a extravagância epidíctica, Quintiliano será então o programa didáctico que de todo o outro se alimenta ao mesmo tempo que o modera em síntese. (...) Quintiliano traça a educação liberal, fundando-a na arte retórica»”.

2.4 – Algumas definições da Retórica ao longo dos tempos

A retórica teve, ao longo da história, uma multiplicidade de definições, conforme a visão dos estudiosos que lhe dedicaram atenção. Meyer (1994:31-34), num estudo inserido em *Retórica e comunicação* de Carrilho (1994) afirma o seguinte:

“A retórica é a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir [...] arte de bem falar, de demonstrar eloquência diante de um público para o conquistar para a nossa causa. Isto aplica-se desde a persuasão à vontade de agradar: [...] O carácter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz a mesma coisa. Neste caso, a retórica não se distingue em nada da argumentação. [...] O objecto desta teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento”.

Esta visão conduz-nos, à consideração da retórica como a arte da persuasão. Todavia, é importante que não se perca de vista que, quando se fala de persuasão, deve-se ter presente a adesão, pois esta pressupõe que, de uma forma geral há uma resposta do auditório.

Contudo, e ainda de acordo com Meyer (1994:35) no estudo já anteriormente aludido, refere:

“Devemos reconhecer que as monarquias feudais e os impérios, cristãos ou outras, não eram lugares propícios para a discussão livre. A retórica tinha cada vez menos a ver com a argumentação propriamente dita e reduzir-se-ia cada vez mais à linguagem do cortesão, às belas fórmulas ou ao ornamento estilístico e literário. No fim do trajecto, ela aparece como que interiormente dilacerada, entre uma teoria das figuras de estilo e uma teoria dos conflitos – ou argumentação propriamente dita – cara ao direito e ao duelo oratório”.

Entretanto, o prodigioso desenvolvimento da linguística e da psicologia cognitiva provoca o recrudescimento da retórica no que diz respeito ao discurso e aos seus efeitos de sentido. Continuando, Meyer (1994:35) diz:

“O literal e o figurado, o dito e o querer dizer, em suma, o implícito conotado pelo enunciado ou a inferir da enunciação, irão delimitar, aos olhos de alguns «a nova retórica». Ela estará ligada à pragmática, quer dizer, ao laço entre o enunciado e o enunciador.”

Na definição da retórica não se pode contornar uma das suas componentes mais importantes - o auditório -, assim como outras disciplinas que dela se ocuparam, tais como a sociologia e a psicologia, o que demonstra que a interdisciplinaridade é parte pertinente ao terreno onde ela se desenvolve.

2.5 - A Renovação da Retórica

Decorridos dois mil anos, a retórica conheceu modificações importantes. De acordo com Ducrot & Todorov (1977:100):

“Primeiramente, perde o seu objectivo pragmático imediato e já não ensina como persuadir, mas como fazer um «belo» discurso. Desinteressa-se também cada vez mais dos géneros deliberativo, judicial, etc., para fazer da literatura o seu objecto de predilecção. Depois aperta cada vez mais o seu campo [...] As últimas retóricas (nos séculos XVIII e XIX) muitas vezes (mas nem sempre) apresentam apenas uma simples enumeração das figuras”.

Esta metamorfose da retórica, traça uma linha regressiva que reduz o esplendor do seu alvor e o pragmatismo que sempre a revestiu. Ainda, segundo Ducrot & Todorov (1977:100):

“O começo do século XIX vê as últimas das grandes retóricas. Podem aduzir-se várias razões para esse desaparecimento: o advento do espírito romântico, com a sua concepção da poesia como actividade irracional e incognoscível dum génio solitário, proclamando a inutilidade de qualquer regra: [...] Seja como for, a retórica desapareceu do ensino como disciplina obrigatória, e começou a esquecer-se as suas categorias e subdivisões”.

Apesar da degradação da retórica, ao longo de vinte séculos, ela, ultimamente, tem sido alvo de uma renovação que provém da linguística contemporânea e não da retórica dos tempos idos como a conhecemos, “actualmente, são a estilística, a análise do discurso e a própria linguística que retomam, numa perspectiva diferente, os problemas que constituem o objecto da retórica”, continuam Ducrot & Todorov (1977:100).

Tendo passado por diferentes estágios, volta-se hoje a falar da retórica com os atributos da sua originalidade subsidiados pelo pensamento aristotélico, devido à dedicação dos estudiosos, ao longo do século XX. Este século é tido como um espírito de rejeição dos males da retórica. As dissociações não se coadunam com o espírito da retórica, dado que ela é uma grande conciliadora e integradora. Perelman, considerado um neo-aristotélico, responsável pela actual reabilitação e renovação da retórica, de acordo com Barilli (1979:137):

“quer [...] sanar a fissura «moderna» entre as duas culturas, as duas fatias do saber, fazer com que as ciências humanas sejam também equipadas, possuam um grau de tecnicismo próprio.[...] propõe... os justos direitos do grupo dialéctica-retórica para algumas matérias (todas as relativas ao homem: direito, política, ética, estética). No fundo, o estudioso belga, relança, a mais de dois milénios de distância, a solução equilibrada e harmónica...”

Perelman sugere a releitura dos textos de Aristóteles, porque neles reside o estigma do relançamento da retórica. Aristóteles foi “o fundador dos êxitos e da dignidade lógica da retórica.”, acrescenta Barilli (1979:137) e augura:

“É este talvez o principal caminho para um reflorescimento da retórica, tomada precisamente como uma das grandes subdivisões de que necessita uma logística suficientemente ampla e flexível de modo a adaptar-se à várias exigências da actividade humana” (p.137).

Todavia, outros dois caminhos se avultam como tendo, também, contribuído para relançamento da retórica, de acordo com a perspectiva de Barilli (1979:137):

“o que passa pela atenção para com os processos linguístico-estilísticos, em apoio às operações dos poetas do nosso tempo, obcecados pela preocupação de fazer um uso consciente do material verbal; e finalmente aquele que tem em atenção as grandes mudanças que ocorrem no âmbito material e tecnológico, e às suas incidências em todas as outras manifestações culturais”.

É também importante para o florescimento da retórica, o ambiente ou esfera pertinente para o seu exercício, através da presença da argumentação, do orador e do seu auditório. Perelman (1993:29), estabelece:

“Como o fim de uma argumentação não é deduzir consequências de certas premissas, mas promover ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento, ela não se desenvolve nunca no vazio. Pressupõe, com efeito, um contacto de espíritos entre o orador e o seu auditório: é preciso que um discurso seja escutado, que um livro seja lido, pois, sem isso, a sua acção seria nula”.

Dai a nossa necessidade de evidenciar nos textos de João Albasini, a existência de uma interpelação recorrente da administração colonial, no sentido de a levar a suavizar as leis que emana em relação às populações indígenas de Moçambique. Deste modo, ainda de acordo com Perelman (1993:30-31):

“Como a argumentação se propõe agir sobre um auditório, modificar as suas convicções ou as suas disposições por meio de um discurso que se lhe dirige e que visa ganhar a adesão dos espíritos em vez de impor a sua vontade pela constrição ou pela domesticação, ser-se uma pessoa cuja opinião se atribui algum valor é já uma qualidade não negligenciável”.

Após considerações sobre o quadro teórico e revisão bibliográfica relativas à retórica, julgamos importante introduzir alguns dos instrumentos que vamos usar na análise textual da produção jornalística de JA. Tratando-se de textos que, quanto a nós incorporam muitos elementos de carácter literário, podemos considerá-los como fazendo parte do vasto panorama da comunicação literária, associável à pragmática, isto porque, de acordo com Maingueneau (1996:1):

“Desde a emergência da Grécia de um pensamento linguístico, assistiu-se à manifestação de um grande interesse por aquilo que se refere à eficácia do discurso em situação. A retórica, o estudo da força persuasiva do discurso, inscreve-se plenamente no campo que a pragmática baliza actualmente.”

Esta associação vem pelos diferentes actos de linguagem que a pragmática encerra, no sentido de que qualquer enunciação tem uma dimensão ilocutória, cuja força indica o tipo de linguagem realizado quando se enuncia, e como deve ser recebido pelo destinatário. Conforme Maingueneau (1996:8):

“Falar é, portanto, comunicar igualmente o facto de que estamos nos comunicando, integrar na enunciação a maneira como esta deve ser apreendida pelo destinatário. A interpretação do enunciado só se remata, o acto de linguagem só é bem sucedido quando o destinatário reconhece a intenção associada convencionalmente à sua enunciação”.

Na enunciação de JA encontramos três actividades complementares distintas, de acordo com a visão de Austin citado por Maingueneau (1996:8), pois, segundo ele:

“Proferir um enunciado é ao mesmo tempo: realizar um acto locutório, produzir uma série de sons dotados de sentido numa língua; realizar um acto ilocutório, produzir um enunciado ao qual se vincula convencionalmente através do próprio dizer uma certa “força” ; realizar uma acção perlocutória, isto é, provocar efeitos na situação por intermédio da palavra (por exemplo, pode-se fazer uma pergunta – acto ilocutório – para interromper alguém, para embará-lo, para mostrar que se está ali, etc.). O campo do perlocutório sai do contexto propriamente linguístico.”

Deste modo entende-se que: (1) o acto locutório é o que produz, numa dada língua, um discurso cuja sequência das palavras empregues possui um sentido; (2) o acto ilocutório é o que produz um discurso em que à própria maneira de dizer se dá uma certa

força, convencionalmente, tendo em conta a interpretação e a possível adesão do destinatário; (3) o acto perlocutório é o que faz com que a palavra, for a do contexto propriamente linguístico provoca efeito numa dada situação.

De acordo com Maingueneau (1996:1) a argumentação, ou seja, o território onde se desenrola uma linguagem natural em que também pontifica a ambiguidade, - o retórico - afasta-se do respeito pela verdade para se cingir a uma “linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real”, mas que nem por isso deixa de ter uma intenção de provocar uma coesão de espíritos ou, citando Perelman (1993:29) “promover ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento...”.

Uma associação entre o que JA produziu e o efeito que causou aos seus destinatários, leva-nos a considerar que houve uma corrente de comunicação literária em que pontificou uma interacção plena de pragmatismo aos mais diferentes níveis comunicacionais. Evocando Van Dijk (1981:262) “...Não há um acto específico de discurso ‘literário’, mas pragmaticamente falando, a literatura pertence a uma classe de actos de discurso ‘ritual’ à qual também pertencem os discursos quotidianos, como anedotas e estórias.”

Os mais variados actos de linguagem ou enunciados, locução, alocução, ilocução, perlocução, argumentos, que os textos de João Albasini encerram, serão tratados de forma global ou seja macro-linguística, pois o que interessa na análise da produção de JA, não são enunciados isolados, mas textos globalmente lidos, portadores de uma coerência interna e estabelecendo entre si relações de género. De facto e conforme refere Maingueneau (1996:14):

“A pragmática *textual* é confrontada com sequências mais ou menos longas de actos de linguagem que permitem estabelecer num nível superior um valor ilocutório global, o dos **macroactos de linguagem**. Voltamos a encontrar aqui a problemática dos *gêneros de discurso*; se o destinatário compreende a que género (um brinde no final do banquete, um sermão dominical, um panfleto político, etc.) pertence um conjunto de enunciados, tem deles uma interpretação adequada, que não resulta da simples soma dos actos de linguagem elementares.”

CAPÍTULO – III

3 - A RETÓRICA NOS TEXTOS DE JOÃO ALBASINI

João Albasini foi um jornalista tão produtivo quão eclético na abordagem dos assuntos do seu tempo. A sua preocupação no que dizia respeito às atitudes arbitrárias da administração colonial, incidindo sobre a vasta camada africana negra de Moçambique, induziu-o a que olhasse os problemas de frente, os analisasse e se debruçasse sobre temas sociais em advocacia dos indígenas desfavorecidos e votados às leis de excepção que então eram emanadas. A sua formação escolar, a educação absorvida de eminentes figuras da administração colonial, disseminadas em repartições públicas, escolas, associações de classe, sociedades filantrópicas, em suma, em todas as instituições coloniais; os privilégios da sua origem paterna e materna, a assunção das ideologias liberal e republicana, o convívio com outros intelectuais do GALM, moldaram-no como jornalista e como intelectual, passando pela formação sólida da sua personalidade e dignidade que lhe granjearam muito respeito e admiração, o que muito contribuiu para a quantidade e qualidade de textos que produziu, sobretudo entre 1908 e 1922 nos jornais *O Africano* e *O Brado Africano*, porta-vozes do GALM. Tal foi a qualidade dos seus escritos que não deixou dúvidas aos analistas para os classificarem como verdadeiras obras retóricas, porque com, clareza, objectividade e, sobretudo, pelo manancial argumentativo de que são portadores. Nada indica que João Albasini tivesse aprendido retórica de modo formal, pressupondo-se que tenha sido um autodidacta. Honwana (1989:70-71) diz, a respeito da sua formação escolar:

“Que eu saiba, ele tinha apenas a quarta classe; é que nessa altura não existia aqui liceu nem escola secundária [...] Para mim, o João foi um dos maiores jornalistas e escritores que conheci, embora me tenham impressionado os trabalhos de outros jornalistas da época...”

O estilo de João Albasini na sua abordagem temática, tanto quando assina com o seu próprio nome, como quando se multiplica em pseudónimos como Chico das Pegas ou João das Regras, é facilmente identificável pelo seu poder interpelativo e argumentativo e, logo, persuasivo, o que demonstra a sua frontalidade, a capacidade de promover ou aumentar a adesão de um auditório às teses que defende. João Albasini, como orador, estabelece um contacto de espíritos com o seu auditório, num estilo a um tempo dotado de vivacidade e de humorismo deixando transparecer a ideologia liberal e o espírito progressista da época. Seguia as regras da retórica de então, tendo criado um estilo seguido por todos os seus contemporâneos e correligionários agregados no GALM estabelecendo assim um traço de união com toda a imprensa da época virada para a defesa dos africanos.

João Albasini deixava nítido nos seus textos, aquilo que Meyer (1994:31) conceptualiza da seguinte forma: reportando-se a Quintiliano, num estudo inserido em *Retórica e Comunicação* de Carrilho (1994:)

“A retórica é a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir [...] arte de bem falar, de demonstrar eloquência diante de um público para o conquistar para a nossa causa. Isto aplica-se desde a persuasão à vontade de agradar: tudo depende precisamente da causa, do que está em causa, do problema que motiva alguém a dirigir-se a outrem. O carácter argumentativo está presente desde o início: justificamos uma tese com argumentos, mas o adversário faz a mesma coisa”.

João Albasini tinha a virtude de deixar que os seus adversários o interpelassem também, refutando ou impugnando as suas ideias, pois estava ciente de que estava envolvido num processo racional; virtude eminentemente retórica.

E pertinente a seguinte reflexão de Quintiliano, citado por Meyer (1994:31).

“O que melhor caracteriza a retórica é ter sido definida como a ciência do dizer bem, porque isto abrange ao mesmo tempo todas as perfeições do discurso e a própria moralidade do orador, visto que não se pode verdadeiramente falar sem se ser um homem de bem.”

João Albasini abordou os assuntos da sociedade da sua época em vários quadrantes temáticos e analíticos que, no presente trabalho, servirão de critério selectivo de análise: Assim, distribuiremos a nossa análise por temas privilegiados por JA, remetidos ao quadro sistémico a seguir indicado, intitulado *Temas*:

Temas

TEMAS	TEXTOS
1 – A COLONIZAÇÃO	Colonização (Sursum Corda!) O Africano, n.º 5, de 13/05/1909, pp. 1-2
	Colonização (Sursum Corda!) II O Africano, n.º 6, de 22/05/1909, p. 2
	Colonização (Sursum Corda!) III O Africano, n.º 7, de 05/06/1909, p. 2
	Gloria a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade O Africano, n.º 6, de 22/05/1909, p. 1
2 – A INSTRUÇÃO	Anno novo – Era nova O Africano, n.º Único, de 25/12/1908, pp. 1-2
	Polvora ingleza! O Africano, n.º 11, de 16/08/1909, p. 1
	Palavras loucas O Africano n.º 5, de 13/05/1909, p. 1
3 – O SERVIÇO MILITAR	Serviço Militar O Africano, n.º 8, de 19/06/1909, p. 1
	Para servir o paiz eu vim de Fanhões O Africano, n.º 7, de 05/06/1909, p. 1
	A chapa moncádica... O Africano, n.º 307, de 27/03/1916, p. 1
4 – A MIGRAÇÃO	Serviço Militar O Africano, n.º 8, de 19/06/1909, p. 1
	Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão O Africano, n.º 9, de 14/07/1909, p. 1
	Polvora ingleza! O Africano, n.º 11, de 16/08/1909, p. 1
	Deus e o meu direito O Africano, n.º 12, de 05/09/1909, p. 1
	Um Senador! O Africano, n.º 217, de 23/05/1914, p. 3
5 – O TRABALHO FORÇADO	Bem Vindo! O Africano, n.º 4, de 24/04/1909, p. 1
	Alma do Diabo! O Africano, n.º 10, de 31/07/1909, p. 1
6 – O VINHO COLONIAL	Vinho Colonial O Africano, n.º 4, de 24/04/1909, p. 2
7 – OS TERRENOS	Indemnização de palhotas no Xai-Xai O Africano, n.º 407, de 11/03/1916, p. 1
	Anno novo – Era nova O Africano, n.º Único, de 25/12/1908, pp. 1-2

3.1 – Análise Textual

3.1.1 - A Colonização

A colonização mereceu uma atenção especial no temário jornalístico de João Albasini. Este abordou-a com oportunidade, denunciando a anómala e perdulária situação de funcionários coloniais que viajavam para e da Metrópole, depauperando o erário público e denegrindo a própria acção colonizadora. Fê-lo com uma eloquência claramente tendente a fazer partilhar as suas opiniões e a sua maneira de pensar, comunicar os seus próprios sentimentos, pôr os outros em sintonia consigo, conforme a concepção de Nietzsche (1999).

Em *COLONISAÇÃO (Sursum Corda!)*¹, JA inicia o seu discurso em estilo laudatório, disfarçando pela ironia a sua incisão sobre a matéria que pretende abordar, - os custos com as deslocações dos funcionários públicos - , num acto de linguagem que imprime uma força ilocutória convencional, levando o destinatário a reconhecer a intenção associada à enunciação e eventualmente a aderir a ela:

“Como sempre, ‘porque é dos lusos valorosos, carácter, costume e lei’ á hora da sahida do barco Nacional, a ponte regorgitava de gente; e no tombadilho do vapor mal se davam dois passos [...] A todo o momento tinha de abrir os braços para dar um sincero e leal chi-coração a um amigo, ou escancarar a bôca de pasmo, deante d’um velho malandro ‘que se raspa’ com uma hypothetica doença [...] gente bem mais feliz do que nós, que consegue desandar... girar refrescar a complicada machina humana! [...] Estas passagens devem ter custado, ao meu amigo e Compadre Estado, um dinheirão, concorrendo mais para o desiquiíbrio financeiro em que aquelle Velho perdulario vive ha annos! Pobre homem!”

Não se limitando só a denunciar, em *COLONISAÇÃO (Sursum Corda!) II*² avança o seu ponto de vista de forma judicial e convincente, com base em argumentos

¹ O Africano, n.º 5, de 13/05/1909, pp. 1-2

² O Africano, n.º 6, de 22/05/1909, p. 2

que assentam no exercício retórico da dissuasão, pois esta, segundo Spang (1979), é uma disciplina jurídica, cujo fim é a acusação e a defesa:

“Não: não é com passeiatas ao reino que se obtem o desejado [...] Colonisar, meus senhores, não é nada do que se tem feito. Não é tratando de juntar dinheiro para gosar no reino, que se consegue civilisar e educar. É pelo contrario, estabelecendo residencia, mandando vir a familia para a Africa, vivendo com decencia e conforto em casas onde se respira, sustentando-se com alimentos bons...”

Em *COLONISAÇÃO (Sursum Corda!) III*³, socorre-se do relatório de António Ennes, de 1893, ao qual apelida de *Bíblia de Moçambique*, para sustentar a sua argumentação:

“Indubitavelmente, o que faria um coração fero para reduzir esta somma seria, primeiro que tudo, não despachar para Africa senão gente válida, e não conservar lá senão quem provasse que podia resistir ao clima. Já alvitrei alguns preceitos inspirados por esta ferocidade, mas esses precisariam ser completados por outros, que obrigasse todos os funcionários do ultramar a pagarem as passagens, excepto a primeira, - de ida, - e a ultima, - de volta, no fim do tempo de serviço activo, - e a pagarem-nas por meio de deduções obrigatorias nos vencimentos, equitativamente melhorados.”

O autor demonstra compartilhar o pensamento filosófico do governante português, numa manifestação retórica de adesão dos espíritos, referida por Meyer (1994) e Perelman (1993), às teses apresentadas ao seu assentimento, quanto à forma de colonizar Moçambique. Fecha a sua argumentação, dizendo: “Isto que se lê em cima é de António Ennes como disse.

Revejam-se n’essa prosa sã os moralistas de torna-viagem”. Há aqui um manifesto acto perlocutório que tenta provocar efeitos na situação por intermédio da enunciação evocando uma figura da administração colonial.

Em *Glória a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade*⁴, o autor, assume valores morais, porque a retórica, segundo Quintiliano citado por Meyer (1994),

³ O Africano, n.º 7, de 05/06/1909, p 2

⁴ O Africano, n.º 6, de 22/06/1909, p. 1

abrange, para além de toda a perfeição do discurso, a própria moralidade do orador, e, segundo Spang (1979:22) “a retórica deve ser «escrava» da ética”, dirigindo-se ao Governador Geral para denunciar a forma como se desenrola a colonização. No excerto que se segue, o discurso apresenta-se como uma estratégia, na qual o enunciador valoriza a postura ética a que se vincula.

“Bem quizera ficar mudo e quêdo dentro da insignificancia do meu ser e não sahir á estacada, qual Magriço, em prol da minha gente. Mas não posso! – Impulsionam-me os sagrados principios do direito das gentes; estimulam-me os salutareos conselhos da minha família, o preceito christão de amar o meu proximo, e, mais ainda, o dever de, como portuguez, apontar a V. Ex^a. Representante do governo portuguez, os defeitos da administração e as atrocidades a que esses defeitos dão azo”.

3.1.2 - A Instrução

Pedra basilar das intervenções de João Albasini, veículas das políticas do GALM, a instrução mereceu larga abordagem, nos vários escritos do jornalista, dando tom àquilo que Meyer (1994:31), citando Quintiliano, denomina de “arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir...”, gozando da liberdade de o fazer, uma vez criado o que, em termos analógicos, Habermas (1984), citado por Cardoso e Cunha (1999:9) chamou de *esfera pública grega*.

No texto *Anno novo – Era nova*⁵, uma interpelação às autoridades coloniais é, a um tempo, reflexão programática do GA, com características textuais atribuíveis a JA, nota-se, como a expressão de alguém que, embora falando em nome próprio, expressa interesses de um grupo social. Evidencia-se, aqui, um trabalho de antecipação, o recurso a estratégias destinadas a controlar, a condicionar o processo interpretativo, como uma dimensão construtiva do discurso.

“Um grupo humilde – das tristes humildades dos *homens de côr* – pretende, aneia, quer fundar, n’esta cidade, uma escola de instrução primaria ministrando também conforme

⁵ O Africano, n.º Único, de 25/12/1908, p. 1

as posses, alguns conhecimentos úteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrução espalhada pelo continente. [...] É agora, aqui neste ponto que convidamos os *civilisadores* a reverem-se na sua obra... Os subditos de S. M. o Rei de Portugal não fallam o portuguez! – E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este territorio já muito preto sabe lêr; mas sabe lêr o que? *Landim!!!*”

Admitindo a utilidade e a necessidade do domínio da eloquência, porque esta proporciona para cada assunto os possíveis meios de persuasão, como define Spang (1979), o autor recorre também ao humor e à ironia:

“Com infinita mágoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da *pecunia*. No fundo todos os grandes ideaes humanos bebidos em longos sorvos teem um amargo, aborrecido, sabem a fel – pois para tudo é preciso, sempre, o *metal vil* dos poetas. ...para todos esses cometimentos não temos umas *quinhentas*. [...] Festeja-se hoje o nascimento de Jesus Christo, um amigo dos humildes. É hoje um dia em que se devem esquecer os agravos, perdoar faltas... Que nos perdoem – como nós perdoamos – os que possam vêr n’este ligeiro artigo alguma offensa, uma phrase menos conveniente. [...] Este artigo é escripto para ser lido sem oculos: dispensa a dupla vista – e se não vae bem vasado nos moldes jornalisticos tomem isso á conta de sermos leigos na materia, *obscuros obreiros da legião do futuro*... (sem piada)[...]. Boas festas christãos!”

Notam-se, ao longo do texto, nuances pragmáticas que deixam ver que o jornalista usa a linguagem como uma actividade que procura modificar uma situação, fazendo com que o destinatário reconheça uma interacção pragmática com base em principios cooperativos entre os interlocutores (o grupo do GALM e a Administração colonial).

Em *Pólvora ingleza*⁶, de forma incisiva, mas com as tolerâncias próprias do exercício retórico, numa pura consciência de querer estabelecer uma adesão de espíritos, em vez de impor a sua vontade, o autor cita o dignitário da Emigração de Ressano Garcia, dizendo: “«A ignorancia da Lei não aproveita a ninguem.» É um principio

⁶ O Africano, n.º 11, de 16/08/1909, p. 1

jurídico e o indígena preso devia saber da proibição porque está nos Boletins. Que lêsse!...”

Este texto abraça, quase todo ele, o género jurídico, com as características que lhe são pertinentes: acusar as autoridades alfandegárias, e defender os indígenas regressados das minas do *Rand*. A retórica é uma disciplina jurídica “nasce da necessidade da acusação e da defesa...”, Spang (1979).

“Eu tento serenar o meu aturdido cerebro para, sem exaltação, sem perder a linha de respeito mutuo que todos temos de guardar, perguntar a V. Exa. muito humildemente, se em boa justiça se *deve* castigar quem é subdito fiel d’uma nação magnanima que ha 400 annos não tentou sequer abrir uma escola, não deu das Leis as minimas noções e antes pelo contrario, no interior, o branco que exerce a auctoridade, o mando, *segue a rotina das leis cafreaes...*”

Como pode-se depreender pela leitura deste excerto, trata-se de um acto de fala perlocutório em que o enunciador constrói o seu discurso em função de hipóteses que estrutura sobre as capacidades interpretativas do destinatário, na esperança de que este reaja sob o efeito provocado pela interpelação.

Em *Palavras Loucas*⁷, acção persuasiva e perlocutória, e, interpelando o Governador Geral da Província de Moçambique, depois de este ter ouvido, “... em catadupas, palavras bonitas por sujeitos correctamente vestidos, enluvados e quiçá bem fallantes.”, o governante, sentindo-se *o tolo das grandes commoções* e ter-se-lhe-ia embargado a voz e teria agradecido com o tradicional *obrigado meu povo!* O autor não só procura a sua adesão à ideia da criação de escolas para os indígenas, mas também alerta:

“V. Ex.^a devia ter ouvido com muita commoção a mensagem da creançada das Escolas 1º de Janeiro. Só a creançada foi sincera appellando para o poderoso auxilio de V. Ex.^a. Só ella é digna da attenção de V. Ex.^a [...] O preto conservado na ignorancia por calculo do Governo, dá ouvidos aos missionarios estrangeiros que lhe abrem escolas”.

⁷ O Africano, n.º 5, de 13/05/1909, p. 1

3.1.3 - O Serviço Militar

Sobre o serviço militar, João Albasini elaborou vários escritos, sempre com as instituições coloniais e as suas leis na mira, protestando contra a forma imprópria de recrutamento de mancebos. Ao seu protesto, em defesa dos indígenas, adicionava o uso elevado da língua portuguesa, e a interpelação sempre argumentada, critério linguístico adequado para a persuasão da audiência a que se se dirige.

Em todos os textos escolhidos para este tema, nota-se a dimensão dialógica estabelecida entre o jornalista e o seu principal interlocutor, a administração colonial, dimensão (para além do intratextual), que aliás se encontra em todo o *corpus* do presente trabalho, visto que: “qualquer enunciado é naturalmente dialógico, no sentido de que não poderia ser analisado de forma válida se não se o apreendesse em sua orientação para o outro”. Maingueneau (1996:22).

No texto *Serviço militar*⁸, denuncia o recrutamento compulsivo de mancebos, usando um acto de linguagem ilocutório, em que, convencionalmente, vincula uma certa força ao discurso produzido como mostra o seguinte excerto:

“Eu quero crer que V. Ex^a é o herdeiro de um patrimonio de ha muito desbaratado, sobre o qual pesam encargos e «erros que de longe veem».

Estava reservado a V. Ex^a o trabalho penoso de encarar a serio o problema vital da provincia de Moçambique, e é à V. Ex^a que eu me dirijo com muitissimo respeito, mas muito desassombradamente, afim de chamar a sua esclarecida atenção para as miserias que enfermam o districto e com elle os naturaes. [...] ...Passando uma noute por «Magulubane», fronteira portugueza – estranhei a quantidade de fogueiras que alegravam aquelle ermo, de ordinario deshabitado, aquelle bocado de sertão, de repente illuminado – bem mais illuminado que as ruas da cidade capital da Provincia, onde V. Ex^a reside [...] perguntei ao meu guia «o que vinha a ser aquillo». «São os pretos do Sabié que fogem de ir para Moçambique».

Compreendi, com uma promptidão rara em mim, toda a horrorosa verdade. [...]Pertencer á tropa, com a condição expressa de ser toda a vida soldado e tratado

⁸ O Africano, n.º 8, de 19/06/1909, p. 1

como um animal, deve ser cousa que não tente ninguém, por muito amor patrio que se sinta dentro do peito”.

No texto *Para servir o paiz eu vim de Fanhões*⁹, o autor recorre à mitologia grega mencionando Febo, (epíteto de Apolo, deus da luz, o Sol) quando, com ironia, orientado para outros sentidos as palavras que expressa, mas sempre com intenção de provocar um efeito sobre o leitor, descreve em contraste o fim de tarde de um dia em que, de forma animalesca se recebia, na ponte-cais, um contingente de mancebos para o serviço militar, vindos de Xai-Xai, amarrados pelo pescoço, a dois e dois: “Eram 5 horas da tarde. «Phebo lá p’ras bandas da Matolla, envolto em um clarão rubro, estava prestes a mergulhar, ocultar-se para não vêr tanta coisa d’este mundo grotesco!”

Em *A chapa moncadica...*¹⁰, texto inspirado pela Portaria da chapa ou Portaria Moncada (alusão a Moncada, legislador) que obrigava ao uso de uma chapa de identificação, que os indígenas não compelidos eram obrigados a ostentar no braço direito, o jornalista, problematiza a questão do recrutamento, mostrando a sorte cruel que espera os que findam o serviço militar. Mais uma vez é evocada a mitologia grega através de Morfeu (deus dos sonhos). A personagem que alimenta a prosa é um angolano preso em Luanda e enviado para Lourenço Marques como militar, o qual, finda a missão, vira cerceada a esperança de regressar à terra de origem. É um texto com uma profusão retórica que combina a eloquência e a estética literária deixando bem claro que “A formação do homem antigo culminava habitualmente na retórica: é a mais elevada actividade intelectual do homem politicamente formado”, conforme Nietzsche (1999:29). O autor usa um acto de fala ilocutório, para que o texto exerça um certo

⁹ O Africano, n.º 7, de 05/06/1909, p. 1

¹⁰ O Africano, n.º 307, de 27/03/1916, p. 1

efeito sobre o leitor destinatário, narrando o que, pretensamente, ouviu do protagonista do enredo:

“[...] Contou-nos o sr. Pedro que, uma noite, farto de implorar proteção e justiça à estátua de Salvador Correia de Sá Benevides (a única coisa em Angola, diz ele, que mantém o mesmo equilíbrio e firmeza) se deitara num banco entregando-se nos braços de Morfeu.

Vai daí passou um... *guita* inoportuno que o sono perturbou... *engatado ele* como voluntário para ir a Lourenço Marques matar *landins*. [...] depois de muitos anos deram-lhe a baixa. [...] e o seu desejo foi voltar à terra; mas negaram-lhe a passagem esse ano. Ainda lhe fizeram gastar assim um par de botas em consecutivas marchas e contra-marchas a saber do ditoso dia em que a justiça do Rei lhe daria a passagem para ir acabar os seus dias a bebericar cachaça nas sanzalas de sua terra. [...] Os anos passaram e passagem... nunca mais houve. [...] Sucedeu, porém que outro dia um *gumana* (polícia) lhe perguntou pela *chapa*. [...] Porque me pedem chapa se eu não sou residente voluntário desta cidade? Mandem-me embora que lhes ficarei eternamente grato”.

3.1.4 - A Migração

O sector migratório também alimentou a prosa jornalística de JA, que não se poupou à utilização dos seus múltiplos argumentos para sustentar as suas opiniões sobre a forma como ela era exercida, mas sem nunca obscurecer a sua militância na luta pelos direitos dos indígenas de Moçambique. Ele, aborda, multifacetadamente esta temática em vários textos da sua lavra. Por exemplo, em: *Serviço Militar*¹¹, num contorno subtil ao assunto, evoca a W.N.L.A., braço de recrutamento migratório do Transval e promotora do êxodo de indígenas para as terras do Rand. No excerto que se segue, o autor descreve, num acto perlocutório, ou seja, tentando provocar um certo efeito no destinatário, através da força ilocutória do seu discurso, sempre na perspectiva de cooperação entre interlocutores, para a sua adesão, o estado físico em que os emigrantes regressam das minas: “A maioria d’estes párias vem físicamente arruinada incapaz de qualquer serviço. A tuberculose tomou conta d’ella nas minas”.

¹¹ O Africano, n.º 8, de 19/06/1909, p. 1

Em *Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão*¹², JA aflora, com ironia, intercalando interrogações, apenas para realçar o pensamento; exclamações, para produzir, no espírito impressão mais forte, na denúncia ao Intendente da Emigração, da actuação de um fiscal inescrupuloso, em relação aos pretos regressados de Joanesburgo, acusados, falsamente, de roubo e a quem são impingidos bilhetes de repatriamento mais caros. São actos de linguagem ilocutórios em que uma leitura literal do texto é desviada pela adjectivação (a vítima passa a ser designada como *bandido, facinora, patife* para outros sentidos).

“Dizem as más linguas que um subordinado de V. Ex^a., em Ressano Garcia está fazendo coisas do arco da velha, proesas dignas d’um senhor do seculo XVI, re edição sem originalidade alguma dos barbaros tempos da Inquisição. Que, emfim, este sinistro personagem, serventuario de Estado, usa e abusa do cargo que exerce! Ora o peor Exmo. Sr., é que não é lenda [...] Aqui é um facto presenciado por muita gente e que eu estampo no papel publico para que tão inclito varão veja os seus feitos glorificados pela imprensa e para que V. Ex^a. – se tiver vagar para isso – dê a divida recompensa a tão prestimoso cidadão.

N’um dia do mez de junho d’este anno da Graça, regressou de Johannesburg um preto ... Este preto foi acusado perante o sr. fiscal, de ter roubado a uns outros pretos. Não houve prova, não se tratou mesmo d’isso.

O sr fiscal... ordenou, de cima da sua auctoridade de chefe, que se algemassem o bruto roubador... rondando a victima, e calculando... a quantidade de golpes de cavallo-marinho que aquelle animal aguentaria, ajudou a amarrar as mãos do bandido atraz das costas e a mettel-o n’um quarto. Ahi, cofiando o bigode, muito digno e muito sério, com voz pausada ordenou aos auxiliares... que tomassem conta d’aquelle facinora e tivessem sempre os cavallo-marinhos promptos e lesto. Torneou ainda em volta do condemnado e estacando de repente com uma ideia feliz, impoz ao patife a obrigação de estar ‘toda a noite equillibrado n’um pé só, com as mãos atraz das costas’ – recommendando aos auxiliares que «todas as vezes que o malandro pousasse os dois pés no chão lhe d’essem para baixo um chuveiro de bordoadas». Os auxiliares, cuspindo nas mãos, affagaram os cabos dos chicotes, e o preso sentiu logo o pezo das pancadas mandadas applicar em nome da Lei! [...] sabe V. Exa. quanto paga um preto no Caminho de Ferro? Três *shillings!*”

¹² O Africano, n.º 9, de 14/07/1909, p. 1

Em *Polvora inglesa!*¹³, um acto ilocutório em que o autor, interpela o Intendente da Emigração, pondo-o sob o seu total controlo, o autor questiona os desmandos da guarda fiscal do posto fronteiriço de Ressano Garcia, num discurso retórico quase todo judicial por ser, a um tempo, acusatório e defensor, sempre com a mesma perspicácia, no sentido em que Meyer (1994) considera a retórica ser: a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir:

“[...] O preto ficou detido desde esse momento da apprehensão ante-hontem 11, até hoje 13, tendo sido entregue a *guardar* no posto policial da rua D. Luiz, *sem comer* porque a alfandega não lhe forneceu comida e o posto não tem verba para sustentar presos d’alfandega! O preto não tinha dinheiro para comprar alimento porque a alfandega no excesso de zelo até lhe apprehende £ 13 – 1 – 6 que o empregado da Emigração em Ressano Garcia lhe entregou na liquidação de contas! [...] O preto, ora preso, é um dos muitos milhares de desherdados da sorte que a ganancia da gente branca atira para os fundos insondáveis das minas do Rand; é uma das victimas de uma civilização que vae cahindo de pôdre; é um dos seus tutelados ou como melhor lhe queira chamar e é presentemente, um delinquente que está sob o jugo feroz da Lei porque trouxe consigo um bocado de polvora que lhe foi vendida pelos ingleses a quem nós portuguezes damos a supremacia em tudo e ensinamos o preto a reconhecer-lhes direitos e superioridades que nos envergonhamos de arrogar!”

Em *Deus e o meu direito*¹⁴, João Albasini, ciente de que a sua argumentação não se desenvolveria no vazio como diria Perelman (1993), na relação retórica: orador/auditório, interpela o Governador Geral da Província de Moçambique, com base num artigo que lera, publicado no jornal *Equatorial* de S. Tomé. Pasmou-o a informação de que:

“«Cento e tantos moçambicanos contractados com a roça S. João dos Angolares apresentaram-se há dias na Curadoria a protestar contra o facto, só agora do seu conhecimento, de terem os seus contractos sido feitos por 3 annos, quando o prazo que lhes tinha sido proposto e por elles aceite era de um»...”

À exigência de repatriação, o curador impôs-lhes o regresso à roça, à força.

¹³ O Africano, n.º 11, de 16/08/1909, p. 1

¹⁴ O Africano, n.º 12, de 05/09/1909, p. 1

Subtilmente, com o fito bem previsível de persuadir o governante e convencê-lo a tomar medidas reparadoras, o autor entra no jogo retórico de interrogativas e exclamações para produzir no espírito, impressões mais fortes:

“Como tudo isto anda, meu senhor!

O que a mim me causa dó é ser só V. Exa. a olhar por tudo a attender a tudo e a ouvir e providenciar por todos, quando ha repartições com pessoal, regimento, pago para zelar pelo bom nome portuguez e olhar para os interesses dos indigenas que são tambem portuguezes e parcellas de Portugal, da patria que é mãe e que cada vez se desmembra mais!...

Que novo desaforo, que nova vergonha é esta? O desleixo, incuria ou negligencia vae a ponto de não se olhar para os miseraveis pretos que são contractados sem o mínimo escrupulo, e que são metidos a bordo de um paquete, á mercê de gente sem moral, sem a minima noção de dever de respeitar contractos? E ainda *dizem que o preto não quer trabalhar?*”

Em *Um Senador!*¹⁵, JA investe com uma forte dose satírica em relação à forma como actuam certas figuras da administração colonial ou a ela ligadas. Na referência a um cidadão português ligado ao Consulado de Portugal, por actividades duvidosas, faz a sua identificação, através de um jogo metonímico envolvendo uma profusão de qualificações para descrever um elemento físico que identifica aquela personagem – o cabelo. É um processo pragmático de analogia que, no entanto não estabelece a igualdade entre os elementos relacionados, mas afirma uma similitude de correspondências que conduz à ironia:

“formidável guedelha, assaz casposa, guedelhuda cabeça, o das melenas, mágico capiloso, senatorial gaforina, para além de outras qualificações desfóricas, acrescidas de interrogações retóricas que influem no realce do pensamento: No Consulado do Sr. Dom Fuas apareceu uma formidável guedelha, assaz casposa que se tornou notada. A guedelha passeava com S. Exa.. Era tenor? Era músico, o das melenas? Era apenas doutorado na ciências de Galeno a guedelhuda cabeça que assentava, por convicções e identificação em um corpo de Senador de Portugal.

Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar de soro novo o gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigor?

¹⁵ O Africano, n.º 217, de 23/05/1914, p. 3

Como pilar das Instituições viria o Senador ilustre dar umas tinturas de legislação e colher elementos para traçar com mão perita a rota que houvesse de seguir esta nau das tormentas?

Ao que vinha a senatorial gaforina que passeava meditando de braço dado com Dom Fuas? [...] De gaforina casposa e ar de Catão o que o sujeito era afinal era um grande gajo – como se diz em calão – Com aqueles ares de génio incompreendido tratava-se apenas de iludidor de pretos e iludindo a fiscalização, levar, estabelecer a emigração para a Ilha do Príncipe, contra a expressa determinação da Lei que proíbe a emigração para aquela Ilha onde grassa a doença do sono! [...] entre os indígenas, o prestígio do nome português é vão;...de norte a sul o português é um desconhecido!...”

3.1.5 - O Trabalho Forçado

O trabalho forçado, ou *chibalo*, também foi um tema que não escapou à aguda observância de João Albasini. Este, na luta pela defesa dos indígenas, a tanto esforço obrigados, usou o seu profundo conhecimento do assunto, pois fora Supervisor do Trabalho no Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, o que, de certa forma, causou-lhe embaraços mas nem por isso inultrapassáveis, dado o seu pragmatismo. A sua perspicácia interpelativa em relação às instituições coloniais, recorrendo a argumentos plenos de eloquência persuasória, justifica, ainda, a reflexão de Quintiliano citado por Meyer (1994), segundo a qual:

“O que melhor caracteriza a retórica é ter sido definida como a ciência do dizer bem, porque isto abrange ao mesmo tempo todas as perfeições do discurso e a própria moralidade do orador, visto que não se pode verdadeiramente falar sem se ser um homem de bem”.

No texto *Bem vindo!*¹⁶, em que combina os géneros retóricos epidíctico e judicial, por ser um discurso festivo e laudatório ao mesmo tempo acusatório, que visa persuadir o Governador Geral, recém-chegado à província, a usar a sua influência a favor dos presos das circunscrições de Inhambane, com destino ao *chibalo*, o autor, a dado passo, denuncia o facto e sugere, com ironia, num exercício de puro pragmatismo,

¹⁶ O Africano, n.º 4, de 24/04/1909, p. 1



também um requisito retórico, uma vez que, tendo sido Supervisor do Trabalho do *chibalo* e até conotado como quem o tivesse ensinado aos portugueses, pelos indígenas a quem defendia, segundo Penvenne (1993), ainda assim agia em sua defesa:

“Em primeiro lugar, pois, devo fallar da minha gente, dos meus patricios, estão cada vez mais desgraçados vão de mal a peor... Contos largos! Como coisas mais urgente direi a V. Ex^a que tenho queixas de uma horda vil de malfeitores que são os presos das circunscrições de Inhambane. São presos por delictos mais ou menos legaes, mais ou menos justificaveis? Não discuto: São leis. Mas Exmo. Sr., estes presos que são acorrentados e obrigados a trabalhos violentos, debaixo das ordens de brancos mais abjectos do que elles pretos, não se queixam do martyrio, das pancadas injustificadas e do trabalho gratuito (contra a determinação de V. Ex^a). Elles queixam-se, sómente, da fome que os enfraquece e mata... Estes presos Exmo. Sr., não teem comida da administração ou commando, porque não ha verba para isso, e são obrigados a comerem de casa!...”

Em *Alma do diabo!*¹⁷, o autor denuncia um atentado à Lei Laboral do país, relativamente ao Regulamento do Trabalho Indígena, alertado por um artigo publicado no jornal *Guardian*. Como bem ele deixa ver no texto, cumpria-se assim o preceito que apelida a retórica de “arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis de forma a persuadir”:

“Mais uma vez attonito e confuso venho depôr aos pés de V. Exa., com a expressão do maior respeito, uma reclamação contra o que eu acho um attentado á lei, um insulto monstruoso á Constituição Laboral do Paiz, cujo anniversario passa, justamente hoje.

O caso que, á primeira vista, parece trivial, encontrei-o hoje no GUARDIAN, no extracto das sessões do Conselho do Governo de que V. Exa. é mui digno presidnte...

Castigos corporaes n’este seculo só por distração se approvam. Estabelecer a lei de bater, juro a V. Exa. que nunca me tinha passado pela mente, nunca tinha visto – apesar de ter visto muita coisa n’esta Africa que cada vez se torna mais interessante. Ficou, ao menos estabelecido o delicto que deva merecer tal castigo? Foi escolhido o instrumento de supplicio? É o cavallo-marinho, o pau, o ponta-pé, o murro, ou é ao gosto de cada executor a arma? Talvez o genial auctor da proposta ande, mexeriqueiro e de khaki seboso, elaborando uma tabella de dilectos e varadas!

A outra emenda, a do n^o 12 é uma chave d’ouro que fecha brilhantemente aquellas joias do saber humano.

Excellencia!

Estou fallando com muita sinceridade e não veja V. Exa. n’este dizer ligei^{ro} politica nem má vontade: a emenda sahiu peor que o soneto.

¹⁷ O Africano, n.º 10, de 31/07/1909, p. 1

Sabe V. Exa. o que póde nuito bem succeder, um bello dia, com o tal regulamento?

S – contracta 48 pretos para cultivar a machamba. Na machamba de S – este quer que um seja cosinheiro e os outros creados, lavadeiros, carpinteiros, sapateiros. Elles não sabem nada d’estes misteres. O que faz o mulungo? Applica o codigo,...

3.1.6 - O Vinho Colonial

Este tema foi largamente abordado por JA, pelos objectivos visados pela administração colonial ao introduzir, na província, o consumo de vinho pelos indígenas. Criou-se um clima de aversão por parte dos assimilados e outras camadas elitizadas da sociedade lourençomarquina, relativamente a esta prática considerada como meio a corromper e brutalizar os indígenas, empurrá-los para o vício e assim se tornarem objecto do trabalho forçado pouco ou não remunerado. Em *O vinho colonial*¹⁸ que é iniciado por um diálogo entre o jornalista e um amigo, deixando notar a dimensão dialógica que o autor imprime ao discurso para provocar no seu principal destinatário: “«que qualidade de delicto tinham commettido umas mulheres negras que elle vira n’aquelle dia, um domingo, trabalhando em capinagem de ruas, sob o olhar vigiante dos auxiliares?»”

Perguntava o amigo e, João Albasini respondia:

“Eu, um tanto véxado – mas com muita dignidade, respondi: São umas vadias, umas perdidas apanhadas nas cantinas da cidade ébrias de vinho que Portugal exporta com fatura... Umas bebedas! [...] O meu amigo edificado calçou uma insolência por delicadeza para comigo e lamentou que se permitisse a venda do vinho a pretos, como pretexto para arranjar quem, de graça, limpasse as ruas...”

De forma característica, JA contorna, os elogios que faz às autoridades e envereda pela via do disfarce:

“São presas por vadias. Muito bem. «Não vá algum leitor de fora da provincia suppor que estes horrores se passam no mato, lá longe, nos domínios dos cafres. Não senhor, passam-se cá dentro da cidade, na cidade baixa, onde domina a raça branca, onde ha

¹⁸ O Africano, n.º 4, de 24/04/1909, p. 2

polícia, jornaes, luz electrica, trall weys, etc. Todo o habitante da cidade vé d'estas scenas todos os dias, a toda a hora.»[...] Depois, pretos e pretas, tendo bebido até enxogarem o último vintem vão, os que escapam á garra do auxiliar, cambaleando cantando obscenidades, caminho de casa onde dormem a descançar o corpinho para novas delicias no dia seguinte. E dormem. Dormem sem jantar na maioria dos casos, porque a negra tendo perdido o dia e o dinheiro na cantina, não tem que dar de comer ao marido nem aos filhos.[...] O marido, dissipado o fumo da bebedeira, exige da negra a punha para confortar o estomago combalido. A negra faz então este grande, este abominavel sacrificio: ou leva a pé firme uma bóa meia duzia de cacetadas do esposo irado e faminto, ou vae prostituir o corpo, para arranjar uns vintens para o pão, sardinhas e... o litrito do vinho colonial!...”

3.2.7 - Os Terrenos

João Albasini, conhecedor desta realidade, porquanto ele e seus irmãos se envolveram no negócio de terrenos que haviam herdado de seu pai, abordou o assunto, não pela mera aptidão de falar sobre ele, nem pelos caprichos estilísticos de retórica, ele tinha um discurso orgânico, mantido por uma necessidade interna. Em *Indemnização de palhotas no Xai-Xai*¹⁹, ele evoca uma postura legal, ante uma usurpação. Já elabora um discurso perspicaz e argumentativo. Profusamente incisivo ao longo do discurso, começa, porém, por uma incursão laudatória, própria do género retórico epidictico. Enveredando pelo lado pragmático, o autor espera encontrar um leitor cooperativo, mediante as indicações que o texto oferece: “O Governo é senhor de uma preciosa lei pela qual são obrigados todos os concessionários que de *comum acordo* com os indígenas residentes na concepção e que queiram sair dela a pagar-lhe libra e meia por palhota vulgar, sem violência nem barulho. [...] O Governo é igualmente senhor de uma Estação Experimental no Xai-Xai que foi instalada num sítio onde havia justamente muitas palhotas.

O Governo, porém, que põe e dispõe – pelo verbo precioso da sua Inspeção de Fazenda – dos destinos pecuniários dos povos, começou a fazer negaças quanto a pagar para os indígenas se mudarem do local escolhido no Xai-Xai.”

¹⁹ O Africano, n.º 407, de 11/03/1916, p. 1

Evocando um processo em que várias personalidades alguma vez abordaram assuntos idênticos a este, humoristicamente remata: “Só esqueceu citar Gungunhana que quando prometia dava – quer fosse um boi, quer fosse uma zagaiada...” O autor, a um dado passo, evidencia a razão da sua interpelação ao Governo, na expectativa de que o leitor a quem se dirige seja capaz de construir o universo abordado, a partir das indicações que lhe são fornecidos pela sucessão de enunciados e convencer-se:

“Enfim no chicaníssimo processo *dizem-se coisas que são mesmo um pasmo* sobre a teoria da vida; [...] E os pretos à espera da *massa* prometida, lá longe, em Gaza. [...] Os pretos ainda lá estão de cócoras à porta do *mulungo* da Estação Experimental, no Xai-Xai, à espera de ver cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter *milandos*.”

Em *Anno novo – Era nova*²⁰ já o autor falava da questão dos terrenos, troçando crítica e ironicamente, dos expropriadores de terras, mas para persuadir a administração, conforme atestam os seguintes excertos, enunciados que se apresentam em sucessivos actos de linguagem perlocutórios, para provocar efeitos que conduzam à coesão de espíritos entre o autor e seu destinatário:

“...fim do anno que mais parece o fim de um mundo – que lição cruel á desmedida ambição de muitos que, sem escrúpulos (...) extorquiam terrenos a pretos embasbacados de tanta villania (...) escorraçando para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização! (...) Como Deus escreve direito por linhas tortas!”

3.3 – Resumo da análise dos processos retóricos nos textos de João Albasini

Resumindo a análise dos processos retóricos dos textos de João Albasini, a nossa perspectiva baseou-se em considerá-los de um valor ilocutório global, inscrito no que podemos chamar de macroactos de linguagem, dada a impossibilidade de tratá-los como actos isolados ou de linguagem elementar. Alguns processos discursivos, tais como a

²⁰ O Africano, n.º Único, de 25/12/1908, pp. 1-2

interpelação, o argumento e a ironia demonstram que estes textos possuem recursos que lhes conferem o estatuto retórico. De facto a interpelação tem, como pressuposto, a tentativa de exposição de ideias com o intuito de compartilhar sentimentos, isto é, o interpelador espera uma capacidade interpretativa adequada do que expõe por parte do interpelado. Nesta ordem de ideias também o argumento visa mostrar os fundamentos da razão invocada na abordagem de um determinado tema. A ironia, com base no processo convencional pragmático de recorrer ao uso de uma rede de formas retóricas de inversão do sentido que levarão o destinatário a interpretações/respostas adequadas à intenção do enunciador, portanto, todos os textos aqui analisados, como a generalidade dos textos de João Albasini, têm uma *dimensão dialógica* no sentido de que qualquer enunciado é dialógico e não poderá ser analisado, sem se conceber a sua orientação em função do outro, como defende Bakhtin, citado por Maingueneau (1996:22):

“Qualquer enunciado é concebido em função de um ouvinte, isto é, de sua *compreensão* e de sua *resposta* – não a sua resposta imediata, é claro, pois não se deve interromper um orador ou um conferencista com observações pessoais; mas também em função de sua concordância, de seu desacordo ou, em outras palavras, da percepção avaliativa do ouvinte (...) Sabemos doravante que qualquer discurso é um discurso *dialógico*, orientado para alguém que seja capaz de compreendê-lo e a ele dar uma resposta, real ou virtual.”

Esta aceção permite-nos concordar que a dimensão dialógica dos textos de JA é perlocutória, visto que eles tenderem a provocar efeito sobre o destinatário, no sentido de levá-lo a reagir de acordo com as intenções subjacentes na enunciação. JA dirige-se abertamente às autoridades da administração colonial de forma dialógica, isto é, em função da capacidade de compreensão de resposta do outro, em relação aos problemas sociais que levantava.

CAPÍTULO – IV

4 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 – Conclusões

Acabamos de realizar um estudo em torno de alguns textos jornalísticos de João Albasini, publicados no jornal *O Africano*, órgão do GALM, abrangendo o período que vai de 1908 a 1919. O nosso objectivo fundamental era validar a hipótese de investigação aventada sobre os destinatários da prosa do jornalista e a existência de elementos que a aproximassem da retórica. Perante as evidências a que a nossa pesquisa nos levou, apuramos que as formas de abordagem, de interpelação, de argumentação e o estatuto dos interpelados, não deixam dúvidas de que João Albasini, para além de se dirigir à elite de mestiços e pretos assimilados do GALM, tinha a intenção de atingir a administração colonial na província, todas as suas instituições, para pôr em causa as suas leis arbitrarias de exclusão, em relação à grande maioria de indígenas. Na sua interpelação, João Albasini usava uma linguagem que espelhava um bom domínio da língua em que comunicava e testemunhava o conhecimento de um vasto jogo de processos retóricos. A conclusão a que chegamos é de que, de facto, os textos de João Albasini eram um verdadeiro exercício de retórica, no seu sentido mais profundo de *interpelação, argumentação, persuasão*, e não apenas o mero uso de figuras de discurso ou tropos. Esta atitude, era fruto da época em que o jornalista viveu e exerceu a sua actividade e em que as leis vigentes permitiam que indivíduos da sua condição de pudessem expressar com uma relativa liberdade. Foi oportuna a acção de João Albasini ao saber aproveitar todas as tolerâncias de que a sua geração beneficiou, como o atestam os textos acabados de analisar.

4.2 – Recomendações

Como recomendações, sugerimos que mais estudiosos sejam envolvidos e incentivados no sentido de se interessarem pelo tema e se empenhem, na investigação sobre a escrita de João Albasini e de outros jornalistas da época, a fim de permitir um conhecimento mais profundo e uma correcta interpretação da sua época e do papel da elite de mestiços e pretos assimilados filiados no GALM.

Os estudos da obra de João Albasini são relevantes para a compreensão do seu pensamento como político e como jornalista, inserido no quadro do movimento protonacionalista que se confrontou com a administração colonial portuguesa em Moçambique, no início do século XX.

Deste modo estar-se-á na posse de instrumentos apropriados para a compreensão da importância dos textos jornalísticos da génese e desenvolvimento de formas a integrar no sistema literário. Importa, pois, que, à luz dos levantamentos que se vão empreendendo em relação a jornalistas, escritores e outros homens das letras moçambicanos que o tempo se encarregou de encobrir, se proceda a um redimensionamento do espaço para os integrar na História Literária de Moçambique. De acordo com reflexões de Mendonça (1998) a origem da escrita e as convenções que orientaram esses criadores fizeram com que os seus textos entrassem num processo dialógico com textos anteriores e posteriores, produzidos em Moçambique ou em outros países, o que torna necessário que sejam integrados em sistemas literários transnacionais.

Concluindo, julgamos que mais estudos desta natureza poderão contribuir para consolidar o acervo literário nacional, recuperando textos de outros tempos, injustamente esquecidos durante longo tempo.

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Mário Pinto de. 1997. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Dom Quixote.
2. BARILLI, Renato. 1979. *Retórica*. Lisboa: Presença, Lda.
3. BASTIANETTO, Mário. 1971. *História dos europeus*. Coimbra: Arménio Amado – Editor.
4. CARRILHO, Manuel Maria, coord. 1994. *Retórica e Comunicação*. Lisboa: Edições ASA.
5. CARVALHO, Sol, coord. 1983. *História de Moçambique – Agressão Imperialista (1886/1930), Volume 2*. Maputo: Cadernos TEMPO.
6. DIJK, Teun A. Van. 1981. *Studies in the Pragmatics of discourse*. The Hague, The Netherlands: Mouton Publishers.
7. DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan. 1977. *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Dom Quixote.
8. FERREIRA, Manuel. 1985. *O Mancebo e Trovador Campos Oliveira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
9. HEDGES, David, coord. 1993. *História de Moçambique – Moçambique no auge do colonialismo, 1930 – 1961, Vol. 3*. Maputo: Departamento de História – Faculdade de Letras, UEM.
10. HONWANA, Raul Bernardo. 1989. *Memórias*. Lisboa: ASA.
11. LAUSBERG, H. 1966. *Manual de retórica literária – I, II e III volumes – Fundamentos de uma ciência da literatura*. Versão espanhola de José Pérez Riesco. Madrid: Editorial GREDOS, S.A.
12. MAINGUENEAU, Dominique. 1996. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes Editora, lda.
13. MENDONÇA, Fátima. 1988. *Literatura moçambicana – a história e as escritas*. Maputo: UEM.
14. *Identidade(s) literária(s) e cânone: biografias e autobiografias*. In Congresso Luso-Afro-Brasileiro. V, 1998, Maputo. *Estudos Moçambicanos*. Maputo: CEA – UEM, 1999. P. 105-117.

15. MEYER, M. *As bases da retórica: Da arte de falar à expressão da subjectividade*. In Colóquio Internacional sobre *Retórica e Comunicação*. 1992, Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian: ASA, 1994. Pags.:31-70.
16. MOREIRA, José. 1997. *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900 – 1922*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
17. NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. 1989. *Em defesa da Causa Africana – Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques 1908 – 1938*. Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
18. NIETZSCHE, Friedrich. 1999. *Da retórica*. Lisboa: Vega. 2ª edição.
19. PENVENNE, Jeanne. 1993. *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
20. RIBEIRO, Fátima, SOPA, António. 1996. *140 Anos de Imprensa em Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
21. ROCHA, Aurélio. *Associativismo e Nativismo: Os fundamentos do discurso ideológico*, In: *140 anos de imprensa em Moçambique*. 1996, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
22.*Da Ideia de Autonomia ao Nativismo na imprensa de Moçambique (1870-1925)*, In: *Actas do Seminário – Encontro de Povos e Culturas em Angola*. 1995, Luanda. Actas do Seminário. Lisboa: CNCDP. 1997. P. 57-82.
23. ROCHA, Ilídio. 2000. *A Imprensa de Moçambique: História e Catálogo (1854 – 1975)*. Lisboa: «Livros do Brasil».
24. SOARES, Paulo, ZAMPARINI, Valdemir (s/data). *O Africano (1908/1919) – Antologia de textos do jornal O Africano*. Zumbo: Missão de S. Pedro Claver de Mizuru.
25. SPANG, Kurt. 1979. *Fundamentos de retórica*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, S.A.
26. WIMSATT, Jr, W. K. e Cleanth Brooks. 1957. *Crítica literária: Breve História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2ª edição.
27. ZAMPARONI, Valdemir Donizette. 1998. *Entre narros e mulungos – colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques. C. 1890 – C. 1940 - Volume I*. Tese de Doutoramento em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ANEXOS

LISTAGEM DE ANEXOS

CORPUS

ORDEM DE ANEXOS	TÍTULO	PUBLICAÇÃO	N.º	DATA	PÁGINA
1	Colonização (Sursum Corda!)	O Africano	5	13/05/1909	1-2
2	Colonização (Sursum Corda!) II	O Africano	6	22/05/1909	2
3	Colonização (Sursum Corda!) III	O Africano	7	05/06/1909	2
4	Gloria a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade	O Africano	6	22/05/1909	1
5	Anno novo – Era nova	O Africano	Unico	25/12/1908	1-2
6	Polvora inglesa!	O Africano	11	16/08/1909	1
7	Palavras loucas	O Africano	5	13/05/1909	1
8	Serviço militar!	O Africano	8	19/06/1909	1
9	“Para servir o paiz eu vim de Fanhões”	O Africano	7	05/06/1909	1
10	A chapa moncadica...	O Africano	307	27/03/1915	1
11	“Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão”	O Africano	9	14/07/1909	1
12	Deus e o meu direito	O Africano	12	05/09/1909	1
13	Um senador!	O Africano	217	23/05/1914	3
14	Bem Vindo!	O Africano	4	24/04/1909	1
15	Alma do Diabo!	O Africano	10	31/07/1909	1
16	O vinho colonial	O Africano	4	24/04/1909	2
17	Indemnização de palhotas no Xai-Xai	O Africano	407	11/03/1916	1

O Africano, nº 5
13 de Maio de 1909, Pags. 1 e 2

COLONISAÇÃO

(Sursum Corda!)

Eram dez horas da manhã do dia 15 de abril.

Estava atracado á ponte-caes, prestes a fazer-se ao mar largo, caminho de Portugal, o paquete *Lusitania* da Empresa Nacional de Navegação.

Luzitania! Que nome! – Lembra vagamente os velhos Lusiadas, os das crenças heroicas que iam, com um grande rosario e uma grande espada, impôr ás gentes estranhas o seu rei e o seu Deus, conquistando imperios e reinos... para regalo dos senhores inglezes!...

Como sempre, porque é dos lusos valorosos, character, costume e lei, á hora da shida do barco Nacional, a ponte regorgitava de gente; e no tombadilho do vapor mal se davam dois passos.

A todo o momento tinha de abrir os braços para dar um sincero e leal chi-coração a um amigo, ou escancarar a bôca de pasmo, diante d'um velho malandro *que se raspa* com uma *hypothetica* doença (pretexto para desfalcar o Estado n'uns tantos mil réis da passagem). E uma massada a sahida de taes barcos pelos encontrões que se levam a bordo e pelas tristezas que se trassem para terra, ao pensar em gente bem mais feliz do que nós, que consegue desandar... girar, refrescar a complicada machina humana!...

O vapor *Lusitania* offerecia o estranho aspecto de ir cheio de funcionarios publicos, Só em passageiros do Estado iam 94 – numero que considero *muito modesto*, vista a reluctancia com que me foi fornecido.

Estas passagens devem ter custado, ao meu amigo e Compadre Estado, um dinheirão, concorrendo mais para o desequilibrio financeiro em que aquelle Velho perdulario vive ha annos! Pobre homem!

Eu a bordo, acotovellando uns e outros, todo o tempo era pouco para dizer a um: «O quê? Você também vae?» - E logo o felizardo sorrindo á minha pasmaceira, córado e satisfeito: «Pois é verdade. Cá vae o *méco até á Lisbia amada... Irra que já estava farto d'isto*»... Avançava outro curto palmo de convez e logo outro amigo, sorridente, com os braços em cruz: «Venha de lá esse abraço... até á volta!» - Então sempre nos deixas, maroto? - Volvia eu com esta cara de parvo que Deus me deu: estás doente!» Pudéra – respondos o patusco jubiloso: a Africa só é boa para negros»...

E assim continuei até ao 3º apito, até ao aviso de que o *paquete ia largar*. E foi então por todo o tombadilho, uma ancia doida de abraços, apertos de mão e lagrimas!

Ao compasso da musica alegre da charanga foram feitas as ultimas recommendações, foi dado o supremo beijo, e o *Lusitania* lá se arredou do caes, ornado de lenços brancos agitados por creaturas angustiadas que partiam! O *Lusitania* repleto de passageiros, muito airoso, largou da ponte-caes ás 11 horas da manhã, a caminho de Lisboa, prompto a affrontar todos os perigos do mar incerto!

Boa viagem, Lusitania!

*
* *

Pensei então no processo por que se pretende colonisar a Africa.

Não posso convencer-me de que seja este o melhor meio de colonisar a Africa, de tornar este continente habitavel. Não: não é com passeiatas ao reino que se obtem o *desejado*.

Peço, antecipadamente, aos homens que comprehendem o que leem (o que não succede a toda a gente que em Africa se diz civilisada, branca e illustrada, é bom notar-se) peço a esses poucos que digeram o que leem, o especialissimo favor de pensarem um bocado na sorte que está reservada á Africa, continuando este systema, muito antigo, de ir passeiar ao reino.

O portuguez vulgar, o que é conhecido por *Mumadji* entre o indigena, sempre que sahe de Portugal, traz a sua idéa amadurecida de uma curta estabilidade em terra de pretos, arranjar umas economias e *safar-se* para Portugal a refastelar-se, a gosar aquella *fartura*, junta, sabe Deus com que sacrificio, durante 2, 3 e 4 annos!

E sabe-se lá, as privações por que passou aquelle homem para juntar 300 ou 400\$000 réis? É um poema de dôr e de miseria. Uma verdadeira loucura o que alguns fazem para *coalhar ao canto da mala*, umas mesquinhas placas! A febre do ouro!

Vivem em pocilgas sem luz, sem ar, aos 4 e 5, para *a coisa sahir mais em conta*. Comem habitualmente, tres pessoas d'uma comida, por que sae mais barato, d'uma cantina immunda, una caldos ou sopas, que são, com mais propriedade, uma pouca d'agua childra, onde nadam desesperados, cinco feijões, á busca de companheiros... Estes feijões, cuja consistencia cornea quebra os dentes do patriota incauto, obrigam o estomago d'aquelle que os ingere, a dar saltos mortaes e a chorar de desespero...

Sabe-se lá nunca, do que um espirito obcecado pela mania de arranjar dinheiro é capaz de fazer!

Comtudo e a despeito de tudo, o milagre opera-se. Consegue o patriota, ao cabo de tão tormentosa quão ingloria lida, ir ao reino. Em menos de 6 mezes dá cabo de tudo quanto levou d'Africa, (á custa do estomago e do decoro pessoal) em pandegas de estrondo, «pois aquillo lá pelas africanas é mesmo um aborrecimento, onde a gente só vive a pensar na *famelga* que está na metropole».

E depois de tanta pandega na Europa, voltam á Africa estes elementos perniciosos. Mas em que estado voltam?

O organismo acostumado em 6 ou 12 mezes a passar como *como devia passar sempre*, habituado a uns certos confortos de que andava esquecido, não está para voltar á tragedia do feijão corneo a nadar... A alma vem ralada de saudades das pessoas queridas que lá ficaram e a bolsa essa... Nem um vintem. Começam então as amargas considerações: Recomeçar a dura jornada é um martyrio para o qual o corpo se nega.

A nostalgia da patria entra com elles ás voltas. Desejam, então, ter ali junto, aquelle dinheirinho que estafaram no reino, e que era, no fim de contas, a alma, o balsamo da coragem que os retinha em Africa. E, como diz Antonio Ennes no reu relatorio de 1893; «Olhos que deviam velar pela cousa publica, cegam-se a espreitar nas reverberações luminosas do mar o tope dos mastros de um paquete; espiritos votados a estudarem problemas governativos, derrancam-se a phantasiar traições de esposas desamparadas ou agonias de velhas mães enfermas; coragens impávidas de soldados e

marinheiros, quebranta-os a idéa de que ao longe, da outra margem do oceano, estendem-se para elles os bracinhos de filhos, amados com as ternuras inquietas da ausência, que nunca viram o pae!»

Começa para elles o tormento. Tornam-se azêdos, intrataveis, ganham uma côr biliosa e uma barriga assustadora – certamente dos taes feijões – e depois, o organismo abalado por tantas transições, entra a asnear e começa então a odysseia do quinino e hospital – hospital e quinino, de modo que, ás duas por tres, é o patriota estendido por uma biliosa má, n'aquella figura ignobil dos mortos de desespero, enxovalhado, com a barba por fazer, os olhos ainda espantados da sem cerimonia com que as febres d'africa, estendem assim um *mulungo* inerte n'uma cama, com a biqueira da bota interrogando o infinito!

E, depois, são as quatro tabuas de pinho e é depois puxado por umas mulas pacientes, caminho do cemiterio onde, emfim, vae descansar, na paz do tumulto, das fadigas d'este mundo abominavel que é um perfeito vale de lagrimas.

É para ter pena, é: mas o martyrio de gente assim é-me antipathico.

*
* *

Desejo entrar em considerações que vão irritar muita gente e trazer discussões azedas. Falta-me o tempo, e quiçá a competencia. Comtudo vou tentar e, escudado com a arma forte da razão estou convencido de que chegarei ao fim da jornada, mais illeso que ferido, pois estou tambem convencido de que *muito pode a verdade dita com convicção, muito embora dita em Africa...*

O mar revolto tambem se aquieta com azeite derramado.

Continuarei, pois, no proximo numero.

10-5-909.

JOÃO ALBASINI

COLONISAÇÃO

(Surnum Corda!)

Eram dez horas da manhã do dia 13 de abril.

Estava atracado à ponte-caes, prestes a fazer-se ao mar largo, caminho de Portugal, o paquete Lusitania da Empresa Nacional de Navegação.

Lusitania! Que nome! — Lembra vagamente os velhos Lusitadas, os das creanças heroicas que iam, com um grande rosario e uma grande espada, impôr ás gentes estranhas o seu rei e o seu Deus, conquistando impérios e reinos... para regalo dos senhores inglezes!

Como sempre, porque é das lúxas patrióticas, carácter, costume e lei, áhóra da saída do barco Nacional, a ponte regorgitava de gente; e no tombadilho do vapor mal se davam dois passos.

A todo o momento tinha de abrir os braços para dar um sincero e leal chiboração a um amigo, ou escancarar a bôca de pasmo, diante d'um velho malandro que se riaspa com uma hypothetica doença (pretexto para desfulear o Estado n'uns tantos mil reis da passagem) e uma misurada a sahida de tres barcos peios encontros que se levam a bordo e pelas tristezas que se trazem para terra, ao pensar em gente bem mais feliz do que nós, que conseguem descansar... guar, refrescar a complicada machina humana...

O vapor Lusitania offerecia o estranho aspecto de ir cheio de funcionarios publicos. Só em passageiros do Estado iam 91 — numero que considero muito modesto, vista a reluctancia com que me foi fornecido.

Estas passagens levam ter custado, no meu tempo, e Comandante Estado, um dinheiro, e comprando mais para o des que libero financiar, em que aquelle velho perdulario vive ha annos? Pobre homem!

Eu e bordo, acotovellando uns e outros, todo o tempo era pouco para dizer a um: «O que? Você tambem vae?» — E logo o felizardo sorrindo á minha pharmaceira, côrado e satisfeito: «Pois é verdade! Cá vae o méico até á Lisboa amada... Irra que já estava farto d'isto... Avancava outro curto palmo de convez e logo outro amigo, sorridente, com os braços em cruz: «Venha de lá esse abraço... até á volta!» — Então sempre nos deixas, maroto! — Volvia eu com esta cara do parvo que Deus me deu: estás docete lá Pudér! — respondia o patusco, jubiloso: «Africa... só é boa para negros!»

E assim, continuando até ao 3.º apito, até ao aviso de que o paquete ia largar. E foi então por todo o tombadilho uma anciação de abraços, apertos de mão e lagrimas!

Ao compasso da musica alegre da charanga foram feitas as ultimas recommendações; foi dado o supremo beijo, e o Lusitania lá se arredou do caes, ornado de laços brancos agitados por creaturas angustiadas que partiam! O Lusitania repleto de passageiros, muito airoso, largou da ponte-caes ás 11 horas da manhã, a caminho de Lisboa, prompto a affrontar todos os perigos do mar incerto! Boa viagem, Lusitania!

Pensei então no processo por que se pretende colonisar a Africa.

Não posso convencer-me de que seja este o melhor meio de colonisar a Africa, de tornar este continente habitavel. Não: não é com passaietas ao reino que se obtém o desejado.

Poco, antecipadamente, aos ho-meus que comprehendem o que leem (o que não succede a toda a gente que em Africa se diz civilisada, branca e illustrada, é bom notar-se) peço a esses poucos que digorem o que leem, o especialissimo favor de pensarem um bocaco, na sorte que está reservada á Africa, continuando este systema, muito antigo, de ir para lá ao reino.

O portuguez vulgar, o que é conhecido por *Mumadi* entre os indigenas, sempre que sabe de Portugal, traz a sua idea amadurecida de uma curta estabilidade em terra de portos, arranjar umas economias e *sa-far-se* para Portugal a refestelar-se, a gosar aquella *furtiva*, prota, sabe Deus com que sacrificio, durante 2, 3 e 4 annos!

E sabe-se lá, as privações por que passou aquelle homem para ganhar 300 ou 400000 réis? E um pouco de dor e de miseria. Uma verdadeira loucura o que alguns fazem para *coathar no conto da mala*, umas mesquinhias placas! A febre do ouro!

Vivem em poelgas sem luz, sem ar, aos 4 e 5, para a *cansa sahir mais em conta*. Começa, hehehe! E mente, tres pessoas d'uma cantada, por que sae mais barato, d'uma cantina nummada, uns cabos e sapas, que são, com mais propriedade, uma pouca d'agua chibita, ou de um dam desesperados, cinco tempos á busca de companheiros... Estes torçôes, cuja consistencia corna quebra os dentes do patriota incauto, obrigam o estomago d'aquelle que os ingere, a dar saltos mortaes e a chorar de desespero...

Sabe-se lá nunca, do que um espirito obcecado pela mania de arranjar dinheiro é capaz de fazer.

Comtudo e a despeito de tudo, o milagronera-se. Consegue o patriota ao cabo de tão tormento a gloria elida ao reino, e em nos de 60 mezes á cabeça d'um

quanto levou d'Africa, a *cansa* do estomago e do decoro pessoal em pandegas de estomago, e pois a *pele* lá pelas africanas e mesmo um aborrecimento, onde a gente só vive a pensar na *famêlia* que está na metropole.

E depois de tanta pandega na Europa, voltam a Africa estes elementos perniciosos. Mas em que estado voltam?

O organismo acostumado em 12 mezes a passar como *uma* passar sempre, habituado a uns certos confortos de que andava esproccido, não está para voltar á *tristeza* do feijão cozido a nular... A alma vem ralada de saudades das pessoas queridas que lá ficaram e a *bôca* essa... A *lancha* está mesmo de todo... Nem um vintem. Com e em então as amargos considerações. Recomeçar a *deza* jornada é um martyrio para o qual o corpo se nega.

A nostalgia da patria entra com elles ás voltas. Desegam, então, ter ali junto, aquelle diabinho que *estafaram* ao reino, e que era, no fim de contas, a alma, o balsamo da coragem que os retinha em Africa. E, como diz Antonio Ennes no seu relatório de 1893: «Olhos que deviam velar pela causa publica, egam se a espregalar nas reverberações lúmpidas do mar o topa dos mestros de um paquete; espiritos votados a estudarem problemas governativos, derrancam-se a phantasiar trações de esposas desamparadas ou agonias de velhas mães enfermas; coragens impávidas de soldados e marinheiros, quebrau-os a idéa do que se longe, da outra margem do oceano, estendem-se para elles os bracinhos de filhos, amados com as ternuras inquietas da ausencia, que nunca viram o pae!»

Começa para elles o tormento. Tornam-se azedos, intrataveis, ganham uma côr biliosa e uma barbiga assustadora — certamente dos taes feijões — e depois, o organismo abelado por tantas transições, entra a *anear* e começa então a *odysca* do quimino e hospital — hospital e quimino, de modo que, ás duas por tres, é o patriota estondido por uma biliosa má, n'aquelle figura ignobil dos mortos do desespero, enxovalhado, com a barba por fazer, os olhos ainda espantados de sem cerimonia com que as febres d'africa, *patapdem* assim um *mulungo* iner-

Le n'uma cama, e em 20 de junho
foi interrogado a seguir:

E, depois, foram os depoimentos
de pinho e o depoimento de
umas matas potentes, e os depoimentos
reunidos em 20 de junho, e o depoimento
de canar, e o depoimento de
gas d'el-rei, e o depoimento de
um perfeito, e o depoimento de
o para ler, e o depoimento de
no de gente a ser, e o depoimento de

Dissepo, entre os depoimentos
que vão manter muito, e o depoimento
discussões, e o depoimento de
po, e o depoimento de
vou tentar, e o depoimento de
falso, e o depoimento de
que el-gener, e o depoimento de
dessa, que tentou, e o depoimento de
bem, e o depoimento de
a verdade, e o depoimento de
em, e o depoimento de

O mar, e o depoimento de
com a zote, e o depoimento de

Continuar, pois, de po, e o depoimento de
nro,

10 de junho,

O Africano, nº6
22 de Maio de 1909, Pag. 2

COLONISAÇÃO
(Sursum Corda!)

II

Por que muito amo o meu paiz e por que desejo evidentemente que esta terra tenha o lugar a que tem direito, hobreando com as suas visinhas inglezas cujo sólo não é melhor, metti-me n'um dédalo emmaranhado, tentando demonstrar que as passeiadas ao reino tornam esta provincia estacionaria, terra de população transitoria, onde ninguem se demora por que não há commodidades, não tem vida propria. Fiz asneira em começar. Era-me muito mais agradável agora ir ao cinematographo chorar de tanta rir, do que estar aqui a rabiscar coisas melancholicas que ninguem lê. Mas... *Jaela alea est* – P'ra frente é que é o caminho.

*

• *

Colonisar, meus senhores, não é nada do que se tem feito – Não é tratando de juntar dinheiro para gosar no reino, que se consegue civilisar e educar. É pelo contrario, estabelecendo residencia, mandando vir a familia para a Africa, vivendo com decencia e conforto em casas onde se respira, sustentando-se com alimentos bons, que se combatem as febres, que se evitam as ralações de pensar constantemente em quem está *lá tão longe*, e nas mesadas para *lá*, e nos filhos que já precisam de entrar p'ro collegio *lá*.

Esta vida atribulada, este voto de *solitarios* a que voluntariamente se impõem, são causas primordiaes de muita billiosa das paes fatais e de muita comphesção do figado.

Gritamos indignados contra o Estado que não abre escolas, officinas, que não saneia a cidade, etc., etc., etc. Temos razão, temos, mas tambem é verdade que o representante do Estado não vê quatro annos seguidos os mesmos homens reclamando coisas tão justas. Reclamam hoje, mas frouxamente porque em verdade não teem muito interesse, e vão-se embora amanhã porque completaram os mezes da lei para a licença graciosa. E como no Estado isso é mais barato e já está orçamentado, assigna as ordens d'embarque, o dinheiro sahe da Fazenda e ... sempre é mais pratico do que ter de estudar o problema do ensino, fazer leis, cançar a cabeça.

Ora se uma população estavel, cheia de filhos necessitados de ensino pedisse, insistisse, annos seguidos por escolas, officinas, melhoramentos, o Estado não cederia, não não se conseguiria a pouco e pouco esses bens por que anceiamos? Certamente.

Quem tem filhos aqui em Africa tem de os mandar a educar ou a aprender um officio ao reino ou ao Natal – *para o rapaz falar bife*. Não tendo meios para isso um pae chora a sua desdita e dixa o rapaz á boa *vida*. Se o pequeno é branco, escapa pela tangente por que sempre se arranja um logarsito d'amanuense, com a porta aberta da licença da junta, para ir a Lisboa aprender, emfim, a fazer uma conta de sommar. Se o

mocinho, porém, *é um scellerado de côr*, então tem uma vida suave: Ou puxa um *rickshó*, estalla o peito n'essas ladeiras, ganha uma tísica que afoga em «vinho colonial» e cahe fulminado, morto, ou é preso por vadio – por que não tem nada que fazer, - e depois de passeiar pelas ruas da baixa ostentando uma grossa corrente de... ferro digna d'um bandido, é remetido para as roças de S. Thomé onde morre mas é das chicotadas dos roceiros! Tudo no fim de contas é morrer!

Abro ao acaso o celebre relatório de 1893, de Antonio Ennes o saudoso estadista e leio:

«*Se o clima o permitisse*, deveriam ser preferidos para os empregos publicos, como para a colonisação, na Africa Oriental, os individuos que tivessem familia e a levassem consigo. É irreparavel a falta da familia na sociedade moçambicana. Começa a sentir-se no palacio do Governador Geral e sente-se até nas palhotas dos negros».

O clima hoje mudou muito e já permite. E comtubo contam-se a dedo as pessoas (filho de portuguezes) que arrostando com os perigos do clima, trazem para a Africa a familia.

A maioria segue as pisadas dos *monhês*, passo a passo: Emigram sós como os *monhês*, vivem miseravelmente para juntar dinheiro – talqualmente os sectarios de Mafoma – e, como estes, vão-se embora mal conseguem arredondar o *pé de meia!*

Francamente não vejo razões para tanta guerra á colonia asiatica! Seguem o exemplo dos dominadores.

Nós que imitamos servilmente os inglezes em todos os seus deffeitos, ainda não nos demos ao trabalho de *vêr* o que são as colonias inglezas n'esta especialidade. Imitemos mais uma vez; sejamos tão colonisadores como elles *se a tanto nos ajudar o engenho e a arte...* Temos uma grande missão a cumprir, que é moralisar o indigena implantando n'esta terra, que é tambem Portugal, os bons costumes.

Da pratica de emigrar homens sós, nascem vergonhosos vicios, torpezas; desorganizam-se lares, desmantelam-se casaes d'antes tão venturosos!...

A missão de educar pertence á mulher – Só a mulher portugueza há-de conseguir aportuguezar as colonias portuguezas.

Não é um hõmem vivendo só n'um quarto, e que sahe de manhã para as duras lidas da vida, deixando a casa entregue ao moleque boçal, para onde só voltam á noite, que há-de desbravar, ensinar, formar, emfim, do animal inconsciente, um ser racional; fazer d'aquelle muleque, um rasoavel creado, um soffrivel cosinheiro, ou um lavandeiro. Não pode – Só a mulher consegue este milagre, se milagre se pode chamar a um beneficio que se obtem com um pequeno esforço, um beneficio que nasce do bem querer servir a patria engrandecendo-a!

JOÃO ALBASINI

Carta de um velho a um jovem

Para o meu filho... a vida de quem se dedica a...

Colombia... a vida de quem se dedica a...

...a vida de quem se dedica a...

hom de... a vida de quem se dedica a...

Quem tem filhos... a vida de quem se dedica a...

Abro ao... a vida de quem se dedica a...

...a vida de quem se dedica a...

O Africano, nº 7
05 de Junho de 1909, pag. 2

COLONISAÇÃO
(Sursum Corda!)
III

Abro a biblia de Moçambique, o grande relatório de 1893 de Antonio Ennes e offereço esta pagina brilhante:

«A todas estas reduções de despezas desejaria eu poder juntar um fundo corte na verba descommunal, que em cada anno representa a somma das passagens de empregados publicos da metropole para a provincia e da provincia para a metropole. O orçamento calcula a importancia d'essas passagens em réis 28:000\$000, mas julgo o calculo modesto, apesar das vantagens do recente contracto com a «Union Steam Ship Company.

Essa verba comprehende duas parcellas que só um erro de administração e um flagrante abuso chronico impõem ao orçamento. Erro de administração é, quanto a mim, admittir ao serviço ultramarino e conservar n'elle individuos organicamente incapazes ou incapacitados de viver e trabalhar nos paizes intertropicaes; abuso constantemente enunciado e jámais corrigido, é dar foros de doença á madraçaria e ao relaxismo, e subvencional-os para irem mezinhar-se nas arcadas do Terreiro do Paço e nos passeios do Chiado. Metade dos funcionarios que veem da Africa a Lisboa e voltam de Lisboa á Africa, uns não deviam vir, outros não mais deviam voltar, alguns nunca deviam ter ido. As nossas regulamentações officiaes tão pechosas ás vezes, teem n'outros capitulos singulares bonhomias e desleixos. Exigirão por exemplo, que um candidato a amanuense ou a alumno de uma escola seja vaccinado e certifique que não padece molestia contagiosa, mas deixarão que para Moçambique vá um anemico ser militar e um bilioso ser juiz de paz. Todos os dias embarcam para o ultramar sujeitos de quem p hospital se despede dizendo-lhe *até breve!* E esses cruzam-se no mar com outros que de lá veem, ao que parece, para vender saude na Metropole. Estavam aborrecidos. Tinham saudades da familia, precisavam solicitar uma promoção, davam-se mal com os chefes ou commandantes ou davam-se mal com elles os governadores, e foram recommendados á condescendencia das juntas por alguma febrida que se curou na viagem do caes para o paquete. Funcionarios há que teem custado mais ao Estado em passagens do que em ordenados; alguns foram ao ultramar ver o que aquillo era, voltaram assustados e ficaram sempre a curar-se do susto; um ou outro adoptou o systema de veraneiar em Africa e hibernar na Europa, ao contrario das andorinhas. E o Estado está por tudo, e até leva a condescendencia ao extremo de dar passagens a senhoras chloroticas e meninos escrophulosos para ter que as repatriar seis mezes depois, com o inevitavel chefe da familia, habilitado com um catharro, ou uma sciatica para acompanhar os entes queridos e queridissimos a pretexto do regalorio de uma viagem á patria.

Tudo isto é que somma, só na conta de Moçambique, 28:000\$000, 40:000\$000, 60:000\$000 réis, o que sei eu!

Indubitavelmente, o que faria um coração fero para reduzir esta somma seria, primeiro que tudo, não despachar para Africa senão gente valida, e não conservar lá senão quem provasse que podia resistir ao ckima. Já alvitrei alguns preceitos inspirados por esta ferocidade, mas esses precisariam ser completados por outro, que

obrigasse todos os funcionarios do ultramar a pagarem as passagens, excepto a primeira, - de ida, - e a ultima, - de volta, no fim do tempo de serviço activo, - e a pagarem-nas por meio de deducções obrigatorias no vencimentos, equitativamente melhorados.

Por deducção obrigatoria, porque? - não de perguntar-me. Porque é preciso não inibir a satisfação legitima de necessidades com os rigores só destinados a cohibirem abusos. Pobres como são os funcionarios ultramarinos, podem não ter dinheiro para virem para a Europa á sua custa, quando realmente adoçam; imprevidentes, pois que são portuguezes, podem, em saude não ter contado com a doença. As deducções seriam um meio de lhes remediar a imprevidencia e a doença: constituiriam a cada qual um fundo de reserva, depositado nas mãos do Estado, com que o Estado lhe pagaria as passagens, quando fossem precisas, até á importancia do deposito, podendo em certos casos restrictos adiantar parte da sua importancia para ser paga por deducções futuras. Esse deposito pertenceria sempre ao depositante, que, se não gastasse- levantá-lo ia quando já não podesse vir a ter necessidade d'elle; enquanto tivesse junta uma certa quantia, não teria que augmentá-la por meio de novas deducções; seria, portanto, interessado em poupar-o. O que tivesse a felicidade de nunca precisar de ares patrios, encontraria reunida no fim da sua carreira a somma que essa felicidade lhe tinha poupado, e seria compensado, recebendo-a, do sacrificio que fizera. O que frequentemente precisasse refrescar-se na Europa, receberia, do seu deposito exausto, uma intimação formal para não insistir no serviço do ultramar. Finalmente, uma regulamentação cautelosa e acertada d'estes preceitos geraes não deixaria os verdadeiros doentes sem meios de procurarem tratamento, forçaria os doentes fingidos a fingirem *á sua custa*, ajudaria a excluir do serviço publico funcionarios incapazes que hoje disfarçam a incapacidade viajando, e pouparia o Estado uma despesa enorme e enormemente abusiva.

Se este systema poder ser substituido por outro, com as mesmas vantagens e menos inconvenientes, que precise de regulamentação mais singela e dispense compheções de escripturação, serei eu o primeiro a applaudil-o e a pedir a sua applicação; só reputo essencial o principio de que as passagens dos empregados ultramarinos seja pagas por elles, com as unicas excepções da primeira, de ida, e da passagem de volta quando o empregado completar o tempo legal de serviço, ou quando for reformado ou aposentado, sendo o serviço vitalicio. Nem me affronta a necessidade de augmentar os vencimentos mais baixos, para tornar equitativa a applicação de tal preceito».

Isto que se lê em cima é de Antonio Ennes como disse.
Revejam-se n'essa prosa sã os moralistas de torna-viagem.
(Continua).

JOÃO ALBASINI

**O Africano, nº6
22 de Maio de 1909, pag. 1**

Gloria a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade!

Ill.mo e Ex.mo Sr
Conselheiro Governador Geral da Provincia de Moçambique
Alfredo Augusto Freire de Andrade

Excellencia!

Bem desejara quedar-me embevecido, contemplando satisfeito, o desenvolvimento da colonisação portugueza n'estas horrorosas terras d'Africa – meu muito amado berço natal, armado, não sei por que malifícios do Destino, em palco funambulesco onde se exhibem tão obnoxias tragedias.

Bem quizera ficar mudo e quêdo dentro da insignificancia do meu ser e não sahir á estacada, qual Magriço, em prol da minha gente. Mas não posso! – Impulsionam-me os sagrados principios do direito das gentes; estimulam-me os salutareos conselhos da minha familia, o preceito christão de amar o meu proximo, e, mais ainda, o dever de, como portuguez, apontar a V. Ex.^a representante do governo portuguez, os defeitos da administração e as atrocidades a que esses defeitos dão azo. – Não tenha V. Ex.^a, mais tarde, de se desculpar com a falta de lealdade dos seus governados, para justificar erros que por desgraça sancione, baseado em informações falsas.

Esta longa quão inutil tirada Ex.^a vem a proposito d'uma carta do Chai-Chai que tenho em meu poder, cujos pontos principaes vou *traduzir*, para poupar a V. Ex.^a o trabalho de decifrar o emaranhado mistefório, escripto em *portuguez barbaro aprendido nas nossas missões*:

«No dia 27 d'Abril foi multado um chefe de nome *Mamadame* em £ 5 0.0 por não ter limpo a estrada publica confiada á sua responsabilidade – Regulado de *Bugane*.

«No dia immediato, a outro chefe, de nome *Cucumesana*, do Regulado de *Bágu*, foi imposta a mesma pena de £ 5 0.0 por egual delicto.

«Um regulo de nome *Macumule*, (á data da carta a que me reporto) está preso á ordem do administrador do Chai-Chai, por não ter arranjado dinheiro para pagar a multa de £ 5 0.0. Esta multa foi-lhe imposta em virtude de não ter sido encontrado no *palacio* quando S. Ex.^a o sr. administrador lá foi procural-o!»

Este regulo adduz a seu favor, o facto de, á hora precisa em que S. Ex.^a o sr. administrador o foi visitar, estar longe d'ali a tratar de arranjar tres mancebos para o serviço militar, que pelo mesmo Ex.mo sr. lhe haviam sido exigidos.

A carta referida, nas suas ingenuas linhas, está cheia de verdades e termina com um considerando de muito valor: «*Açim d'este manera noçus preto vai fugir do aqui*»...

Excellencia!

Olhando para dentro de mim, não vejo cabellos no meu coração; é certo que não transmigrou para o meu corpo a alma generosa de Wilberforce; compreendo todos os sacrificios que são precisos para justificar o cargo... Não me queixo do administrador, insurjo-me contra a justiça que elle applica, justiça de cabeça, feita a olho, conforme o estado billioso ou não do julgador, sem codigos, sem base, simplesmente apoiado pelo «posso quero e mando» - que, segundo os melhores auctores, acabou quando cahiu o Senhor Dom Miguel que Deus cubra de males...

Excellencia!

Os regulos que a nossa auctoridade sujeita e muito bem, a uma obediencia cega, não recebem como paga d'essa obrigação, um triste vintem. O Estado não lhes paga nada por esse trabalho.

O regulo é obrigado a attender a todas as exigencias dos delegados do governo: é obrigado a fornecer gente para os trabalhos publicos, é obrigado a dar gente para o serviço militar - acarretando com as maldições da sua tribu - é obrigado a dar gente para o *Shibalo* (trabalho gratuito) por uns tantos mezes - privando assim esses homens de ganharem dinheiro para o pagamento do imposto de palhota e é, por ultimo, responsavel pelas palhotas do seu *reino*, sendo obrigado a *tocar a rebate* para que todos acudam sollicitos e alegres, com a libra reluzente na palma da mão, por cada palhota immunda, no determinado dia em que o sr. *Commandante* lá vae receber! O regulo, Excellencia é obrigado a tudo sem a minima retribuição!

O regulo tem restricta obrigação de estar presente no seu *paço* quando a auctoridade lá vae. O regulo não pode ir tratar de sua vida, o regulo *não pode ir trabalhar*, é irremissivelmente uma pertença do Estado! Se o regulo, para viver, e seguindo tão nobres exemplos, lança uma multa a um seu vassallo, logo o administrador o castiga com o tripulo da importancia recebida e umas tantas duzias de palmatoadas, «pois que aquellas terras são do Rei de Portugal e não d'um boçalão, d'um cão!»

Excellencia!

O meu raciocinio, as noções que eu tenho da justiça e do Direito, brigam irreconcilivelmente com esta justiça que se faz no matto, justiça que o Muzila, pae do Gungunhana, administrava com mais equidade.

O regulo a meu ver, não é nada, não deve ser nada. Não tem terras, não tem vassallos. Tudo isso passou.

Implante-se com efficacia a soberania portugueza a acabe-se com velharias idiotas que hoje já não teem razão de existir.

- O regulo porém, como um delegado do governo, um braço dos administradores, tem toda a razão de existir, mas, por amôr de Deus! Deem-lhe com que viver, não o sujeitem á despresivel situação de ser dos habitantes do lugar, o mais pelintra, o mais miseravel, sendo, comtudo, o chefe, o *hosse*, o suzerano!

Excellencia!

As multas impostas aos regulos acima cencionados, são – permitta V. Ex.^a a phrase: - uma monstruosidade, uma iniquidade, que não tem sequer, a seu favor, a razão de ser um castigo para evitar abusos.

O regulo, memoria quasi apagada, auctoridade meio morta, não tem, no matto a preponderancia de um simples caixeiro de cantina onde se vende o *vinho colonial*. Não é já o terrifico monstro que espetando a zagaia no sólo batia com o pé no chão e ordenava, como os antigos Deuses: «*Já p'ra aqui 50 hmens, com mil tubarões!*»!...

Foram-se os Deuses Ex.^a!... Hoje o regulo mendiga, com muito humildade, de porta em porta o favor de irem limpar a estrada para o livrarem, a elle regulo, das multas, porque não tem dinheiro para as pagar. Não tendo meios para viver e sendo-lhe prohibido o sahir das suas terras para vir á cidade trabalhar, ha-de acabar por roubar gallinhas aos vassallos, para pagar as multas de £ 5 0.0 que o administrador lhe impõe a pretexto de qualquer falta. V. Ex.^a não deve, ao menos para evitar que haja mais um ladrão dabaixo do sól, consentir na pratica de tal justiça: evite um futuro gatuno...

*
• *

Não faço com certesa nenhuma revelação desconhecida de V. Ex.^a quando lhe disser que de toda a nossa organização burocratica a que o preto menos comprehende, é justamente, a do matto. V. Ex.^a sabe d'isto tão bem como eu... O preto não comprehende aquelle homem de Gaza que manda arranjar tres homens para o serviço e que, em seguida, multa o mesmo regulo por se ter ausentado! O indigena – e como o indigena toda a gente, todo o mundo – não vê onde possa o regulo ir buscar dinheiro ás 5 libras para pagar multas quando é certo que não tem donde lhe venha.

Os indigenas pensam então – com aquella precisão com que pensam os espiritos tacanhos - «que todos aquelles *mulungos* espalhados pelo matto, só pensam em *ganhar* dinheiro, obrigando-os a desfazer-se da gado para pagamento de multas».

Excellencia!

Não devem haver victimas na face da terre, quanto mais não seja para evitar que hajam tyrannos.

Tyranno cruel era o Gungunhana e para vencel-o V. Ex.^a pôz a sua espada, a sua energia e a sua vida ao serviço da patria; e a patria para abater a arrogancia d'aquella bêsta immunda não se poupou a sacrificios de nenhuma especie!

Era a lucta da razão ao serviço da humanidade, era a civilização expulsando, á ponta da bayonetta, o cruel tyranno *vatusa*, livrando aquelles povos de Gaza, d'aquella féra humana, substituindo-a por homens cultos, serios, ponderados, *possuidores da verdadeira sciencia de governar, de administrar*. Já lá vão 14 annos! – e quanto á justiça que se administra a'aquellas longinquas tarreas, Ex.^a, continua a ser tão cruel e iniqua como a do Gungunhana!

Os bons costumes, o que se chama moralidade, não hesito em affirmar a V. Ex.^a que, em terras de Gaza, não se usa; desapareceu tudo com o terrivel bandido!

.....

Ora V. Ex.^a fazia um acto de muita justiça e caridade mandando devolver as duas multas de £ 5 aos desgraçados chefes, e dar liberdade ao regulo... Para continuar assim a administração da justiça (V. Ex.^a, ao menos concorde comigo) não valia a pena o paiz sacrificar tantas vidas e fazendas...

Com muito respeito e humildade.

21-5-1909.

JOÃO ALBASINI

Gloria a Deus nas alturas e paz na terra a toda a humanidade!

Conselho do Governador Geral da Província de Moçambique.
Alameda Augusto Ferraz de Azeiteiro.

Excellencia!

Bem desejava quedar-me embevecido, contemplando satisfeito, o desenvolvimento da colonização portugueza d'estas horrosas terras d'Africa—meu muito amado berço natal, armado, não sei por que maléficos do Destino, em palco funambulesco onde se exhibem tão obnoxias tragedias.

Bem quizera ficar muito a dentro da insignificancia do meu ser e não sahir á estacada, qual Magriço, em prol da minha gente. Mas não posso!—Impulsionam-me os sagrados principios do direito das gentes; estimulam-me os salutarees conselhos da minha familia, o preceito christão de amar o meu proximo, e, mais ainda, o dever de, como portuguez, apontar a V. Ex.^a representante do governo portuguez, os defeitos da administração e as atrocidades a que esses defeitos dão azo. —Não tenha V. Ex.^a, mais tarde, de se desculpar com a falta de lealdade dos seus governados, para justificar erros que por desgraça sancionou, baseado em informações falsas.

Esta longa e inútil tirada Ex.^a vem a proposito d'uma carta do Chai-Chai que tenho em meu poder, cujos pontos principaes vou traduzir, para poupar a V. Ex.^a o trabalho de decifrar o emaranhado mistefório, escripto em portuguez barbaro aprendido nas nossas missões:

«No dia 27 d'Abril foi multado um chefe de nome Mamadame em £3 0 0, por não ter limpo a estrada publica confiada á sua responsabilidade.—Regulado de Zugane.»

«No dia immediato, a outro chefe, de nome Cucumesana, do Regulado de Bingu, foi imposta a mesma pena de £3 0 0 por igual delicto.»

«Um regulo de nome Macumule, (á data da carta a que me reporto) está preso á ordem do administrador do Chai-Chai, por não ter arrojado dinheiro para pagar a multa de £3 0 0. Esta multa foi-lhe imposta em virtude do não ter sido encontrado no palacio quando S. Ex.^a o sr. administrador lá foi procural-o!»

Esta regulo adduz a seu favor, o facto de, á hora precisa em que S. Ex.^a o sr. administrador o foi visitar, estar longe d'ali a tratar de arranjar tres mactebos para o serviço militar, que pelo mesmo Ex.^{mo} sr. lhe haviam sido exigidos.

A carta referida, nas suas ingenuas linhas, está cheia de verdades e termina com um considerado de muito valor: «Acim d'este manera noçus preto vai fugir do aqui...»

Excellencia!

Olhando para dentro de mim, não vejo cabellos no meu coração; é certo que não transmigrou para o meu corpo a alma generosa de Wilberforce; comprehendo todos os sacrificios que são precisos para justificar o cargo... Não me queixo do administrador, insurjo-me contra a justiça que elle applica, justiça de cabeça, feita a olho, conforme o estado billioso ou não do julgador, sem codigos, sem base, simplesmente appoiado pelo «posso quero a mando»—que, segundo os melhores quotores, acabou quando cahiu o Senhor Dom Miguel que Deus cubra de mal!»

Excellencia!

Os regulos que a nossa auctoridade supleta e manda tem, a uma obediencia cega, não recebem como paga d'essa obrigação, um triste vintem. O Estado não lhes paga nada por esse trabalho.

O regulo é obrigado a attender a todas as exigencias dos delegados do governo; é obrigado a fornecer gente para os trabalhos publicos, é obrigado a dar gente para o serviço militar—acarreitando com as maldições da sua tribo—é obrigado a dar gente para o Shibato (trabalho gratuito) por uns tantos mezes—privando assim esses hommas de ganharem dinheiro para o pagamento do imposto de palhota e á, por ultimo, responsavel pelas palhotas do seu reino, sendo obrigado a tocar a rebate para que todos acedam sollicitos e alegres, com a libra reluzente na palma da mão, por cada palhota immunda, no determinando dia em que o sr. Commandante-lá, vao receber! O regulo, Excellencia é obrigado a tudo sem a minima retribuição!

do estar presente no seu paço quando a auctoridade lá vai.—O regulo não pode ir tratar de sua vida, o regulo não pode ir trabalhar, é irremissivelmente uma pertença do Estado! Se o regulo, para viver, e seguindo tão nobres exemplos, logo dá uma multa a um seu vassallo, logo o administrador o castiga com o tripulo da importancia recebida e umas tantas duzias de palmatoadas, depois que aquellas terras são do Rei de Portugal e não d'um boçalão, d'um cão!»

Excellencia!

O meu raciocinio, as noções que eu tenho da Justiça e do Direito, brigam irreconciliavelmente com esta justiça que se faz no matto, justiça que o Muzila, pae do Gungulhana, administrava com mais equidade.

O regulo por mim, não é nada, não devo ser nada. Não tem terras, não tem vassallos. Tu-lo isso passou.

Implante-se com efficacia a soberania portugueza e acabe-se com vellerias idiotas que hoje já não tem razão de existir.

—O regulo porém, como um delegado do governo, um braço dos administradores, tem toda a razão de existir, mas, por amor de Deus! deem-lhe com que viver, não o submetem á desproposita situação de ser dos habitantes do logar, o mais pehota, o mais miseravel, sendo, contudo, o chefe, o hasse, o suzerano!

Excellencia!

As multas impostas aos regulos acima mencionados, são—pernita V. Ex.^a a phrase:—uma monstruosidade, uma iniquidade, que não tem sequer, a seu favor, a razão de ser um castigo para evitar abusos.

O regulo, memoria quasi apagada, auctoridade meio morta, não tem, no matto a preponderancia de um simples caixeiro de cantina onde se vende o vinho colonial. Não é já o terrífico monstro que espetado a zagaia no sólo batia com o pé no chão e ordenava, como os antigos Deuses: «Já p'ra aqui 50 hommas, com mil tubardes!»...

Foram-se os Dauses Ex.^a!... Hoje o regulo mandiga, com mui-

la humildade, de porta em porta
o favor de quem houver a orelha
para o lurrarem, a elle regulo, de
multas, porque não tem dinheiro para
as pagar. Não tendo quem pagar
viver o senão-lhe prohibido a sahir
das suas terras para vir a cidade
trabalhar, ha-de acabar por acabar
golinhas aos vassallos, para pagarem
multas de 50 0-0 que o administra-
dor lhe impõe a pretexto de quasi-
quer falta. V. Ex.^a não deve, ao me-
nos para evitar que haja mais um
ladrao de boiço do sol, consentir na
pratica de tal justiça: evite um fu-
turo gatuao...

..

Não faça com certeza nenhuma re-
velação desconhecida de V. Ex.^a
quando lhe disser que de toda a
nossa organização burocratica a que
o preto menos comprehende, é pas-
samente, a do matto. V. Ex.^a sabe
d'isto tão bem como eu... O preto
não comprehende aquelle homem de
Gaza que manda arrear tres ho-
mens para o serviço e que, em segui-
da, multa o mesmo regulo por se ter
ausentado! O indigena — e como
o indigena toda a gente, todo o mun-
do — não vê onde possa o regulo
ir buscar dinheiro ás 5 libras para
pagar multas quando é certo que não
tem donde lhe venha.

Os indigenas pensam então — com
aquella precisão com que pensam os
espiritos brancos — que todos
aquelles *malungos* espalhados pelo
matto, só pensam em *ganhar* di-
nheiro, obrigam-no-os a desfazer-se
de gado para pagamento de multas...

Excellencia.

Não devem haver vicinias na face
da terra, quanto mais não seja para
evitar que haja tyrannos.

Tyranno cruel era o Gungunhana
e para vencel-o V. Ex.^a pôz a sua
espada, a sua energia e a sua vida
no serviço da patria; e a patria para
abater a arrogancia d'aquella besta
imbuada não se poupou a sacrifici-
os de nenhuma especie!

Era a lucta da razão ao serviço da
humanidade, era a civilização expul-
sando, á ponta de bayoetta, o cruel
tyranno *ratua*, levando aquelles po-
vos de Gaza, d'aquella lera humana,
substituindo-a por homens cultos,
serios, ponderados, *pe suidores da ver-
dadeira sciencia de governar, de admi-
nistrar*. Já lá vão 14 annos! — e
quanto á justiça que se administra
n'aquellas longinquoas terras, Ex.^a,
continua a ser tão cruel e iniqua
como a do Gungunhana!

O bons costumes, o qd se chama
moralidade não heito, em nenhuma
V. Ex.^a Governa as terras de Gaza, não
faz mais do que apparear o lado do mal
do lado do bem...

...ora V. Ex.^a fazia um acto de mu-
ta justiça e caridade mandando de-
saber as duas multas de 50 aos
desgracados chefes, e dar liberdade
ao regulo... Para continuar assim
a administração da justiça V. Ex.^a,
ao menos concorde commigo) não
valia a pena o paiz sacrificar tantas
vidas e fazendas...

Com muito respeito e humildade.

21-5-1909.

João Augusto

O Africano, nº Único
25 de Dezembro de 1908, Pag. 1

Anno novo – Era nova

Torna-se necessaria uma explicação clara para que o terror não invada as criaturas moralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que ás almas billiosas carregadas quasi sempre de auctoritarismo) os homens do poder não se aggarre a mera idéa das represalias e despotismos que remedio muito recommendado cá pelas terras d’Africa. – manancial fecundo onde medram as nullidades...

Não é preciso ir aos velhos archivos da historia buscar o *Caviant Consules* dos Romanos; este papel, este jornalsinho, não vem irritar vaidades e muito menos demolir o existente! Pretende, (se nos permitem o termo), sómente, com muita urbanidade, - e algum receio do fiasco, - lembrar, as negras gentes deste vasto territorio africano, que somos chegados ao fim do anno da graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

N’este fim de anno em que se afundam fortunas tidas até aqui como solidas; em que a propriedade desceu tão baixo – que quasi se agradece ao Banco, o empenho *doloroso* de executar arrematar por *dez reis de mel coado*, o que constituia a riqueza d’um triste diabo -; este fim do anno que mais parece o fim de um mundo, - que lição cruel á desmedida ambição de muitos que, tem escrupulos, e calcando aos pés a consciencia, extorquiram terrenos a pretos embasbacados de tanta villania, empalmaram com subtileza e engenho, areas pavarosas, bocados de terrenos, uma nesga improdutiva de terra, escorraçando para lá, muito para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilisação!

Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Vamos, porem ao que importa, e deixemos esta triste historia da duração ephemera dos bens humanos:

*

* *

Um grupo humilde – das tristes humildades dos *homens de côr* – pretende, anceia, quer fundar, n’esta cidade, uma escola de instrucção primaria ministrando tambem, conforme as posses, alguns conhecimentos uteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrucção espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este *numero unico*.

Nada de sustos...

Esse grupo fundou um **Gremio Africano** composto, unicamente, de elementos africanos, - podendo fazer parte d’essa agremiação, como socios protectores, todos os homens d’outros paizes que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola.

Por que se fundou esta Sociedade?

O motivo é longo de explicar mas vamos tentar resumil-o:

Ha muitos centos d’annos já que acceitamos um jugo dos que julgavamos civilisadores; e, milindres áparte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais. – É verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão temos ousado dizer 'onda corrupta: **basta!**

Em troca d'esta submissão, que causa pasmo no estrangeiro, que temos nós? Nada!

Nem estradas, nem fontes, nem officinas, nem escolas!

Temos – para que a raça mais depressa pereça, se desfaça no esquecimento do tumulto – o vinho branco para pretos e liberdade plena, plenissima, incontestavel, de tomarmos bebedeiras abominaveis irmãs da demencia, com essa infamissima mixórdia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçadas terra esquecida de Deus!

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazer-lhe comprehender que nem só de *zurrapa* vive o homem.

Para todo este vasto programma não basta a eloquencia verbosa de meia duzia homens bem intencionados: é precisa uma escola onde se ensine ás creanças, - os homens d'amanhã, - a verdade e o horror ao vicio.

Mas, para persuadir – interessar o espirito rebelde do preto – obcecado pela idéa das religiões e convencel-o de que a humanidade não está para rezas e que o proprio Deus já muito envergonhado da fama que lhe criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se á privada, que dolorosa tragedia, que de paciencia a despende!...

O preto não duvida da excellencia da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

É agora, aqui neste ponto que convidamos os *civilisadores* a revere-se na sua obra... Os subditos de SM. O Rei de Portugal não fallam o portuguez! – E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este territorio já muito preto sabe lêr: ma sabe lêr o quê? *Landim!!!*

Somos portanto, obrigados a escrever em *landim* para sermos comprehendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:

Os dialectos cafres.

Pode parecer uma parvoice – e talvez seja – mas comprehendemos muito bem que não é *landim* que nós precisamos de saber – queremos fallar e escrever portuguez, o melhor que pode ser.

Somos portuguezes.

A ideia d'esta escola, pode dizer-se que é um protesto á orientação seguida ultimamente pelos nossos paes da patria.

Todo o seu empenho d'elles, com o sr. Bispo de Siene á frente, é que os missionarios e *missionados* só fallem *landim*.

O que pretendem? Ignoramos-lo. Coisa bôa não é, por certo.

Para oppôr uma forte barreira á tollice pretendemos pois, fundar uma escola para ensino do portuguez e, jurámos: - dentro da nossa escola não se fallará noutra lingua. Assim nós que não somos pioneiros da civilisação daremos um cheque em ordem á essa criminoso deliberação dos homens do poder.

Contamos – lealdade acima de tudo – com este programma, desviar a corrente dos adeptos das missões, o que não é difficil, por que a verdade está comnosco, porque nós vamos educar e não continuar embrutecer com o *landim* as pobres creanças que teem direito aos nossos cuidados. É este o nosso fim.

*
* *

Com infinita magoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da *pecunia*. No fundo todos os grandes ideaes humanos bebidos em longos sorvos teem um amargo aborrecido, sabem a fel – pois para tudo é preciso, sempre, o *metal vil* dos poetas.

O ideal é sonhar, mas o util e proveitoso demanda trabalho e dispendio de dinheiro. Assim nós, que vogavámos sonhando, no doce rio da chiméra acordámos com um gosto amargo na bocca ao pensarmos que para todos esses cometimentos não temos uma *quinhentas*.

Mundo torto, muito torto!

Emfim, bem ou mal está lançada a idéa. Realisal-a é o nosso fim – para levarmos a bom porto e salvamento o nosso sonho precisamos da coadjuvação de todos. A quota é insignificante: 500 reis mansaes.

Se encalharmos n'este tempestuoso mar de egoismos, ao menos que nos seja levada sem desconto dos nossos peccados, a nossa reconhecida boa vontade.

.....

Festeja-se hoje o nascimento de Jesus Christo, um amigo dos humildes. É hoje um dia em que se devem esquecer os aggravos, perdoar faltas... Que nos perdoem – como nós perdoamos – os que possam vêr n'este ligeiro artigo alguma offensa, uma phrase menos conveniente.

Este artigo é escripto para ser lido sem oculos: dispensa a dupla vista – e se não vae bem vasado nos moldes jornalisticos tomem isso á conta de sermos leigos na materia, *obscuros obreiros da legião do futuro...* (sem piada), muito embora esta verdade dôa aos homens do vinho, e a SS. Ex.^{as} senhores cantineiros.

Boas festas christãos!

Anno novo — Era nova

Torna-se necessaria uma explicação clara para que o terror não invada as criaturas moralmente sãs assustando-as, e muito principalmente para que ás almas bellissimas carregadas quasi sempre de auctoritarismo (os homens do poder não se agarre a nenhuma idéa das represalias e despotismos que remédio muito recommendado cá pelas terras d'África. — manancial fecundo onde medram as nullidades. ...

Não é preciso ir aos velhos archivos da historia buscar o *Caviant Consules* dos Romanos; este papel, este jornalsinho, não tem licitar vaidades e muito menos demonstrar o existencia! Pretende, (se nos permittem o termino), somente, com muita urbanidade, — e algum receio do fiasco, — lembrar, a negras gentes deste vasto territorio africano, que somos chegados ao fim do anno a graça de 1908 e que precisamos de seguir outro rumo.

N'este fim de anno em que se afundam fortunas tidas até aqui como solidas; em que a propriedade desceu tão baixo — que quasi se agradece ao Banco, o empenho laborioso de executar e arrematar por *deza de mil de mel cozado*, o que constituia a riqueza dum triste diabo —; este fim do anno que mais parece o fim de um mundo, — que lição cruel á desmedida ambição de muitos que, sem escrúpulos, e calcando aos pés a consciencia, extorquiram terrenos a pretos empobrecidos de tanta villania, empalmeram com subtilidade e engenho, areas pavorosas, vocados de terrenos, uma nesga improduttiva de terra, escorraçando para lá, muito para lá, o negro vil que emporcalhava a nossa civilização!

Como Deus escreve direito por linhas tortas!

Vamos, porem ao que importa, e deixando esta triste historia da duração ephemera dos bens humanos:

Um grupo humilde — de tristes humilidade — os *homens de cor* — pretende, anseia, quer fundar, n'esta cidade, uma escola de instrucção primaria ministrando tambem, conforme as posses, alguns conhecimentos uteis aos alumnos. Para este fim appella, esse grupo, para o coração dos que querem a instrucção espalhada pelo continente. Para esse fim como manifesto, se publica este numero unico.

Nada de sustos...

Esse grupo fundou um **Agrégio Africano** composto, unicamente, de elementos africanos, — podendo fazer parte d'essa agremiação, como socios protectores, todos os homens d'outros paizes que desejem concorrer para fim tão moralizador como é a Escola.

Por que se fundou esta Sociedade?

O motivo é longo de explicar; mas vamos tentar resumil-o:

Ha muitos centos d'annos já, que accettamos um jugo dos que julgavamos civilisadores; e, milindres á parte, não temos sacudido esse jugo senão quando a boa razão a isso aconselha. Temos reagido contra os abusos nada mais. — E' verdade que um pouco violentamente, mas escudados sempre pela razão.

O Mundo inteiro é testemunha de que só muito cheios de razão temos ousado dizer á onda corrupta: **Basta!**

Em troca d'esta submissão, que causa passivo no estrangeiro, que temos nós? Nada!

Nem estradas, nem fontes, nem officinas, nem escolas!

Temos — para que a raça mais depressa pereça, se de-faça no esquecimento do lumbulo — o vinho branco para pretos e liberdade plena, plenissima, incontestavel, de tomarmos bebedeiras abominaveis irmãs de demencia, com essa infamissima mixórdia que todos os paquetes despejam n'esta desgraçada terra esquecida de Deus!

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazer-lhe comprehender que nem só de zurrup vive o homem.

Para todo este vasto programma não basta a eloquencia verbosa de meia duzia de homens bem intencionados: é precisa uma escola onde se ensine ás creanças, — os homens d'amanhã, — a verdade e o horror-a-

Mas, para persuadir — interessar o espirito rebelde do preto — obcecado pela idéa das religiões e convence-o de que a humanidade não está para rezas e que o proprio Deus já muito envergonhado da fama que lhe criaram cá em baixo os homens, decidiu recolher-se á privada, que dolorosa tragedia, que de paciencia a despende!...

O preto não duvida da excellencia da nossa escola, ponto é que a gente o convença.

E' agora, aqui neste ponto que convidamos os *civilisadores* a reverem-se na sua obra... Os subditos de S. M. o Rei de Portugal não fallam o portuguez! — E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este territorio já muito preto sabe ler; mas sabe ler o que? *Landim!!!*

Somos portaco, obrigados a escrever em *landim* para sermos comprehendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:

Os dialectos caíres.

Pode parecer uma parvoíce — e talvez seja — mas comprehendemos muito bem que não é *landim* que nós precisamos de saber — queremos fallar e escrever portuguez, o melhor que poder ser.

Somos portuguezes.

A idea d'esta escola, pode dizer-se que é um protesto á orientação seguida ultimamente pelos nossos paes da patria.

Todo o seu empenho d'elles, com o sr. Bispo de Siene á frente, é que os missionarios e *missionados* só fallem *landim*.

O que pretendem? Ignoramos-lo. Coiza boa não é, por certo.

Para oppôr uma forte barreira á tolice pretendemos pois, fundar uma escola para ensino do portuguez e, jurámos: — dentro da nossa escola não se fallará noutra lingua. Assim nós que não somos pioneiros da civilização daremos um cheque em ordem á essa criminosa deliberação dos homens de poder.

Contamos — lealdade acima de tudo — com este programma, desviar a corrente dos adeptos das missões, o que não é difficil, por que a verdade está connosco, por que nós vamos educar e não continuar a embrutecer com o *landim* as pobres creanças que tem direito aos nossos cuidados. E' este o nosso fim.

Com infinita magoa somos forçados a descer ao campo raso, chato e prosaico da *pecunia*. No fundo todos os grandes idezes humanos bebidos em longos servos tem um amargo aborrecido, sabem a fei — pois para tudo é preciso, sempre, o *meta vil* dos poetas.

O ideal é sonhar, mas o util e proveitoso demanda trabalho e dispendio de dinheiro. Assim nós, que vogavámos sonhando, no doce rio da chiméra acordámos com um gosto amargo na bocca ao pensarmos que para todos esses cometimentos não temos uma *quinhentas*.

Mundo torto, muito torto!

Emfim, bem ou mal está lançada a idéa. Realisal-a é o nosso fim — para levarmos a bom porto e salvamento o nosso sonho precisamos da coadjuvação de todos. A quota é insignificante: 500 reis mensaes.

Se encalharmos n'este tempestuos: mar de egoismos, ao menos que nos seja levada

uma desconto dos nossos peccados, a nossa reconhecida boa vontade.

Festeja-se hoje o nascimento de Jesu Christo, um amigo dos humildes. E' hoje um dia em que se devem esquecer os agravos, perdoar faltas... Que nos perdoem — como nós perdoamos — os que possam ver n'este ligeiro artigo alguma offensa uma phrase menos conveniente.

Este artigo é escripto para ser lido serculos: dispensa a dupla vista — e se não vai bem vasado nos moldes jornalisticos tomem isso á conta de sermos leigos na materia, obscuros obreiros da legião do futuro... sem piada, muito embora esta verdade doa aos homens do vinho, e a SS. Ex.^{as} e senhores cantineiros.

Boas festas christãs!

O Africano, nº 11
16 de Agosto de 1909, pag. 1

Polvora ingleza!

Ill.mo e Ex.mo Sr.
Intendente da Emigração

Agora mesmo acabo de deixar entregue á guarda fiscal um preto regressado de Johannesburg, preso em Ressano Garcia pela alfandega por que lhe foi encontrada na mala uma porção de polvora (950 grammas) que o scelerado tentava descaminhar aos direitos. O preto ficou detido desde esse momento da apprehensão ante-hontem 11, até hoje 13, tendo sido entregue *a guardar* no posto policial da rua D. Luiz, *sem comer* porque a alfandega não lhe forneceu comida e o posto não tem verba para sustentar presos d'alfandega! (*Textual*). O preso não tinha dinheiro para comprar alimento porque a alfandega no excesso de zelo até lhe apprehendeu £ 13-1-6 que o empregado da Emigração em Ressano Garcia lhe entregou na liquidação de contas!

O preto, ora preso, é um dos muitos milhares de desherdados da sorte que a ganancia da gente branca atira para os fundos insondaveis das minas do Rand; é uma das victimas de uma civilisação que vae cahindo de pôdre; é um dos seus tutelados ou como melhor lhe queira chamar e é, presentemente, um delinquente que está sob o jugo feroz da Lei porque trouxe comsigo um bocado de polvora que lhe foi vendida pelos inglezes a quem nós portuguezes damos a supremacia em tudo e ensinámos o preto a reconhecer-lhes direitos e superioridades que nos envergonhamos de arrogar!

Foram pois os inglezes do Transvaal que venderam a dita quantidade de polvora ao indigena!

Quem tal diria!

Elle é delinquente porque comprou polvora, *devendo saber* que a importação da polvora é prohibida. Os que vendem a polvora no Transvaal aos indigenas, os culpados, esses são simplesmente, uns commerciantes habeis que fazem o seu negocio!

«A ignorancia da Lei não aproveita a ninguem.» É um principio juridico e o indigena preso devia saber da prohibição porque está nos Boletins. Que lêsse!...

Eu tento serenar o meu aturdido cerebro para, sem exaltação, sem perder a linha do respeito mutuo que todos temos de guardar, perguntar a V. Ex.^a muito humildemente, se em boa justiça se *deve* castigar quem é subdito fiel d'uma nação magnanima que há 400 annos não tentou sequer abrir uma escola, não lhe deu das Leis as minimas noções e antes pelo contrario, no interior, o branco que exerce a auctoridade, o mando, *segue a rotina das leis cafreaes* – quando se não atóla em torpesas sordidas, ancioso por arranjar dinheiro.

É merecido o castigo?

Quem lhe disse, quando e aonde, que não devia comprar polvora no Transvaal quando lhe offereçam para comprar?

Aqui na provincia não a compra porque lh'a não vendem e elle resigna-se. Mas no Transvaal onde lhe dão a ganhar o dinheiro que traz para Moçambique, vendendo-lh'a o inglez, o homem de tão rigidos costumes, o bruto não hesita e compra. Compra com o dinheiro que muito lhe custou a ganhar e traz a polvora para

Moçambique para caçar –porque a natureza, tendo lhe dado florestas densas onde há caça com abundancia, não lhe deu pernas tão ageis para correr e apanhar, á mão, a gazella e o *chango*.

*

• *

Agora, se V. Ex.^a me permite, sigamos os tramites do processo aduaneiro:

O preto é condemnado fatalissimamente. Paga a multa, custas e sellos do processo e é enviado, talvez ao poder judicial.

Multa e custas pódem importar em 20\$000 réis se não fõr muito além d'esta importancia. O Tribunal criminal póde castigar o contrabandista com 30 dias de prisão a trabalhar em serviços publicos. Aqui tem V. Ex.^a pelo menos 6 libras – parte em dinheiro e parte em trabalho que o preto paga, pelo crime previsto e punido pelos Regulamentos – de que elle *nunca ouviu fallar*.

Claro está que, *sangrado* d'este modo, chega a Inhambane sem vintem e, lá n'aquelle districto que é uma dependencia do Inferno, tem de ser novamente preso por não ter dinheiro para pagar o imposto de palhota! Como V. Ex.^a vê tudo isto é d'uma moralidade enternecedora...

O animal e com elle os outros patricios e congeneres, comquanto bronco, sempre ha de discorrer o sufficiente para pensar que os inglezes de lá e os portuguezes de cá, armaram uma ratoeira, *banca* de jogo ou um *berloque* como se diz em calão de batoteiros, de que elle é o *ponto* infeliz, n'aquella mesa verde de Ressano Garcia.

E acha V. Ex.^a que elles não terão razão?

Eu então acho-lh'a toda.

Ora porque é que dispondo V. Ex.^a de um pessoal numeroso ou por outra: rendendo a emigração um dinheirão fabuloso, que dá para *tanta coisa*, não organisa um serviço de tal modo a evitar que taes desgraçados caiam em laços tão vergonhosos que nos desacreditam?

Já mudamos para Komati-poort a paragem dos comboios que d'antes se fazia na nossa fronteira: é mais um esforço, mais uma vergonha e ordene V. Ex.^a a revista das bagagens na fronteira ingleza, para evitar ao menos, a alfandega, as prisões de pretos que voltam confiados do Transvaal para o seu lar e que são violentamente esbulhados dos seus haveres.

Porque a dura verdade, o que lá se diz no Transvaal (garanto a V. Ex.^a que é verdade) é que *nós portuguezes* recebemos £0-7-6 cada preto, para elles entrarem livres de todos os incommodos na sua terra, sem verificações em Ressano Garcia. E por isso vão vendendo polvora, bicycletes, algodões, calçado e tudo quanto os pretos querem comprar, aproveitando a baratesa do mercado.

V. Ex.^a comprehende que um boçal a quem vendem polvora e bujigangas por bom preço e com taes promessas, - não sabendo das leis do seu paiz *absolutamente nada* – e não comprehendendo mesmo a lingua portugueza – porque ainda não nasceu o benemerito que lh'a hade ensinar – esse boçal sente-se tomado de um susto tal ao ver-se preso, a passar fome, a pagar multas que lhe sugam as economias que traz da terra dos inglezes, e, ainda por cima, obrigado a trabalhos forçados, que, jura intimamente, não voltar ao territorio portuguez quando forçado pela necessidade torne a emigrar.

Infelizmente para a provincia de Moçambique, essa necessidade não se faz demorar: O preto mal se *senta a descançar* na sua palhota, ouve uma trombeta fatal

que não é bem aquella que ha de soar no valle de Josephat chamando a carne a reunir aos seus ossos, mas que evoca no espirito aquella outra trombeta narrada por Camões, aquella trombeta castelhana cujo som «Horrendo, ingente, fero e temeroso» fez com que as salsas ondas do Tejo ao mar corressem duvidosas...

Esse signal, essa trombeta que o miseravel ouve da palhota infecta, é a cobrança do Imposto de palhota. Ainda o pária não acabou de pôr as mésinhas nas chagas abertas durante o trabalho violento das minas e já é abordado, violentado, a dar a libra relusente a um senhor que traz nos papeis, timbrada, a Coroa Real de Portugal, encimada por uma cruz, a cruz redemptora, simbolo de perdão, do amor á humanidade!

E é então que o preto, o mais pacifico de todos os subditos portuguezes, tendo dado a libra que lhe restava da duzia que trouxe do Transvaal – parte entregue a alfandega para manter o systema vexatorio da participação do empregado nas multas e a outra parte em bebedeiras de *vinho colonial* e multa á policia por ser encontrado em perfeito estado de embriaguez – é então, vinha dizendo, que o negro, aquelle que faria a prosperidade da sua terra se fosse aproveitado convenientemente e não enganado por toda a gente, que elle pega outra vez no cajado e, coberto simplesmente por um panno roto, e todo elle reseguido pela bebedeira e pela fome, volta costas á palhota, á negra, aos filhos, e toma outra vez o caminho do Transvaal, das minas, a dar o seu corpo, a sua vida, áquella gente vermelha que lhe paga o trabalho, e a enriquecer com o seu esforço terras alheias, gente alheia que se ri por dentro e rende graças ao Altissimo por encontrar na face da terra, nação tão mirabolantemente grotesca que tudo lhe dá a troco de coisa nenhuma – se é que n'isto tudo não há alçapões mysteriosos por onde se somem dinheiros que queimam as mãos!

E é para estes resultados funestos que assignámos conveções, entramos em acordos! É para que eternamente fique, d'uma banda, apartada da graça de Deus, uma canalha soffredora, padecendo todas as injustiças e iniquidades que de taes documentos resultam!

Nas entranhas de V. Ex.^a, ha por certo melhor misericordia – tal estado de coisas não pode continuar.

Confiado em V. Ex.^a espero providencias.

JOÃO ALBASINI

Polvora inglesa!

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.
Intendente da Emigração

Agora mesmo acabo de deixar entregue a guarda fiscal um preto regressado de Johannesburg, preso em Ressaño Garcia pela alfandega por que lhe foi encontrada na mala uma porção de pólvora (950 grammas) que o scelerado tentava descaminhar aos direitos. O preto ficou delido desde esse momento da apprehensão até-hontem 11, até hoje 13, tendo sido entregue a guardar no posto policial da rua D. Luiz, sem comer porque a alfandega não lhe forneceu comida e o posto não tem verba para sustentar presos d'alfandega! (Textual). O preto não tinha dinheiro para comprar alimento porque a alfandega ao excesso de zelo até lhe apprehendeu £ 13-1-6 que o empregado da Emigração em Ressaño Garcia lhe entregou na liquidação de contas!

policial da rua D. Luiz, sem comer porque a alfandega não lhe forneceu comida e o posto não tem verba para sustentar presos d'alfandega! (Textual). O preto não tinha dinheiro para comprar alimento porque a alfandega ao excesso de zelo até lhe apprehendeu £ 13-1-6 que o empregado da Emigração em Ressaño Garcia lhe entregou na liquidação de contas!

O preto, ora preso, é um dos muitos milhares de desherdados do sorte que a ganancia da gente branca atrai para os fundos insondáveis das minas do inland; é uma das victimas de uma civilização que vai cahindo do pódro; é um dos seus tutelados ou como melhor lhe queira chamar e é, presentemente, um delinquente que está sob o jugo feroz da Lei porque trouxe consigo um bocado de pólvora que lhe foi vendida pelos ingleses a quem nós portuguezes damos a supremacia em tudo e ensinámos o preto a reconhecer-lhes direitos e superioridades que nos envergonhamos de arrogar!

Foram pois os ingleses do Transvaal que venderam a dita quantidade de pólvora ao indigena!

Quem tal diria!

Elle é delinquente porque comprou pólvora, devendo saber que a importação da pólvora é prohibida. Os que vendem a pólvora no Transvaal aos indigenas, os culpados, esses são simplesmente uns commerciantes habitaes que fazem o seu negocio. O Intendente da Província approvava e approvava. É um principio juridico e o indigena preso deve ser tratado como tal. O indigena preso deve

Boletim - Que fesse...

Eu tento serenar o meu aturdido cerebro para, sem exaltação, sem perder a linha de respeito mutuo que todos temos de guardar, perguntar a V. Ex.^a muito humildemente, se em boa justiça se deve castigar quem é subdito fiel d'uma nação magnanima que ha 400 annos não tentou sequer abrir uma escola, não lhe deu das Leis as minimas noções e antes pelo contrario, no interior, o branco que exerce a auctoridade, o mando, segue a rotina das leis cafreas — quando se não atola em torpesas sordidas, auctios por arranjar dinheiro.

É merecido o castigo?

Quem lhe disse, quando e a onde, que não devia comprar pólvora no Transvaal quando lhe offereçam para comprar?

Aqui na provincia não a compra porque ih'a não vendem e elle resistiu-so. Mas no Transvaal onde lho dão a ganhar o dinheiro que traz para Moçambique, vendendo-lh'a o inglez, homem de tão rigidos costumes, o bruto não hesita e compra. Compra com o dinheiro que muito lhe custa a ganhar e traz a pólvora para Moçambique para caçar — porque a natureza tendo-lhe dado forças dadas onde ha caça com abundancia, não lhe deu perpetuo agio

para correr e apañar, á mão, a gazella e o chango.

Agora, se V. Ex.^a me permite, sigainos os tramites do processo aduaneiro:

O preto é condemnado fatalissimamente. Paga a multa, custas e sellos do processo e é enviado, talvez ao poder judicial.

Multa e custas podem importar em 20\$000 reis se não for muito além d'esta importancia. O Tribunal criminal pode castigar o contrabandista com 30 dias de prisão a trabalhar em serviços publicos. Apu tem V. Ex.^a pelo menos 6 libras — parte em dinheiro e parte em trabalho que o preto paga, pelo crime previsto e punido pelos Regulamentos — de que elle nunca ouvia fallar.

Claro está que, saugrado d'este modo, chega a Luhanabane sem vintem e, lá n'aquelle districto que é uma dependencia do Inferno, tem de ser novamente preso por não ter dinheiro para pagar o imposto de palhota! Como V. Ex.^a vê tudo isto é d'uma moralidade enternecedora.

O animal e o cangalho os outros partricios e congêneres, emquanto ao branco sempre ha de haver um sufficiente para os seus que os indigenas de lá não podem pagar de caça. Mas um certo branco, que se chama... não ha de ser tratado como tal.

infeliz, a aquella mesma vendida por Ressaño Garcia.

E acha V. Ex.^a que elles não teriam razão?

Eu então acho-lh'a te-la.

Ora porque é que desmendo V. Ex.^a de um pessoal numeroso ou por outra: rendendo a emigração um dinheirão fabuloso, que dá para tanta coisa, não organisa um serviço de tal modo a evitar que tales desgraçados caiam em laços tão vergonhosos que nos desacreditam?

Já mudamos para Komati-poort a paragem dos comboios quando antes se fazia na nossa fronteira: é mais um esforço, mais uma vergonha e ordeno V. Ex.^a a revista das brigagens na fronteira inglesa, para evitar ao menos, a alfandega, as ordens de pretos que voltam cediolos do Transvaal para o seu lar e que são violentamente esbulhados dos seus haveres.

Porque a dura verdade, o que lá se diz no Transvaal (quanto a V. Ex.^a que é verdade) é que nós portuguezes recebemos £ 0-7-6 por cada preto, para elles entrarem livres de todos os incommodos na sua terra, sem verificações em Ressaño Garcia. E por isso vão vendendo pólvora, bicycletas, algodões, calçado e tudo quanto os pretos querem comprar, aproveitando a barateza do mercado.

V. Ex.^a comprehende que um boçal a quem vedem pólvora a bitangas por bom preço e com tres promessas, — não sabendo das leis do seu paiz absolutamente nada — e não comprehendendo mesmo a lingua portugueza — porque ahi não nasceu o boçamente que lh'a haie ensinar — esse boçal sente-se tomado de um susto tal ao ver-se preso, a passar fome, a pagar multas que lhe sugam as economias que traz da terra dos ingleses, e, ainda por cima, obrigado a trabalhos forçados, que, jura intimamente, não voltar ao territorio portuguez quando forçado pela necessidade torne a emigrar.

Infelizmente para a provincia de Moçambique, essa necessidade não se faz demorar: O preto mal se sente a descambar na sua palhota, ouve uma trombeta fatal que não é bem aquella que ha de soar no valle

O Africano, nº 5
13 de Maio de 1909, pag.1

Palavras loucas...

Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Governador Geral da Provincia de Moçambique, Alfredo Augusto Freire de Andrade.

Muito antes de V. Ex.^a dobrar a Ponta Vermelha já a aglomeração era grande na ponte da Capitania. Via-se em todos os rostos a marca agradável d'um acontecimento raro; e em uma minoria *preponderante* – mas em todo o caso minoria insignificante – o signal evidente de que, - allim! – tinha soado a hora!...era chegada a occasião de *estender a mangueira*, - como sóe dizer-se, n'estes amargos tempos em que o plebeismo da linguagem leva de vencida, aos pontapés, os convencionalismos. Clero, Nobreza e Povo, pois, Exmo Sr., achavam-se prenhes de satisfação, cada um com o seu porqué, a sua ideia formada: - Tartufo por systema, D. Fuas por decóro e o Povo porque a chegada de V. Ex.^a e o seu desembarque – com todo o cereminial do estylo – lhe offerecia uma farta hora de distracção, afastando-o, por essa hora, da lida cruel de pensar no pão d'amanhã, no difficilimo problema de viver!

Quando V. Ex.^a desembarcou, meu senhor, a mesma desillusão cahiu em todas as almas: Todos vimos, com mágoa, que V. Ex.^a ficou, em dois segundos, rodeado, enleiado, embaraçado, asphyxiado e... agoniado, - tanto era o incenso que depunham a seus pés!

V. Ex.^a não me leve a mal que eu diga que gostei mais de vêr, quero dizer: de ouvir de tarde, que S. Ex.^a o Sr. Commissario Regio Antonio Ennes tinha tomado conta do seu altissimo cargo em Moçambique, sem pompa, de manhã, tendo por testemunhas dois muleques descalços que sobraçavam chapeleiras, tres pretas vândias, de *pannos* esticados nos quadris, e um *baneane* que na Praça de S. Paulo, tomava o fresco coçando as pernas felpudas.

(Não quero impôr a V. Ex.^a os meus gostos: Sómente quero dizer que me agradou mais aquella posse em 10 de janeiro de 1895. De resto V. Ex.^a é militar e o outro era simplesmente um *paisana*...]

Ouvio V. Ex.^a, logo a seguir, em catadúpa, palavras bonitas ditas por sujeitos correctamente vestidos, enluvados e quiçá bem fallantes. Sentiu V. Ex.^a, por ventura, o *talo das grandes commoções* a embargar-lhe a voz e disse, de certo, o tradicional «obrigado meu povo»!

De cada commissão, de cada grupo, de cada colonia, jorrou com impeto, a phrase facil, o periodo redondo, harmonioso, finamente trabalhado em longas e phachorrentas horas de meditação...

Leu mensagem a colonia Asiatica – *aquella ignobil e sordida canalha* de quem os paes da Patria fallam com nojo e pedem a exterminação... aquelles infames *monhés* para quem os promotores das festas a V. Ex.^a pedem leis de excepção, leis de capitação! – Até esses asiaticos Ex.mo Sr., foram, em massa, depôr aos pés de V. Ex.^a o tributo do seu respeito, o testemunho sincero da sua submissão! Ah! Ex.mo Sr. Não restam duvidas que a festa foi expontanea e de estrondo! Não quero empanar o brilho da grandiosa recepção que V. Ex.^a teve n'esta cidade... O que não achei catholico foi aquillo de empurrar os asiaticos, para comparsas do espectáculo – com promessas de muita *fraternidade e igualdade* para, no fim, vir a repulsão fatal!

V. Ex.^a devia ter ouvido com muita commoção a mensagem da creançada das Escolas 1º de Janeiro. Só a creançada foi sincera appellando para o poderoso auxilio de V. Ex.^a. Só ella é digna da attenção de V. Ex.^a.

Bem sei, comtudo, que a missão de V. Ex.^a não é a de abrir escolas, abrir officinas, abrir os olhos á ignara gente d'Africa. V. Ex.^a julga, como muita gente, que o predominio da raça branca fica assegurado com a ignorancia do negro. É um puro engano e V. Ex.^a com o andar dos tempos – despresando theorias até hoje acabadas como dogmas – ha-de convencer-se do contrario.

O preto conservado na ignorancia por calculo do Governo, dá ouvidos aos missionarios estrangeiros que lhe abrem escolas.

Não quero avançar mais, para não cançar a benevolente attenção de V. Ex.^a. Fica isso para a outra vez.

*
* *

Muito affastado da gente engravatada (feliz por ter occasião de apertar a mão de V. Ex.^a) entre grades, e por cima de todo o cisco, e devia V. Ex.^a ter reparado que se agglomerava tambem uma *sucia* de gente negra – o populacho anonymo – que alli acorria a saudar o governador. Era a negralhada, Senhor!

Era a população d'Africa que lhe deve merecer especiaes cuidados. Eram os seus tutelados; os que não teem politica, os que veem em V. Ex.^a o liberal governo de Portugal. Para elles V. Ex.^a é o mensageiro do Rei de Portugal, da Patria Portugueza, de que elles não conhecem a historia, da Patria Liberal que promulgou a Liberdade e a Igualdade!

Esse magote de gente não acclamou vibrantemente V. Ex.^a á sua passagem, porque *não sabe a doce lingua portugueza*, porque este ignaro povo d'Africa, ainda não teve *ninguém* que, por dever official, lhe ensinasse a lingua portugueza!

Ex.mo Sr.!

Se ha, ainda, neste mundo alguma fórmula de captar as simpathias do povo, é o amor aos humildes: é o trabalhoso exforço de ser bom e util aos pequenos!

Christo, se ainda hoje, faz correr um frémito de paixão pela derme dos christãos, é pela sua dedicacão aos desprotegidos, pela sua muita humildade, pelo bom que desejou á humanidade!

Já não ha Christos n'este prosaico e materialissim seculo. O que ainda resta em certos organismos humanos, não é já o medo do inferno que faz rir, é a piedade, a bondade e a caridade, que enternecem.

É piedade chamar estes seus tutelados ao bom caminho tirando-os do *Vinho Colonial*, da ociosidade, da cantina. É bondade tratal-os *como gente*, fazendo com que aprendam a serem uteis, que aprendam a serem honestos convictos por meio de escolas-officinas, os abram os olhos á razão, onde aprendam o modo por que se deve viver, e é *caridade* fazer com que para todo o sempre sejam portuguezes, fallando portuguez, e que tomem um alto amôr a Portugal, que, pelo visto, todos elles pensam que é uma mesquinha provincia tributaria á Inglaterra.....

Para terminar Ex.^a! e por que sou um fanático amigo da Verdade, permitta que eu felicite o portuguez illustre, homem de verdades duras que no banquete do Gremio Militar (segundo contam) levantou a V. Ex.^a aquelle brinde... Refiro-me ao

sr. dr. Pepulim. Verdades duras Ex.^a mas sempre bellas por que são, no fim de
contas, Verdades.

Assim todos fossem tão senceros quando fallam a V. Ex.^a!

Que lhe sejam propicias as aguas d' Africa!

Bem vindo!

11-5-909.

JOÃO ALBASINI

Palavras Loucas

M. M. Ex.º Sr.
Conselheiro Governador Geral da Província
de Moçambique, Alfredo Augusto Freire de
Andrade.

Muito antes de V. Ex.ª dobrar a Ponta Vermelha já a aglomeração era grande na ponte da Capitania. Via-se em todos os rostos a marca agradável d'um acontecimento raro; e em uma minoria *preponderante* — mas em todo o caso minoria insignificante — o signal evidente de que — aliim! — tinha soado a hora!... era chegada a occasião de *estender a mangueira*, — como são dizer-se, n'estes amargos tempos em que o plebeísmo da linguagem leva de veceida, aos portanês, os convencionalismos. Clero, Nobreza e Povo, pois, Ex.º Sr., achavam-se preñhes de satisfação, cada um com o seu porque, a sua ideia formada: — Tartufo por systema, D. Fuas por decora e o Povo porque a chegada de V. Ex.ª e o seu desembarque — com todo o ceremonial do estylo — lhe offerencia uma farta hora de distracção, afastando-o, por essa hora, da lida cruel de pensar no pão d'amanhã, no difficilissimo problema de viver!

Quando V. Ex.ª desembarcou, meu senhor, a mesina desillusão cahiu em todas as almas: Todos vimos, com indignação, que V. Ex.ª ficou, em dois segundos, rodeado, enleado, embaraçado, asphyxiado e... agoniado, — tanto era o incesso que depunham a seus pés!

V. Ex.ª não me leve a mal que eu diga que gostei mais de ver, quero dizer: de ouvir de tarde, que S. Ex.ª o sr. Commissario Regio Antonio Ennes tinha tomado conta do seu altissimo cargo em Moçambique, sem pompa, de manhã, tendo por testemunhas dois muleques descalços que sobraçavam chapeleiras, tres pretas vadias, de pannos esticados nos quadris, e um *baueane* que na Praça de S. Paulo, tomava o fresco coçando as pernas felpudas.

(Não quero impôr a V. Ex.ª os meus gostos: Sómente quero dizer que me agradou mais aquella posse em 10 de janeiro de 1895. De resto V. Ex.ª é militar e o outro era simplesmente um *paizana*...)

Ouvio V. Ex.ª, logo a seguir, em catadupa, palavras bonitas ditas por sujeitos correctamente vestidos, enlucados e quasi bem fallantes. Sentiu V. Ex.ª, por ventura, o *lalo das grandes commoções*, a embargar-lhe a voz e disse, de certo, o tradicional "obrigado meu poyon!"

De cada commissão, de cada grupo, de cada colonia, jorrou, com impeto, a phrase facil, o periodo redondo, harmonioso, liamente trabalhado em longas e phchorrentas horas de meditação...

Leu mensagem a colonia Asiatica — *aquella ignobil e sordida canaglia* da quem os paes da Patria fallam com nojo e pedem a extirpação... aquelles infames *monjês* para quem os promotores das festas a V. Ex.ª pedem leis de excepção, leis de capitulação! — Até esses asiaticos Ex.º Sr., foram, em massa, depôr aos pés de V. Ex.ª o tributo do seu respeito, o testemunho sincero da sua submissão! Ah! Ex.º Sr. Não restam duvidas que a festa foi espontanea e de estrondo! Não quero empanar o brilho da grandiosa recepção que V. Ex.ª teve n'esta cidade... O que não achei catholico foi aquillo de empurrar os asiaticos, para comparas do *espectaculo* — com promessas de muita *fraternidade e equaldade* para, no fim, vir a *repulção fatal*!

V. Ex.ª devia ter ouvido com muita commoção a mensagem da creangada das Escolas L.ª de Janeiro. Se a creangada foi sincera apellian-lo para o poderoso auxilio de V. Ex.ª. Se ella é digna da attenção de V. Ex.ª

Bem sei, contudo, que a missão de V. Ex.ª não é a de abrir escolas, abrir officinas, abrir os olhos á ignara gente d'África. V. Ex.ª julga, como muita gente, que o predominio da raça branca fica assegurado com a ignorancia do negro. É um puro engano e V. Ex.ª com o andar dos tempos — desprezado theorias até hoje acatadas como dogmas — ha-de convencer-se do contrario.

O preto conservado na ignorancia por calculo do Governo, dá ouvidos aos missionarios estrangeiros que lhe abrem escolas.

Não quero avançar mais, para não cansar a benevolente attenção de V. Ex.ª. Fica isso para a outra vez.

Muito affastado da gente engravadada (feliz por ter occasião de apertar a mão de V. Ex.ª) entre grades, e por cima de todo o cisco, devia V. Ex.ª ter reparado que se agglomerava tambem uma *sucia* de gente negra — o populacho abonyino — que alli accorria a saudar o governador. Era a negralhada, Senhor!

Era a população d'África que lhe deve merecer especiaes cuidados. Eram os ser's tutelados; os que não teem politica, os que veem em V. Ex.ª o liberal governo de Portugal. Para elles V. Ex.ª é o mensageiro do Rei de Portugal, da Patria Portuguesa, de que elles não conhecem a historia, da Patria Liberal que promulgoou a Liberdade e a Igualdade.

Esse magote de gente não acalmou vibratamente V. Ex.ª a sua passagem, porque *não sabe a doce lingua portugueza*, porque este iguaro povo d'África, ainda não teve *ninguem* que, por dever official, lhe ensinasse a lingua portugueza!

Ex.º Sr.!

Se ha, ainda, neste mundo alguma fórmula de captar as sympathias do povo, é o amor aos *indilides*: é o trabalhoso esforço de ser bom e util aos pequenos!

Christo, se ainda hoje, faz correr um frémito de paixão pela derme dos christãos, é pela sua dedicação aos desprotegidos, pela sua muita humildade, pelo bom que desejou á humanidade!

— Já não ha Christos n'este prosaico e materialissimo seculo. O que ainda resta em certos organismos humanos, não é já o medo do inferno que faz rir, é a piedade, a bondade e a caridade, que eternecem.

É piedade chamar estes seus tutelados ao bom caminho tirando-os do *Vinho Colonial*, da ociosidade, da explana. É bondade tratal-os *como gente*, fazendo com que aprendam a serem uteis, que aprendam a serem honestos convivendo por meio de escolas-officinas, u. abram os olhos á razão, onde aprendam o modo por que se deve viver, e é *caridade* fazer com que para todo o sempre sejam portuguezes, fallando portuguez, e que tomem um sítio amor a Portugal, que, pelo visto, todos elles pensam que é uma mesquinha provincia tributaria á loglaterra.

Para terminar Ex.ª! e por que sou um fanático amigo da Verdade, permitta que eu felicite o portuguez illustre, homem de verdades duras que no banquete do Gremio Militar (segundo contam) levantou a V. Ex.ª *aquelle brinde*... Refiro-me ao sr. dr. Popolim. Verdades duras Ex.ª

mas sempre bellas por que são, e fim de contas, Verdades. Assim todos possuem o mesmo quando fallam a V. Ex.ª que lhe sejam propicias as serraes d'África!

Bem vindo!

11-5 999.

JOÃO ALVES

O Africano, n.º 8
19 de Junho de 1909, pag. 1

Serviço militar!

Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Governador Geral gda Provincia de Moçambique, Alfredo Augusto Freire de Andrade.

Eu quero crer que V. Ex.^a é o herdeiro de um patrimonio de ha muito desbaratado, sobre o qual pesam encargos e «erros que de longe veem».

Estava reservado a V. Ex.^a o trabalho penoso de encarar a serio o problema vital da provincia de Moçambique, e é a V. Ex.^a que eu me dirijo com muitissimo respeito, mas muito desassombadamente, afim de chamar a sua esclarecida attenção para as miserias que enfermam o districto e com elle os naturaes.

Passando uma noute por «Magulubane», friteira portugueza – estranhei a quantidade do fogueiras que alegravam aquelle ermo, de ordinario deshabitado, aquelle bocado de sertão, de repente illuminado – bem mais illuminado que as ruas da cidade capital da Provincia, onde V. Ex.^a reside e onde eu, municipe desprotegido, dou topadas em pedregulhos soltos ou fico enterrado em lama, isto quando obrigado pela necessidade percorro as ruas da cidade na busca afanosa do pão para a boca – e da rodella de prata para pagar as exigencias da Companhia das Aguas, luz e mais as contribuições do Estado que tão bem nos trata.

Refreei pois, curioso, o *burro fogoso* em que vinha escarranchado e perguntei ao meu guia « o que vinha a ser aquillo». «São os pretos do Sabié que fogem de ir para Moçambique».

Compreendi, com uma promptidão rara em mim, toda a horrorosa verdade. Nem prestei attenção ao homem que caminhou depois, ao lado do burro contando uma historia tetrica de que o burro certamente se apavorou porque deu um salto para o lado, atirando com estas minhas banhas para cima de um monte de pedras...

Apiede-me então de V. Ex.^a e dos que teem o mando na mão. Soube então a razão porque a minha bestialidade engorda e o intellecto de V. Ex.^a mingua: os encargos do governo!

Que V. Ex.^a governa uma provincia em condições muito inquietadoras, não é novidade para ninguem. Tem V. Ex.^a a W. N. L. A. a promover, qual Moysés, um verdadeiro exodo de indigenas para o Transvaal. Estas indigenas quando voltam não trazem dinheiro para beneficiar a terra, porque compram no Transvaal, muito em conta – mercê das pautas de lá – toda a qualidade de mercadorias de que necessitam, mercadorias que entram *gratis* na nossa fronteira mercê dos taes famosos £ 0-7-6 da Convenção. A maioria d'estes párias vem physicamente arruinada incapaz de qualquer serviço. A tuberculose tomou conta d'illa nas minas.

Os poucos indigenas que fivam no paiz são para o serviço local: descargas na ponte-caes, serviços domesticos, *rickshaws*, e para a mesquinha agricultura, muito primitiva, que symbolisa de modo bem humilhante a relaxação das raças mandrionas. Mas para estes poucos indigenas que ficam na provincia a industria nacional com a sua bandeira roxa da bebedeira *a cuja sombra come e se governa* como muito bem disse S. Ex.^a Rev.ma, fabricou o *vinho colonial!* Não morrem nas minas, nem ficam no Transvaal, nem trazem doença contagiosa do Transvaal: inutilisam-se com

bebedeiras do tal *colonial* e outras mixturas, em todas essas cantinas que empestam o districto.

Em plena cidade baixa não transita hoje uma senhora pelas ruas que circundam as cantinas do predio Andrade e outros antros annexos, que não ouça palavrões obscenos, d'essa horda de bebedos que a brandura dos nossos costumes tolera. A V. Ex.^a, por certo, nunca sobrou o tempo para parar defronte de taes estabelecimentos cinco minutos a contemplar aquella nojencia, nem eu o aconselho a esse sacrificio. Quero simplesmente frisar que tão inutilizado volta o preto do Transvaal com o trabalho violento das minas (relatiro do dr. Rolla) como inutilizado fica o preto que vem trabalhar á cidade, onde bebe, a fartar, aquelle *nectar do Poço do Bispo*.

Concluo pois, Ex.mo Sr. que, pondo de parte estas duas especies de trabalhadores pela sua reconhecida inutilidade ficam, pelo interior do matto, os pretos são, os que constituem familia, os que criam o gado, etc. Mas – como são fortes as duras leis do Destino! – surge a necessidade de servir o paiz. São precisos soldados – não se sabe bem para quê, mas o facto é que são precisaos.

«Que nos cumpre fazer?

«Depressa! Mandem or

«Dragonas de commando ao general Terror

.....
«Violencia, vae chamar o teu irmão Assombro»

São então exigidos aos administradores das circunscripções uns tantos mancebos fortes, são, de largo folego, medindo os centimetros da lei; emfim, «gente d'umacana», na expressão vulgar do povo.

Está bem de ver que este contingente não sae dos tysicsos que o Transvaal nos devolve, nem das cantinas onde impera o *vinho colonial* porque a junta medica não acceta tal gente. Ha-de forçosamente sahir da classe dos outros, dos taes que afinal, constituiam a reserva de mestre.

Começa então a debandada. O administrador forçado a proceder, abafa os gritos da propria consciencia e é obrigado a operar...

Com os *meus propios olhos* vi, na Manhica, ha 3 annos, dois mancebos escolhidos para o serviço militar fugirem covardemente á honra de servir a patria, por meio de cordas... Vi em Ex.mo Sr., dois latagões, dois negralhões, pendurados pelo pscoço, mortos, sem a minima attenção pela gentileza da distincç~so. Enforcaram-se para não irem para Moçambique... «Não podiam mais com tanta gloria.»

Excellencia! Talvez eu esteja em erro, mas julgo que o soldado indigena é tão inutil quão nocivo ás terras da sua naturalidade, quando por ventura a ellas chega a voltar, o que nem sempre succedeu. – Antinio Ennes como V. Ex.^a sabe, no tempo da guerra, deu baixa a soldados de Angola, que serviam havia 6, 6 e 12 annos, esquecidos dos poderes superiores, implorando debalde, a sua baixa e recebendo castigos por ousarem importunar os srs. Commandantes dos batalhões. Quantos d'elles enlouqueceram; quantos d'elles desertaram e morreram no matto exhaustos de recursos! Tudo isso passou, é certo e sobre o passado passemos o véu do esquecimento!

O que fica de pé e ainda é de hoje é a inutilidade de tal soldado.

Vae para o quartel um homem forte, e de costumes morigerados; volta um insolente *escamarada*, malandrim acabado, cheio de vicios e muito dado a bebidas –

para afogar maguas – V. Ex.^a está a ver este elemento nas terras a perturbar a ordem, a implantar maus costumes...

Mas, perguntará V. Ex.^a: que tem o governo, o que tenho eu, que o negro seja mesmo assim? – Que se lhe ha-de fazer?

Muito. Tudo!

O soldado indigena não recebe educação de especie alguma na caserna. Como estamos em tempo de paz, transita com latas de comida para algum Sr. official. Quando escalado para o serviço militar, passeia de espingarda ao hombro, metendo medo a quem vê aquelle selvagem – ás vezes perdidinho de bebedo e armado!

(Não se ria. V. Ex.^a, do susto que me mette tal gente; fui sempre assim, um timido incapaz de affrontar feras...)

Sem querer importunal-o com considerações tolas, parece-me racional que elles continuem a ser assim mesmo malandros e bebedos, por muito que se lhes diga que pertencem á nobre classe militar, desde que não se lhes incute a noção de tal vida, e se lhes não dá uma vantagem, uma melhoria de situação que esteja ao alcance da sua boa vontade, dos seus proprios exforços e exemplar comportamento. É evidente que a toda a obrigação deve corresponder um beneficio.

Pertencer á tropa, com a condição expressa de ser toda a vida soldado e tratado como um animal, deve ser cousa que não tente ninguem, por muito amor patrio que se sinta dentro do peito.

Sendo porem certo que o Estado precisou, precisa e ha-de precisar de soldados e sendo tambem certo que a provincia de Moçambique precisa muito mais, *mas muito mais*, de braços, de gente valida, para poder progredir do que precisa de soldados, e, sendo este um elemento inutil depois de despida a farda – tão inutil como o bebedo que passa a vida nas tabernas – ousou lembrar com muitissimo respeito, que se podia harmonisar tudo, ordenando V. Ex.^a rurgas rigorosas, *de dia*, em pleno dia, ás cantinas, apanhando os vadios, os que vivem nas cantinas, os provocam desordens, os que, emfim, moralmente não teem já concerto nem familia, os que não fazem falta a ninguem, aquelles que já não voltam para as suas terras e, em summa, todos os que não vivem do trabalho honesto.

Pode V. Ex.^a objectar que tal gente não serve para a vida militar, d'accordo: mas o tal militar indigena passa a vida na cantina e é no dizer do vulgo, *uma carta for a do baralho*... tambem já não presta para mais nada. E como, no fim de contas, esta mania teria o lado honesto do saneamento moral, adviria d'ella o beneficio de afugentar o preto da cantina e obrigar-o a refugiar-se no trabalho para fugir á garra adunca da lei que o manda para Moçambique.

A unica opposição, Ex.^a que eu antevejo n'isto tudo é a *drogaria* do Poço do Bispo. Com este potentado não contava eu quando comecei esta ingenua carta. Calleia, Brito & Macieira, e outros magnates, é claro, levantar-se-hiam indignados com a medida, e ai da Provincia de Moçambique! E então Ex.^a... por amor de pretos, não vale a pena, amargurar a vida a taes benemeritos!...

Morra a Provincia, mas salve-se o vinho branco para pretos!

Finis coronat opus!

JOÃO ALBASINI

me, molle tal gente; ta sempre as
sou, a n' l'oulo incapiz de affrontar
letras. . .

Sem querer impontual-o com
considerações tolas, parece-me ra-
cional que elles continuem a ser as-
sua, mesmo mal-andros e bebados,
por muito que se lhes diga que per-
tencem á nobre classe militar, des-
de que não se lhes inerte a noção
de tal vulto, e se lhes não dá um
vantagem, a na melhoria de situação,
que esteja ao alcance da sua bon-
vontade, dos seus proprios esforços
e o exemplar comportamento. É evi-
dente que a toda a obediência deve
corresponder um beneficio.

Pertencer á tropa, com a condicti-
vidade de ser toda a vida soldado
e a tropa com o qual, deve ser
com a que não temo o nome, por
tanto amor patrio que se sinta den-
tro do peito.

Sendo, porém certo que o Estado
precisa a todo o momento de
soldados e sendo tambem certo que
a provincia de Moçambique precisa
muito mais, *mas muito mais*, de
briga, de gente valida, para poder
proteger de que precisa de solda-
dos, e sendo este recrutamento im-
til depois de despida a tarde—lho
muito como o bebedor que passa a
vida nas tabernas— não lembrar
com muito pouco respeito, que se po-
ria a commensar a vida, de lerando
V. Ex.ª nas seguintes palavras, *de ánt.*
em pleno dia, as cantinas, apa-
nhando os vachos, os que vivem nas
cantinas, os que vivem em desordens,
os que, entem, moralmente não tem
já conexão na familia, os que não
fazem falta a ninguém, aquelles que
já não voltam para as suas terras e,
em somma, todos os que não vivem
do trabalho honesto.

Pelo V. Ex.ª a saber que tal con-
dição não serve para a vida civil e
a a combater mas o tal militar oblige-
to, passa a vida na cantina e é a
dizer do vulgo *uma carta fora do
barulho*. . . tambem já não presta
para mais nada. E como, . . . tem de
contas, esta m. . . a terra o lado ho-
neste do sena. . . do moral, a vida
d'ella o beneficio de atugando o
peito da cantina e obrigando a re-
tornar-se ao trabalho para fugir á
garras alguma da lei que o manda
para Moçambique.

A unica opposição, Ex.ª que eu
antevijo a isto tudo é a *drogaria* do
Papa do Bispo. Com este potentado
não contava eu quando comeci esta
ingenua carta. Callou, Brito & Ma-
cicira, e outros magnates, é claro,
levantar-se hiam indignados e com a
melinda dos aldas, provincia de Mo-
çambique e Antão E. . . por maior
de prelo, não vale a pena de a mar-
ca da V. Ex.ª e desbenemeritos.
Morrava Provincia, mais sale.

VC-se o vinho branco para pre-
tos!

Finis coronat opus!

João Albasini

O Africano, nº 7
05 de Junho de 1909, pag. 1

“Para servir o paiz eu vim de Fanhões”

Uma tarde estava casualmente na ponte-caes quando atracou o vapor *Freire d'Andrade* da Empresa do Limpopo, vindo das terras de Gaza. N'este momento parava em frente do vapor uma força militar commandada por um sargento. Farejei o caso: era um contingente do Chai-Chai para o serviço militar.

Depois desembarcaram vinte e tantos homens muito pretos e muito tristes, *amarrados pelo pescoço a dois e dois...* Quem eram esses diabos? O contingente para a tal coisa...

Na ponte, um sargento e um cabo ás coranhadas, blasphemando e praguejando obrigavam aquella canalha a *formar militarmente*, e a tomar aquella garbo marcial proprio de «Mavorte». Um dos tristes presos olhando para o céu inclemente e para a vastidão dos mares e lembrando-se talvez, da liberdade das selvas, da companhia amorosa das fêras bem menos crueis, e quem sabe! Talves d'uns 3 negrinhos muito sujos que lá ficaram em Gaza, no regaço da negra hedionda, chorava silenciosamente, as lagrimas correndo em fio pelo carão da cór d'ebano! Então um dos soldados, baixote, enxovalhadote, sebadote, com testa curta fugindo espavorido para traz, um bronco das *rusgas de lá*, muito satisfeito de *vêr o raio do negro a chorar*, largou este dito que foi victoriado por uma gargalhada dos camaradas: num chores que tão bem baes!...

Eram 5 horas da tarde. «Phebo lá p'ras bandas da Matolla, envolto em um clarão rubro, estava prestes a mergulhar, ocultar-se para não vêr tanta coisa d'este mundo grotesco!

Depois os pretos sempre *amarrados pelo pescoço a dois e dois*, encurralados por um quadradodebayonetas luzindo ao sól de Deus justo, atravessaram as ruas d'esta cidade, caminho do Quartel da Policia, - uma especie de purgatorio onde se preparam as almas para a Bemaventurança.

Dias depois d'esta scena chegou do mesmo logar e com o mesmo destino outro contingente e de Inhambane outro e outros e, a estas horas, outros contingentes veem a caminho para servir o paiz.

A Patria precisa de soldados.

O serviço militar é odiado por todas as raças, por todos os povos mas tem de ser: é preciso, ninguem duvida.

O ponto, é saber-se, estudar-se a melhor maneira de tornar essa obrigação menos violenta, menos odienta.

Em principio eu acho que 3 annos d'uma assentada para negros boçaes que não estavam affeitos a tal serviço é muito: que devia ser reduzido o tempo, por exemplo, a um anno, mas, *servindo na propria terra*, no seu districto.

Isto como inicio oara não crear odios e tentar harmonisar tal gente com tal obrigação.

Servir em Moçambique! Eis a principal razão por que elles fogem por que odeiam o serviço militar! São precisos soldados mas o que é mais preciso é o bom senso.

Do Marracuene, Manhiça, Sabié, Magude, Maputo e Gaza, chegam notícias desoladoras. O commercio está paralisado, ninguém vende um vintem de fazendas pelo motivo de faltar quem compre. De todas as circumscrições fugiram os habitantes mais ou menos nas condições precisas para assentar praça.

Do Sabié fugiram para para as serras para «Magobolana», fronteira: e ali acendem fogueiras, ali acamparam os subditos de S. M. Fidelissima.

O administrador do Sabié, o sr. capitão Marques da Silva antes dedarexecução ás ordens, apresentou a s. ex^a o sr Governador Geral varios motivos por que deviam, por este anno, serem dispensados do serviço militar os povos do Sabié. Um d'esses motivos era a de terem sido forçados a *venderem* o gado por todo o preço.

Parece que o sr. Governador, achando justo o pedido, deferiu.

Os administradires das outras circumscrições, sabedores do caso, representaram a s. ex^a contra a medida. Com justissimas razões fizeram ver a s. ex^a que o indigena não comprehenderia a justiça da medida, concluiria por suppôr que era uma questão de bondade dos administradores, e sendo assim, que o administrador de tal ponto era muito peor que o de tal ponto.

S. ex^a, ao que consta, deu então contra-ordem e o administrador do Sabié «que arranjasse o contingente, 10 homens», salvo erro...

Aqui é que foi o mal.

O administrador tendo já dito como verdade aquillo de, a sua circumscrição estar isenta do serviço militar, tendo convocado os regulos para lhes dar a boa nova, teve em virtude de ordens superiores de dizer «onde digo que digo digo que não digo» - um costume muito nacional!...

Resultou de tudo isto, ficar o administrador do Sabié mal visto pela sua gente, porque o preto não conhece as contra ordens. O sr. administrador havia dito que não iria ninguém para Moçambique; e dias depois mandava prender gente - eis o caso...

Não desponho de tempo para tratar com larguesa este assumpto, reservando para o proximo numero as considerações que o caso me suggere. Comtudo, como alvitre direi aos governantes que ha um meio muito bom e muito viavel de tudo harmonisar arranjando gente para o serviço sem bulir com gente pacifica, e, o que é peor: sem despertar no animo d'essa gente a idéa, de que longe, n'outras terras não soffrem castigo os que não fazem mal a ninguém, os que não prevaricam, os que não vivem em cantinas.

Parece que toda a gente tem o proposito firme de escorraçar a pretalhada para o o Transvaal, que toda a gente está interessada em beneficiar o Transvaal! Porque?

O porquê e o mais que ás occultas se engendra, direi no proximo numero se Deus me der vida e saude.

Por agora sómente peço que não colloquem os administradores das circumscrições em tal situação...

Basta o que basta.

4-6-09.

JOÃO ALBASINI

"Para servir o paiz eu vim de Fanhões"

Uma tarde estava casualmente na ponte-caes quando atracou o vapor *Freire d'Andrade* da Empresa do Limpopo, vindo das terras de Gaza. N'este momento parava em frente do vapor uma força militar commandada por um sargento. Farejei o caso: era um contingente do Chui-Chai para o serviço militar.

Depois desembarcaram vinte e tantos homens muito pretos e muito tristes, *amarrados pelo pescoço a dois e dois...* Quem eram esses diabos? O contingente para a tal coisa...

Na ponte, um sargento e um cubo ás corançadas, blasphemando e praguejando obrigavam aquella canalha a formar militarmente, e a tomar aquella garbo marcial proprio de «Mavorien». Um dos tristes presos olhando para o céu incolemente e para a vastidão dos mares e lembrando-se talvez, da liberdade das selvas, da companhia amorosa das fêras bem menos cruéis, e quem sabe! talvez d'uns 3 negriños muito sujos que lá ficavam em Gaza, no regaço da negra hedionda, chorava silenciosamente, as lagrimas correndo em fio pelo carão da côr d'ebano! Então um dos soldados, baixote, enxovalhadote, sebadote, com a testa curta fugindo espavorido para traz, um bronco das *rusgas de lá*, muito satisfeito de ver o raio do negro a chorar, largou este dito que foi victoriado por uma gargalhada dos camaradas: *num chores que tão bem bues!*...

Eram 5 horas da tarde. «Phebo lá p'ras bandas da Matolla, envolto em um clarão rubro, estava prestes a mergulhar, occultar-se para não ver tanta coisa d'este mundo grotesco!

Depois os pretos sempre *amarrados pelo pescoço a dois e dois*, encurralados por um quadrado de bayonetas luzindo ao só de Deus justo, atravessaram as ruas d'esta cidade, caminho do Quartel da Policia, — uma especie de purgatorio onde se preparam as almas para a Bemaventurança.

Dias depois d'esta scena chegou do mesmo lugar e com o mesmo destino outro contingente e de inhambano outro e outros e a estas horas, outros contingentes veem a caminho para o serviço do paiz.

«A Patria precisa de soldados»

O serviço militar é odiado por todas as raças, por todos os povos mas tem de ser: é preciso, ninguém duvida.

O ponto, é saber-se, estudar-se a melhor maneira de tornar essa obrigação menos violenta, menos odienta.

Em principio eu acho que 3 annos d'uma assentada para negros bocaes que não estavam adeitos a tal serviço é muito: que devia ser reduzido o tempo, por exemplo, a um anno, mas, *servindo na propria terra, no seu districto.*

Isto como inicio para não crescer odios e tentar harmonisar tal gente com tal obrigação.

Servir em Moçambique! Eis a principal razão por que elles togem por que odeiam o serviço militar! São precisos soldados mas o que é mais preciso é o bom senso.

Do Marraceno, Manhica, Sabié, Magude, Maputo e Gaza, chegam noticias desoladoras. O commercio está paralisado — ninguém vende um

vintem de fazendas pelo motivo de faltar quem compre. De todas as circumscripções fugiram os habitantes mais ou menos nas condições precisas para assentar praça.

Do Sabié fugiram para as serras para «Magobolana», fronteira; e ali acendem fogueiras, ali acamparam os subditos de S. M. Fidelissima.

O administrador do Sabié, o sr. capitão Marques da Silva antes de dar execução ás ordens, apresentou a s. ex.^a o sr. Governador Geral varios motivos por que deviam, por este anno, serem dispensados do serviço militar os povos do Sabié. Um d'esses motivos era a de terem sido forçados a venderem o gado por todo o preço.

Parece que o sr. Governador, achando justo o pedido, deferiu.

Os administradores das outras circumscripções, sabedores do caso, representaram a s. ex.^a contra a medida. Com justissimas razões fizeram ver a s. ex.^a que o indigena não comprehenderia a justiça da medida, concluiria por suppôr que era uma questão de bondade dos administradores, e sendo assim, que o administrador de tal ponto era muito peor que o de tal ponto.

S. ex.^a, ao que cousta, deu então contra-ordem ao administrador do Sabié «que arranjasse o contingente, 10 homens», salvo erro...

Aqui é que foi o mal. O administrador, tendo já dito como verdade aquillo de, a sua circumscripção estar isentado do serviço militar, tendo conhecido os regulos para a libertação do gado, teve o

virtude de ordens superiores de dizer «onde digo que digo digo que não digo» — um costume muito nacional!...

Resultou de tudo isto, ficar o administrador do Sabié mal visto pela sua gente, porque o preto não conhece as contra ordens. O sr. administrador havia dito que não iria ninguém para Moçambique; e dias depois mandava prender gente — eis o caso...

Não desponho de tempo para tratar com largueza este assumpto, reservando para o proximo numero as considerações que o caso me suggerre. Contudo, como alvitre direi aos governantes que ha um meio muito bom e muito viavel de tudo harmonisar arranjando gente para o serviço sem bulir com gente pacifica, e, o que é peor: sem despertar no animo d'essa gente a idéa, de que longe, n'outras terras não soffrem castigo os que não fazem mal a ninguém, os que não prevaricam, os que não vivem em cantinas.

Parece que toda a gente tem o proposito firme de escorraçar a preta-lhada para o Transvaal, que toda a gente está interessada em beneficiar o Transvaal! Porque?

O porquê e o mais que ás occultas se esgandra, direi no proximo numero se Deus me der vida e saúde.

Por agora somente peço que não colloquem os administradores das circumscripções em tal situação...
Dista o que basta.

4-6 09.

João Almasivi.

O Africano, nº 307
27 de Março de 1915, pag. 1

A CHAPA MONCÁDICA...

Por enquanto não ha outra lei; vigora a mesma e como é da boa educação acatar as leis vigentes, nós recomendamos sempre, a tal respeito, que o remédio é aguentar e cara alegre...

Esta mesma resposta demos à consulta do sr. Pedro, cidadão d'Angola, ex-defensor da Pátria, voluntário apanhado a laço numa rua de Luanda em 1895, quando a Pátria aflita abria os braços e bradava pelos seus filhos.

Contou-nos o sr. Pedro que, uma noite, farto de implorar proteção e Justiça à estátua de Salvador Correia de Sá Benevides (a única coisa em Angola, diz ele, que mantém o mesmo equilibrio e firmeza) contra as perseguições de que era vítima, se ditara num banco entregando-se nos braços de Morfeu.

Vai daí passou um ... guita inoportuno que o sonoperturbou ... engatado ele como voluntário para ir a Lourenço Marques matar landins.

Este foi o exórdio com que entrou o sr. Pedro.

Depois contpo os martírios e as mágoas porque passou.

- Nesta altura, tocados de vaga reminiscência poéticados bons tempos da mocidade, atalhamos o loquacíssimo angola: "Olá, Pedro amigo: anda de contos tristes - já o bardo da "judia" dizia a propósito:

"Durmas: não vejas o martirio, as mágoas,
que eu conto às água e não digo a Deus" ...

Isto claro, como V. percebe, Pedro, foi para evitar massada à "judia". Salta em claro portanto, essa parte tragédia da história e vamos ao que interessa.

Ele então contou:

Servira como melhor soberáia. Matara alguns landins com certeza - tanto tiro dera para o monte - e depois de muitos anos deram-lhe a baixa. Tinha anos dados e feridas recebidas - Mas ainda podia andar; e o seu desejo foi voltar à terra; mas nagaram-lhe a passagem esse ano. Ainda lhe fizeram gastar assim um par de botas em consecutivas marchas e contramarchas a saber do ditosa dia em que a Justiça do Rei lhe daria a passagem para ir acabar os seus dias a bebericar cachaça nas sanzalas de sua terra. Gastou botas inutilmente... Os anos passaram e passagem... nunca mais houve.

Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d'uma vez. Passou a andar descalço.

Umás atrás de outras vieram variadíssimas complicações e o gajo ficou definitivamente. E agora então com uma dor reumática no joelho.

Sucedeu porém que outro dia um gumana (polícia) lhe perguntou pela chapa. O Pedro imediatamente declinava sua identidade: antigo servidor da Pátria - filho de boas famílias - senhor de todas as ruas, reumático, cristão, com mulher e filhos a sustentar, doente, velho e desesperado.

O polícia averbou de memória o rosário – rapou dumas algemas sólidas: Pst... Buiça as mão do wene.

- “O scamarada, dizia Pedro agonizante, tenho a baixa, caderneta limpa! Tive uma medalha averbada no papel e a placa empenhada na cantina. Ai We! Scamarada. “Eu sou d’Angolá, não sou daqui”...

Pois sim mas anda lá – murmurou o Sherlock Holmes fechando com estalido os machos...

Nesta altura da narração Pedro tirou do bolso um lenço encarnado e porco de monco. Limpou comovido os lábios secos de cólera...

- Um antigo soldado algemado, enxovalhado!

- “Eu pensei, sr. Jornalista, em me queixar ao Quartel General”...

- Ora! A pensar morreu um burro – retorquimos – e, sugestionados pelo monco do lenço, lembramo-nos do autor da Lei...

As algemas não estavam previstas é um facto, mas aquele defensor da integridade do território for a realmente ofendido por coisa de pouca monta.

É sempre um fado isto de a gente ser justiceiro...

“Mas afinal, ó Pedro, que é que queria o gumana?

- Queria a chapa.

- E porque não tirou v. a chapa?

Então Pedro, a quem julgávamos ver confundido apelar para a razão suprema: a falta de pecúnia que torna tanta gente indígena, sorriu e lançou esta pergunta: Mas eu estou em Lourenço Marques por vontade minha?

?...

- Sim eu estou aqui porque não me deram passagem para a minha terra. Saí de minha terra porque fui apanhado de noite, amarrado com cordas, metido na Fortaleza e depois a bordo de um navio sujo; e aos pontapés da sorte aqui estou. Porquê me pedem chapa se eu não sou residente voluntário desta cidade? Mandem-me embora que lhes ficarei eternamente grato”.

Ora vejam lá o critério do sr. Pedro!...

Verdade, verdade, o dilema é bem mais bicudo que o sr. Pedro de Macedo com a sua defesa ao projecto de empréstimo aos alfandegários...

E com certeza ninguém se vai apiedar do antigo soldado que foi preso por não

ter chapa. Apele , ó Pedro, para o Conselho do Governo. Salta um projecto de portaria a emprestar do cofre do Estado aos desempregados para a compra de chapa...

CHICO DAS PEGAS

A CHAPA MONCÁDICA...

Por enquanto não há outra lei; vigora a mesma e como é da boa educação acatar as leis vigentes, nós recomendamos sempre, a tal respeito, que o remédio é aguentar e cara alegre...

Esta mesma resposta demos à consulta do sr. Pedro, cidadão d'Angola, ex-defensor da Pátria, voluntário apanhado a laço numa rua de Luanda em 1895, quando a Pátria aflita abria os braços e bredava pelos seus filhos.

Contou-nos o sr. Pedro que, uma noite, farto de implorar proteção e Justiça à estátua de Salvador Correia de Sá Benevides (a única coisa em Angola, diz ele, que mantém o mesmo equilíbrio e firmeza) contra as perseguições de que era vítima, se deitara num banco entregando-se nos braços de Morfeu.

Vai daí passou um ... quita inoportuno que o sono perturbou... engatado ele como voluntário para ir a Lourenço Marques matar landins.

Este foi o exórdio com que entrou o sr. Pedro.

Depois contou os martírios e as mágoas porque passou:

— Nesta altura, tocados de vega reminiscência poética dos bons tempos da mocidade, atalhamos o loquacíssimo angola: "Olá, Pedro amigo: anda de contos tristes - já o bardo da "Judia" dizia a propósito:

"Durmas: não vejas o martírio, as mágoas,
que eu conto às água e não digo a Deus"...

Isto claro, como V. percebe, Pedro, foi para evitar massada à "Judia". Salta em claro portanto, essa parte trágica da história, e vamos ao que interessa.

Ele : então contou:

Servira como melhor soubera a Pátria. Matara alguns landins com certeza - tanto tiro dera para o monte - e depois de muitos anos deram-lhe a baixa. Tinha anos dados e feridas recebidas - Mas ainda podia andar; e o seu desejo foi voltar à terra; mas negaram-lhe a passagem esse ano. Ainda lhe fizeram gastar assim um par de botas em consecutivas marchas e contra-marchas a saber do ditoso dia em que a Justiça do Rei lhe daria a passagem para ir acabar os seus dias a bebericar cachaça nas sanzalas de sua terra.

Gastou botas inutilmente... Os anos passaram e passagem... nunca mais houve.

Depois decidiu ficar. Arranjou mulher. A preta pariu logo um par de negrinhos d'uma vez. Passou a andar descalço.

Umás atrás de nutras vieram variadíssimas complicações e o gajo ficou definitivamente. E agora então com uma dor reumática no joelho.

Sucedeu porém que outro dia um gumana (policia) lhe perguntou pela chapa.

O Pedro imediatamente declinou a sua identidade: antigo servidor da pátria - filho de boas famílias - senhor de todas as ruas, reumático, cristão, com mulher e filhos a sustentar, doente, velho e desempregado.

O policia averbou de memória o rosário - rapou dumas algemas sólidas. Pst... Buiça as mão do wene.

- "O scamarada, dizia Pedro agonizante..tenho a baixa, caderneta limpa. Tive uma medalha averbada no papel e a placa empenhada na cantina. Aí wa scamarada. "Eu sou d'Angola, não sou daqui"..."

Pois sim mas anda lá - murmurou o Sherlock Holmes fechando com estalido os machos...

Nesta altura da narração Pedro tirou do bolso um lenço encarnado e parcou de manco. Limpou comovido os lábios secos de cólera...

Um antigo soldado algemado; enxovalhado!

"Eu pensei, sr. Jornalista, em me queixar ao Quartel General"...

- Ora! a pensar morreu um burro - retorquimos - e, suggestionados pelo monco do lenço, lembramo-nos do autor da Lei...

As algemas não estavam previstas é um facto, mas aquele defensor da integridade do território fora realmente ofendido por coisa de pouca monta.

É sempre um fado isto de a gente ser justiceiro...

"Mas afinal, ó Pedro, que é que queria o gumana?"

- Queria a chapa.

- E porque não tirou v. a chapa?

Então Pedro, a quem julgávamos ver confundido apelar para a razão suprema: a falta de pecúnia que torna tanta gente indigna, sorriu e lançou esta pergunta: Mas eu estou em Lourenço Marques por vontade minha?

?...

- Sim eu estou aqui porque não me deram passagem para a minha terra. Saí de minha terra porque fui apanhado de noite, amarrado com cordas, metido na Fortaleza e depois a bordo de um navio sujo; e aos pontapés da sorte aqui estou. Porque me pedem chapa se eu não sou residente voluntário desta cidade? Mandem-me embora que lhes ficarei eternamente grato".

Orá vejam lá o critério do sr. Pedro!...

Verdade, verdade, o dilema é bem mais bicudo que o sr. Pedro de Macedo com a sua defesa ao projecto de empréstimo aos alfandegários...

E com certeza ninguém se vai apiedar do antigo soldado que foi preso por não ter chapa. Apele, ó Pedro, para o Conselho do Governo. Salta um projecto de portaria a emprestar do cofre do Estado aos desempregados para a compra de chapa...

CHICO DAS PEGAS

in "O Africano"; ano V, nº 307, 27/03/15, p. 1.

O Africano, nº 9
14 de Julho de 1909, pag. 1

“Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão”

Ao Ex.mo Sr.
Intendente da Emigração

Dizem as más linguas que um subordinado de V. Ex.^a, em Ressano Garcia está fazendo *coisas do arco da velha*, proesas dignas d'um senhor do seculo XVI, re edição sem originalidade alguma dos barbaros tempos da Inquisição. Que, emfim, este sinistro personagem, serventuario de Estado, usa e abusa do cargo que exerce! Ora o peor Ex.mo Sr., é que não é lenda: não é, como no «Barbeiro de Sevilha» a conhecida aria da calumnia. Aqui é um facto presenciado por muita gente e que eu estampo no papel publico para que tã inclito varão veja os seus feitos glorificados pela imprensa e para que V. Ex.^a - se tiver vagar para isso - dê a divida recompensa a tão prestimoso cidadão.

Destaco d'entre muitos, este caso que define o homem:

N'um dia do mez de junho d'este anno da Graça, regressou de Johannesburg um preto de nome Matume ou Chomane do regulado de Tumundo, «induna» Pepeto. Este preto foi acusado perante o sr. fiscal, de ter roubado a uns outros pretos. Não houve prova, não se tratou mesmo d'isso.

O sr. fiscal, Almeida e Sila, sentindo lá dentro do seu ser uns restos apagados de Torquemada, o inquisidor, ordenou, de cima da sua auctoridade de chefe, que se algemasse o bruto roubador; e elle mesmo fiscal, rondando a victima, e calculando como os antigos negreiros a quantidade de golpes de cavallo-marinho que aquelle animal aguentaria, ajudou a amarrar as mãos do bandido atraz das costas e a mettel-o n'um quarto. Ahi, cofiando o bigode, muito digno e muito serio, com voz pausada ordenou aos auxiliares Manoel, João e Faz-Tudo que tomassem conta d'aquelle faccinora e tivessem sempre os cavallo-marinhos promptos e lesto. Torneou ainda em volta do condemnado e estacando de repente com uma ideia feliz, impoz ao patife a obrigação de estar *toda a noite equilibrado n'um pé só, com as mãos atraz das costas* - recommendando aos auxiliares que «todas as vezes que o malandro pousasse os dois pés no chão lhe d'essem para baixo um chuveiro de bordoadas». Os auxiliares, cuspindo nas mãos, affagaram os cabos dos chicotes, e o preso sentiu logo o pezo das pancadas mandadas applicar em nome da Lei!

Pois se o canalha não confessava!

Toda a noite o misero gemeu a cada golpe de chicote por que lhe era impossivel equilibrar-se com um pé no ar, a escorrer em sangue. S. Ex.^a durante a noite, não confiando muito na fidelidade dos auxiliares, veio de casa, pé ante-pé, espreitar, vêr... E lá viu o bruto algemado, gemendo, ganindo, rolando pelo chão, cheio de sangue, debaixo de uma verdadeira chuva de cavallo-marinho, n'aquella noite memoravel de 4 de junho, da era de Christo!

Um dos auxiliares tinha na mão uma palmatoria; e cada vez que a besta pousava a pata dava-lhe com ella na barriga da perna! Repetiu-se aquillo do filho que chora porque a mãe bate e a mãe que bate porque o filho chora.

Altas horas da noite, um revisor do Caminho de Ferro, não podendo dormir com o barulho infernal que a besta – tonta de tanta pancadaria fazia – levantou-se indignado e foi inquerir: Responderam-lhe, de dentro da casa dos tormentos, que eram ordens... que era a justiça; era a Lei lá da casa, da Emigração! E a tragedia continuou!

Estou certo de que V. Ex.^a desconhecia esta caso, esta barbaridade. V. Ex.^a não conhece a sua gente, não sabe com quem está metido. Não se é digno só pelo facto de se ser careca como o tal Silva.

Mas, o mais curioso, Ex.mo Sr., é que no dia seguinte, alguém fez constar em Ressano Garcia, que faria chegar uma queixa ao sr. dr. Delegado e, - oh malandrice de negro! – o preso, o tal agemado e sequestrado, fugira, desaparecera... e o sr. fiscal nunca mais soube d'elle!... Astucia de preto... Ora o canalha!

V. Ex.^a está a comprehendêr que ninguem viu fugir o preto, não é verdade?

*
* *

Outro caso que quero trazer a publico, e a V. Ex.^a pois de repugnante que é o meu raciocinio recusa-se a acreditar que seja de V. Ex.^a conhecido, são os bilhetes de repatriação que os indigenas compram na fronteira, em Ressano Garcia.

Depois das formalidades do costume, os agentes da W. N. L. A., impingem, (é o termo) aos pretos, os bilhetes do Caminho de Ferro e do vapor para o Chai-Chai por um processo deveras engenhoso: Quantos são os do Chai-Chai? – Quantos os de Inhambane? – Cada um dos pretos dá ao inglez (que faz este serviço nas barbas do fiscal) uma libra em ouro. Sabe V. Ex.^a quanto paga um preto no Caminho de Ferro? *Tres shillings!* A «Empresa do Limpopo cobra por cada preto para o Chai-Chai, *oito shillings* á W. N. L. A. e *dez shillings* aos particulares!

Sabe V. Ex.^a para onde vae a differença de *nove shillings* que sobram de *onze*? Nem eu!

Nove shillings por cabeça é quanto ganha a emigração por cada miseravel que volta do *Rand*, escalavrado, farto de ser explorado por todo um bando de aventureiros que enxameiam a Africa! *Nove shillings!*

Eu, por muito que queira acreditar em toda a gente, repugna-me a acreditar na perfeita ignorancia d'este facto, uma vez que sei que na propria repartição e os proprios empregados do Governo, pagos pela nação, já venderam aos pretos, bilhetes de embarque por conta da W. N. L. A.!

É um tanto brutal dizer-se isto, mas, para tranquillidade de todos nós – tristes filhos d'um paiz vendido – é bom que lá fóra reprecuta o grito angustiado d'um povo que soffre, que vê por toda a parte malfeteiros, bandidos sem fé nem Lei, esmoendo, á sombra da indifferença dos Governos, os fartos proventos de tanta pouca vergonha, de tanta infamia.

Indague V. Ex.^a da verdade do que relato: Indague V. Ex.^a do paradeiro d'um auxiliar que fugiu para Johanesburg por não poder cumprir as ordens do sr Almeida e Silva... E depois de V. Ex.^a ter indagado *tudo* é bom ficar na intelligencia de que'inda assim, ficará muito áquem da verdade.

São aos centos os casos que aqui ficam na carteira á espera da vez, porque, também, graças aos Almeidas e Silvas e outros desavergonhados, são ás centenas os pretos que se queixam de tudo isto que já féde.

JOÃO ALBASINI

"Tal em casa de seu sogro costuma estar o villão"

An. Ex.^{mo} Sr.
Intendente da Emigração

Dizem as más linguas que um sub-bordado de V. Ex.^a, em Rossano Garcia está fazendo coisas de arco da velha, proesas dignas d'um senhor do século XVI, re edição sem originalidade alguma dos barbudos tempos da Inquisição. Que, enfim, este stáistr. personagem, serventuario de Estado, usa e abusa do cargo que exerce! Ora o peor Ex.^{mo} Sr., é que não é lenda: não é, como no «Barbeiro de Sevilha» a conhecida aria da escumoiá. Aqui é um facto presenciado por muita gente o que eu estampo ao papel publico para que tão inclito varão veja os seus feitos glorificados pela imprensa e para que V. Ex.^a — se tiver vagar para isso — dê a divida recompensa a tão prestimoso cidadão.

Destaco d'entre muitos, este caso que define o homem:

N'um dia do mez de junho d'este anno da Graça, regressou de Johannesburg um preto de nome Ntume ou Chomane do regulado de Tunundo, «indunas» Pepelo. Este preto foi accusado perante o sr. fiscal, de ter roubado a uns outros pretos. Não houve prova, não se tratou mesmo d'isso.

O sr. fiscal, Almeida e Silva, sentindo lá dentro do seu ser uns restos apagados de Turquemada, o inquisidor, ordenou, de cima da sua auctoridade de chefe, que se algemassem o bruto roubador; e elle mesmo fiscal, roddando a victima, e calculando como os antigos negreiros a quantidade de golpes de cavallo-marinho que aquelle animal aguentaria, ajulou a amarrar as mãos do bandido atraz das costas e a metter-o n'um quarto. Ahi, coiffado o bigode, muito digno e muito serio, com voz pausada ordenou aos auxiliares Manoel, João e Faz. Tudo que tomassem conta d'aquelle facinora e tivessem sempre os cavallos-marinhos promptos e lesto. Torneou ainda em volta do condemnado e estacado de repente com uma ideia feliz, toda a noite equillbrado n'um pé só, com as mãos atraz das costas — recommendando aos auxiliares que «todas as vezes que o malandro pousasse os dois pés no chão: lhe d'essem para baixo um chuveiro de bordoadas». Os auxiliares, cuspidos nas mãos, atagaram os cabos do chicote, e o preto, ao ouvir logo o pizo do puzem, mandadas applicadas com a mão de ferro.

Pois se o canihão não contava a cada golpe de chicote, por que lhe era impossivel equilibrar-se com um pé no ar, a escorrer em sangue. S. Ex.^a durante a noite, não contendo muito na fidelidade dos auxiliares, veio de casa, pé ante-pé, espreitar, ver... E lá viu o bruto algemado, gemitendo, gacindo, rolando pelo chão, cheio de sangue, debaixo de uma verdadeira chuva de cavallo-marinho, d'aquella noite memoravel de 4 de junho, da era de Christo!

Um dos auxiliares tinha na mão uma palmatoria; e cada vez que a beeta pousava a pata dava-lhe com elle na barriga da perna! Respondo aquillo do fisco que sobre o mesmo caso não sabe mais nada do que se passou n'os dias de então.

Altas horas da noite, um velho do Caminho de Ferro, cdo podendo ser visto ao q' os olhos infernaes q' a besta — tanto de noite como de dia — levanta-se em silencio, para não empurrar. Responder-me, de dentro da casa dos tormentos, que eu não sei... que era a primeira vez que se viu lá da casa, da Emigração! E a tragedia continuou!

Estou certo de que V. Ex.^a desconfiecta este caso, esta barbarrada. V. Ex.^a não conhece a sua gente, não sabe com quem está metido. Não se é digno só pelo facto de se ser careca como o tal Silva.

Mas, o mais curioso, Ex.^{mo} Sr., é que n'um dia seguinte, alguém fez o castigo em Rossano Garcia, que faria chegar uma queixa ao sr. dr. Delegado e — oh malandrinco de negro! — preso, o tal algemado e sequestrado, fugira, desaparecera... e o sr. fiscal nunca mais soube d'elle!... Astucia de preto!... Ora o canihão!

V. Ex.^a está a comprehender que ninguém viu fugir o preto, não é verdade!

Outro caso que quero trazer a publico, e a V. Ex.^a pois de repugnante que é o meu raciocinio recusa-se a acreditar que seja de V. Ex.^a conhecido, são os bilhetes de repatriação que os indigenas compram na fronteira, em Rossano Garcia.

Depois das formalidades do costume, os agentes da W. N. L. A., impingem, (e o termo) aos pretos, os bilhetes do Caminho de ferro e do vapor para o Chu-Chai por um processo deveras enganoso: Quantos são os do Chu-Chai? — Quantos os do Johannesburg? — Qual a quantidade de pretos dá ao indigena que faz este serviço, nas barbarradas de cá? Um bilhete por quem? Sabe V. Ex.^a que n'um par de annos, n'um Caminho de ferro, foram shillings 200 a Empresa do

Emprego, cobra por cada preto que o Chu-Chai, oito shillings a W. N. L. A. e dez shillings aos particulares! Sabe V. Ex.^a para onde vai a differença de nove shillings que sobram de onze? Não eu!

Nove shillings por cabeça é quanto ganha a Emigração por cada miseravel que volta do Rand, escravado, farto de ser expellido por todo um bando de aventureiros que matariam a Africa! Nove shillings!

Eu, por muito que quero acreditar em toda a gente, repugna-me a acreditar na perfeita ignorancia d'este facto, uma vez que sei que a propria repartição e os proprios empregados do Governo, pagos pela União, já venderam aos pretos, bilhetes de embarque por conta da W. N. L. A.!

Eu, em tanto, tenho a certeza de que os pretos são d'uma natureza muito sensível — e bom que se seja — ao preto angustiado d'um povo que sofre, que vê por toda a parte malfeitores, bandidos sem fé nem Lei, empoeando, á sombra da indifferença dos Governos, os factos preventos de tanta pouca vergonha, de tanta infamia.

Indague V. Ex.^a da veridade do que relato; indague V. Ex.^a do paradeiro d'um auxiliar que fugiu para Johannesburg por não poder cumprir as ordens do sr. Almeida e Silva... E depois de V. Ex.^a ter indagado tudo é bom ficar na intelligencia de que ainda assim, ficará muito á queir da verdade.

São aos centos os casos que aqui ficam na carteira á espera da voz do sr. fiscal, porque os Agentes da Emigração, não sabem mais nada do que se passou n'os dias de então.

João Manoel

O Africano, nº 12
05 de Setembro de 1909, pag. 1

Deus e o meu direito

Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Governador Geral da Provincia de Moçambique, Alfredo Augusto Freire de Andrade.

Meu senhor!

No plenissimo uso do direito que me confere a Carta Constitucional no seu § 3.º do artigo 145.ª, de comunicar por palavras ou por escripto, este recorte de jornal que, não sendo para mim absolutamente desconhecido veio, no entanto, apressar a resolução por mim tomada, de tornar publico o facto por elle narrado, para o que aguardava, sômente, as informações seguras de um amigo residente em S. Thomé.

Eu sou pouco de pasmos porque nasci aqui e, em verdade, n'esta minha terra onde o desaforo assentou arraiaes, não ha já motivos novos que me façam abrir a boca assombrado, ou mesmo espantado. Mas, desta vez confesso que foi que foi além da minha espectativa. É demais!

Eis aqui, meu senhor, o que diz o jornal de S. Thomé, *Equatorial* n.º 9 (22) de 10 de agosto:

Crnto e tantos moçambicanos contractados com a roça S. João dos Angolares, apresentaram-se ha dias na Curadoria a protestar contra o facto, só agora do seu conhecimento, de terem os seus contractos sido feitos por 3 annos, quando o prazo que lhes tinha sido proposto e por elles accete era de um.

Negavam-se, poisso, a continuar ao serviço da roça e exigiam a sua repatriação.

Dava-se, porém, o caso de lhes faltarem ainda vinte e tantos dias para completar o primeiro anno, e o sr, Curador impoz-lhes o regresso á roça, tendo, para isso, de recorrer á força armada, em vista da resistencia que elles, na sua quasi totalidade, oppuzeram.

Não sabemos que orientação s. ex.ª o Curador seguira na liquidação d'este incidente, e sinceramente acreditamos que por igual respeitará os direitos do patrão e dos serviçaes, e terá na merecida consideração os importantissimos interesses d'esta provincia, nos quaes não poderá deixar de ter grande influencia a sua decisão.

Ma principalmente por estes, no cumprimento do nosso dever de patriota, tornado indeclinavel pela missão que nos impuzemos de pugnar por tudo que interesse o bem geral, tomamos a liberdade de lembrar a s. ex.ª:

- que ninguem pode acreditar que os moçambicanos, acostumados com estão a contractarem-se só por um anno para trabalhar ali a dois passos, em região entre gentes suas conhecidas, calissem em fazel-o por um prazo tres vezes maior para uma terra longinqua aonde vinham pela primeira vez;

- que, assim, são de acreditar as suas declarações, e logicamente deve concluir-se que o agente contractador os illudiu, na intenção provavel de fazer concorrência aos seus colegas; e isto tanto mais crível quanto seja certo que só esse agente envia contractados por mais de um anno, havendo-os não só por tres, mas até por quatro e por cinco, se é verdade o que se diz;

- que n'estes termos, não só os muitos moçambicanos que já trabalham n'esta ilha, a inteiro contento dos patrões, tendo conhecimento do que se passa (como sem duvida alguma terão em breve, se é que o não teem já) deixarão de trabalhar com aquella vontade e aproveitamento proprios do

trabalho livre, mas, uma vez repatriados, não voltarão cá, nem deixarão de fazer a maior propaganda contra a emigração para estas paragens;

- que taes factos serão em breve do conhecimento dos Hurtt Cadbury e que estes os aproveitarão para a campanha que ha tanto nos movem;

- que tudo isto e muito mais que fica por dizer agravará a má situação d'esta colonia, que tanto carece de braços;

- e que, poisso, a repatriação d'esses cento e tantos homens que reclamam a sua liberdade pelo cumprimento de um contracto que acceitaram confiantes na palavra dos portuguezes que lh'o propuseram, deve fazer-se immediatamente ao terminar o seu primeiro anno de serviço;

- porque, assim, esses que protestam e reclamam irão dizer que se um outro portuguez pode prevaricar, as auctoridades portuguezas fazem respeitar a boa fé dos contractos e os direitos do mais humilde que se acolha á protecção da lei.

- Mas se s. ex.ª, com um escruplo que respeitamos, não quizer assumir a responsabilidade d'este proceder, tem o governo central a quem constlar.

Mas *telegraphicamente* ... que a resolução do incidente não é para delongas.

Job.

Nojento não é verdade, Excellencia?

Mas o facto é absolutamente verdadeiro; esses moçambicanos passaram por aqui n'um vapor portuguez caminho de S. Thomé. Passaram confiados na palavra de quem os contractou sr. Pinto Bastos.

Esses pretos iriam conscientemente para S. Thomé pelo triplo do tempo por que costumam ir para o Transvaal e *para ganharem menos do que ganham no Transvaal?*

Não é crível.

Tenho, portanto, de admitir, bem contra a minha vontade, estas duas hypotheses: Que aqui em Lourenço Marques ninguém investigou, ou quiz saber do texto dos contractos e da sua legalidade, ou, que tendo sido revistos e achados correctos em Lourenço Marques foram, depois, caviliosamente raspados os dizeres, datas e prazos.

De qualquer modo, porem, senhor meu, fica a nodoa que se não apaga do desleixo n'uns e a infamia nos outros, os das raspadeiras...

Como tudo isto anda, meu senhor!

O que a mim me causa dó é ser só V. Ex.ª a olhar por tudo a attender a tudo e a ouvir e providenciar por todos, quando ha repartições com pessoal, regimento, pago para zelar pelo bom nome portuguez e olhar para os interesses dos indigenas que são tambem portuguezes e parcelas de Portugal, da patria que é mãe e que cada vez se desmembra mais!...

Que novo desaforo, que nova vergonha é esta? O desleixo, incuria ou negkigencia vae a ponto de não se olhar para os miseraveis pretos que são contractados sem o minimo escrupilo, e que são metidos a bordo de um paquete, á mercê de gente sem moral, sem a minima noção do dever de respeitar contractos?

E ainda *dizem que o preto não quer trabalhar!*

...«E depois foi preciso que o sr. Curador, em S. Thomé, *recorresse á força armada* para conseguir que os moçambicanos voltassem para a roça!» Foi preciso espancar, castigar, talvez algemar gente inoffensiva que ia reclamar contra uma violação de direitos, um abuso criminoso d'alguem que, aproveitando-se da sua, d'elles, ignorancia, lhes fez firmar um contracto onde eram vilmente enganados! E é assim, meu senhor, que entre os indigenas, o prestigio do nome portuguez é vão; é assim que de norte a sul o portuguez é um desconceituado!...

.....

Espirito eminentemente justo como V. Ex.^a é, não pode deixar de castigar taes abusos porque V. Ex.^a portuguez como sabe ser, ha-de sentir o horror da situação ao vêr que sobre Moçambique *sopram ventos nefastos* que levantam tempestades de areia, que formam montanhas pavorosas, capazes de soterrar a bandeira das quinas que, ora, tremula no mastro da Capitania!

Excellencia! O indigena da provincia de Moçambique precisa de soccorro contra tanto vilão! Não pode mais com o *engenho de tanto moiro*...

E, intrepertando o sentir de toda uma população que geme e soffre martyrios estranhos, direi como o grande Epico nacional que disse aquella verdade de que entre os portuguezes tem havido alguns traidores:

Se esse gesto que mostras claro e ledó,
De pai o verdadeiro amor assolla,
Acude, e corre pai; que, se não corres,
Póde ser que não aches quem soccorres.

JOÃO ALBASINI

Deus e o meu direito

111, 112 e 113 Sr. Conselheiro Honoravel
Geral da Provincia de Moçambique, Alameda
Augusto Freixo de Andrade

Meu senhor!

No pleiissimo uso do direito que me confere a Carta Constitucional no seu § 3.º do artigo 113.º, de communicaçao por palavras ou por escripto os meus pensamentos, trago, por escripto, este recorte de jornal que, não sendo para mim absolutamente desconhecido veio, ao entanto, apressar a resolução por mim tomada, de tornar publico o facto por elle narrado, para o que aguardava, somente, as informações seguras de um amigo residente em S. Thomé.

Eu sou pouco do pasmos porque nasci aqui o, em verdade, n'esta minha terra onde o desaforo) assentou errataes; não ha já motivos novos que me façam abrir a boca assombrado, ou mesmo espantado. Mas, desta vez confesso que fui além da minha expectativa. E de mais!

Eis aqui, meu senhor, o que diz o jornal de S. Thomé, *Esportivo* n.º 9 (22) de 10 de agosto:

Cento e tantos moçambicanos contractados com a roca S. João dos Angolares, apresentaram-se ha dia 24 Curadoria a protestar contra o facto, e agera do seu conhecimento, de terem os seus contractos sido feitos por Lando, quiz o preço que lhes tinha sido proposto e por elles arreite era de um.

Negaram se, porisso, a continuar ao serviço da roca e exigiam a sua repatriação.

Dava-se, porém, o caso de lhes faltarem ainda vinte e tantos dias para completar o primeiro anno, e o sr. Curador impoz-lhes o regresso á roca, tendo, para isso, de recorrer á força armada, em vista da resistencia que elles, na sua quasi totalidade, oppuzeram.

Não sabemos que orientação a. ex.º o Curador seguiu na liquidação d'este incidente, e sinceramente acreditamos que por igual respeitara os direitos do patrão e dos serviaes, e terá na merecida consideração os importantissimos interesses d'esta provincia, nos quaes não poderá deixar de ter grande influencia a sua decisão.

Mas principalmente por estes, ao eu oprimimento do nosso dever de patriota, tornado indeclinavel pela razão que nos impuzemos de pugnar por todo que interesse o bem geral, tomamos a liberdade de lembrar a. ex.º:

— que ninguém pode acreditar que os moçambicanos, acostumados como estão a contractarem-se só por um anno para trabalhar ali a dois passos, em regido entre gentes suas conhecidas, cabissem em fazel-o por um prazo tres vezes maior para uma terra longinqua donde vinham pela primeira vez;

claracões, e ingenuamente deve concluir-se que o agente contractador os illudiu, na intenção de fazer conceberem nos seus olhos legas; e isto tanto mais crível quanto é certo que só esse agente havia contractado por mais de um anno, havendo-se, ali, e por tres, mas até por quatro e por cinco, se é verdade o que se diz:

— que n'estes termos, não só os muitos moçambicanos que já trabalham n'esta ilha, e talvez contento dos patrões, tendo conhecimento do que se passa (como seria devida alguma larca em breve, se é que o não terem já) deixardo de trabalhar com aquella vontade e aproveitamento proprio do trabalho livre, mas, uma vez repatriados, não voltaram cá, nem deixardo de fazer a maior propaganda contra a emigracão para estas paragens;

— que taes factos terão em breve do conhecimento dos Hurr e Cadbury e que estes os aproveitarão para a campanha que ha tido aos movem;

— que todo isto e muito mais que lica por dizer agravará a má situação d'esta colonia, que tanto carece de braços;

— e que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

— que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

— que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

— que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

— que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

Ninguém não o verdade, Excellecia!

Mas o facto é absolutamente verdadeiro, e os moçambicanos tornaram por aqui n'um tempo portuguez camuflado de S. Thomé. Passaram confiantes na palavra de quem os contractou sr. Pinto Bastos.

Esses protos iriam consentaneamente para S. Thomé pelo triplo do tempo, por que costumam ir para o Transvaal e para *makham* menos do que ganham no Transvaal?

Não é crível.

Tenho, portanto, de admitir, bem contra a minha vontade, estas duas hypotheses: Que aqui em Lourenço Marques ninguém investigou, ou quiz saber do texto dos contractos e da sua legalidade, ou, que tendo sido revistos e achados correctos em Lourenço Marques foram, depois, casualmente raspados os dizeres, datas e prazos.

De qualquer modo, porém, senhor meu, lica a noção que se não apaga do desleixo n'uns e a infamia nos outros, os dos rapa lousos...

— que, porisso, a repatriação d'esses cento e tantos homcaes que realizem e sua libertação pelo cumprimento de um contracto que socollaram confiantes as palavras dos portuguezes que h'o propuzeram, deve fazer-se.

Que nova desaforo, que nova vergonha é esta? O desleixo, incuria ou negligencia vai a ponto de não se olhar para os miseraveis pretos que são contractados sem o minimo escrupulo, e que são metidos a bordo de um paquete, a mercê de gente sem moral, sem a minima noção do dever de respeitar contractos!

E ainda dizem que o preto não quer trabalhar!

... E depois foi preciso que o sr. Curador, em S. Thomé, recorre ao *force armado* para conseguir que os moçambicanos voltassem para a roca! Foi preciso espancar, castigar, talvez algemar gente innocensiva que ia reclamar contra uma violação de direitos, e n'abuso cruenissimo d'alguem que, aproveitando-se da sua, d'ellas, ignorancia, lhes fez firmar um contracto onde eram vilmente enganados! E é assim, meu senhor,

que n'este os indigenas, o prestigio do nome portuguez não é assum que de norte a sul o portuguez e um desconhecido...

Espírito eminentemente justo como V. Ex.º é, não pode deixar de castigar taes abusos porque V. Ex.º portuguez como sabe ser, ha-de sentir o horror da situação ao vêr que sobre Moçambique *vapram ventos nefastos* que levantam tempestades de areia, que fornam montanhas pavorosas, capazes de soterrar a hmadeira das quinas que, ora, tremula no mastro da Capitania!

Excellecia! O indigena da provincia de Moçambique precisa de soccorre contra taute vilão! Não pode mais com o *engenho de tanto molro*...

E, inteprelando o sentir de toda:

... e inteprelando o sentir de toda:

Se esse gesto que amargura o peito do pai o vendidouro amor assado...

O Africano, nº 217
23 de Maio de 1914, pag. 3

UM SENADOR!

Na Roma dissoluta, na Roma dos Césares ... -, mas perdão, não se trata de povos e civilizações já mortas – é de coisas dos nossos tempos, de há dias.

No Consulado do Sr. Dom Fuas apareceu uma formidável guedelha, assaz casposa que se tornou notada. A guedelha passeava com S. Exa. . Era tenor? Era músico, o das melenas? Era apenas doutorado na ciência de Galeno a guedelhuda cabeça que assentava, por convicções e identificação em um corpo de Senador de Portugal.

Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar de soro novo o gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigôr?

Como pilar das Instituições viria o Senador ilustre dar umas tinturas de legislação e colher elementos para traçar com mão perita a rota que houvesse de seguir esta nau das tormentas?

Ao que vinha a senatorial gaforina que passeava meditabunda de braço dado com Dom Fuas?

Sua Exa. passeava cogitando certamente em graves problemas de administração, apoio ao poderoso amigo ...

À força de não compreender aquele ser misterioso, acabei por bater na testa: S. Exa. era um génio viajando incógnito! – Assim o fantaseiei, assim o tolerou a minha esquentada e visionária imaginação.

Um dia porém, o ídolo das minhas semi-perlimpim-pescas locubrações revelou-se-me apenas Senador autêntico, engajador de pretos para S. Tomé e senhor de uma cabeleira e moral sebentas! ...

Ora sebo! ...

De gaforina casposa e ar de Catão o que o sujeito era afinal era um grande gajo – como se diz em calão – Com aqueles ares de génio incompreendido tratava-se apenas de iludidor de pretos e iludindo a fiscalização, levar, estabelecer a emigração para a Ilha do Príncipe, contra a expressa determinação da Lei que proíbe a emigração para aquela Ilha onde grassa a doença do sono!

E como se sabe:

Foram encontrados a bordo do “Africa” 40 pretos que seguiam clandestinamente para o Príncipe!

Ora o Senador!

Mas o meu herói torna-se agora cada vez mais romântico...

Depois da descoberta do feito que honra o país que tem tais senadores, o meu herói, com as lágrimas nos olhos, apertou ao peito amigo o Fuas correligionário e ... quanto a esperar pelo beberete disse que não tomava nada... Preferiu a glória do renome que lhe havia de render o joguinho descarado, o movimento silencioso e significativo de ... "passar as palhetas" nos carris bem ensebados do S.A.R.!

O recurso dos valentes ainda é ... um wagon cómodo a caminho da Europa ...

Aguardemos agora o que S. Exa. dirá no Senado, nesse seio Augusto onde piam os Pais da Pátria. Colando ao lombo da humanidade deveres, leis, coisas que têm o superior valor de ser subscritas pelo punho de Senadores negreiros.

Viva a pandega ... e mais aquilo que sabemos ...

CHICO DAS PEGAS

In "O Africano", nº217, 23.05.14, ano IV

Pag. 3

17

UM SENADOR!

Na Roma dissoluta, na Roma dos Césares ... - mas perdão, não se trata de povos e civilizações já mortas - é de coisa dos nossos tempos, de há dias.

No Consulado do Sr. Dom Fuas apareceu uma formidável guedelha, assaz casposa que se tornou notada. A guedelha passeava com S. Exa. Era tenor? Era músico, o das melenas? Era apenas doutorado na ciência de Galeno a guedelhuda cabeça que assentava, por convicções e identificação em um corpo de Senador de Portugal.

Ao que vinha o mágico capiloso? Injectar de soro novo o gasto organismo da Província? Insuflar vida nova, saúde, vigor?

Como pilar das Instituições viria o Senado ilustre dar umas tinturas de legislação e colher elementos para traçar com mão perita a rota que houvesse de seguir esta nau das tormentas?

Ao que vinha a senatorial gaforina que passeava meditabunda de braço dado com Dom Fuas?

Sua Exa. passeava cogitando certamente em graves problemas de administração, apoio ao poderoso amigo ...

A força de não compreender aquele ser misterioso, acabei por bater na testa: S. Exa. era um génio viajando incógnito! - Assim o fantasiei, assim o tolerou a minha esquentada e visionária imaginação.

Um dia porém, o ídolo das minhas semi-perlímpim-pescas locubrações revelou-se-me apenas Senador autêntico, engajador de pretos para S. Tomé e senhor de uma cabeleira e moral sebentas! ...

Ora sebo! ...

De gaforina casposa e ar de Caçõo o que o sujeito era afinal era um grande gajo - como se diz em calão - Com aqueles ares de génio incompreendido tratava-se apenas de iludidor de pretos e iludindo a fiscalização, levar, estabelecer a emigração para a Ilha do Príncipe, contra a expressa determinação da Lei que proíbe a emigração para aquela Ilha onde grassa a doença do sono!

E como se sabe:

Foram encontrados a bordo do "Africa" 40 pretos que seguiam clandestinamente para o Príncipe!

Ora o Senador!

Mas o meu herói torna-se agora cada vez mais romântico.

Depois da descoberta do feito que honra o país, que tem tais senadores, meu herói, com as lágrimas nos olhos, apertou ao peito o amigo oculto correlligio. Mário é... quanto a esperar pelo bebereite disse que não tomava nada. Preferiu a glória do renome que lhe havia de render o joguinho descarado, o movimento silencioso e significativo de "... "passar as palhetas" nos carris bem ensebados do S.F.A.R.!

O recurso dos valentes ainda é ... um wagon cómodo ^a caminho da Europa ...

Aguardemos agora o que S. Exa. dirá no Senado, nesse seio Augusto onde clamam os Pais da Pátria. Colando ao lombo da humanidade deveres, leis, coisas que têm o superior valor de ser subscritas pelo punho de Senadores negreiros.

Viva a bandeira ... e mais aquilo que sabemos

CHICO DAS PEGAS

... in: "O Africano", nº217, 23.05.14; ano IV

... pag. 3

O Africano, nº4
24 de Abril de 1909, pag. 1

Bem Vindo!

Ill.mo e Ex.mo Sr. Governador Geral Freire d' Andrade.

Dizem os papeis publicos, diz a taboleta official que V. Ex.a vem a caminho de Lourenço Marques a bordo do vapor «Africa». Eu acredito piamente – porque acredito em toda a gente – e tambem porque vejo um palaquim armado na ponte dos passageiros e porque vejo grandes perparativos para a festa da recepção de V. Ex.a e a praça 7 de Março illuminada.

Dizem mais, senhor, que V. Ex.a traz muito dinheiro para varias obras urgentes, que vamos, emfim, nadar em fartura.

E, como lhes cheira a dinheiro já andam pressurosos escovando farpellas, para serem os primeiros a estenderem o *bacalhau* a V. Ex.a!

É um facto, pois, que V. Ex.a volta a reassumir o governo da Provincia de Moçambique.

Eu sigo a maxima da velha de Ciracusa quando foi aquillo do tyranno Dionisio: *antes V. Ex.a que o seu sucessor...* E, porque sei que V. Ex.a conviveu com Antonio Ennes, o estadista illustre que, ainda hoje, faz pasmar d'admiração e assombro a gente corrupta que impera em Africa. – Tão grande foi em tão curto espaço de tempo! – ousou esperar que V. Ex.a regressa cheio de bôa vontade de acertar, de fazer uma sabia administração, sacudindo, com nojo, os elementos nocivos que o rodearam da primeira vez.

Permitta Deus que V. Ex.a me não dê razões para amargas decepções.

Eu, um colonial, não-me deixo deslumbrar por fogos de vistas, musicas e festas. Não me interessa senão a bôa administração porque eu sou filho d'esta desgraçada provincia, porque eu quero o meu paiz em prosperidade.

Em primeiro lugar, pois, devo fallar da minha gente, dos meus patricios. Estão cada vez mais desgraçados vão de mal a peor... Contos largos!

Cmo coisa mais urgente direi a V. Ex.a que tenho queixas de *uma horda vil de malfeitos* que são os *presos* das circunscrições de Inhambane.

São presos por delictos mais ou menos legaes, mais ou menos justificaveis? Não discuto: São leis. Mas Ex.mo Sr., estes presos que são acorrentados e obrigados a trabalhos violentos, debaixo das ordens de *brancos* mais abjectos do que elles pretos, não se queixam do martyrio, das pancadas injustificadas e do trabalho gratuito (contra a determinação de V. Ex.a).

Elles queixam-se, sómente, da fome que os enfraquece e mata... Estes presos Ex.mo Sr., não teem comida da administração ou commendo, *porque não ha verba para isso*, e são obrigados a comerem de casa!...

V. Ex.a que conhece muito bem a Africa, sabe que em questões de comida o indigena não é mesquinho: que vae de bôa vontade uma *caravana de gente*, de Quissico a Inhambane com 2 kilos de milho cosido para sustento de um vago parente preso a 150 kilometros de distancia...

Mas, V. Ex.a comprehende, tambem, que a enorme distancia de 120 kilometros que vae de Coguno a Maxixe acaba por cansar a maior dedicação, e que basta uma doença ligeira, um impedimento de 8 dias do parente livre, para matar á fome o misero que jaz sob ferros d'El-Rei em Maxixe ou na villa...

Um povo tão generoso que gasta rios de dinheiro em receber galhardamente um gallego que tão grosseiramente revebeu um Principe de Portugal, não pode nem deve matar á fome esses desgraçados.

Não é justo, não é de christão «castigar os que erram» e «não dar de comer aos que teem fome!»

Eu, Ex.mo Sr. nunca tinha pensado que em paiz que se presume de civilisado, alguem ousasse negar comida a um preso! *Pão e páu* foi sempre o que ouvi dizer em casa do meu avô que tinha escravos... *Trabalho gratis e fome*, Ex.a confesso que é a primeira vez que ouço, depois que ha tanto humanitarismo e tanta religião.

A humanidade cominha para a perfeição? Duvido Ex.mo Sr. e duvido justamente por esta barbaridade inconcebivel n'este seculo: Preso acorrentado e sem direito á razão!?

Lonhge de mim a idéa de perturbar a degestão de V. Ex.a com lamurias e queixas d'uma canalha abjecta, prima co-irmã da herva que nasce expontanea nos montes e pantanos! Peço unicamente que V. Ex.a considere, entre o perú e o *champagne* do banquete que a cidade lhe vae offerecer, a triste situação d'aquelles desgraçados presos de Inhambane, presos e obrigados a trabalhos gratis e alimentando-se á custa das familias que vivem a 150 kilometros, e que andam dias seguidos para trazerem ao seu oarente preso, uma pouca de papa de milho!

Para evitar este estado de coisas, estas reclamações, acho de toda coneveniencia Ex.a matar-se, a tiro, essa *cambada* de pretos, visto que o Estado não tem verba para a sustentar...

Viva V. Ex.a!
23 - 4 - 09

JOÃO ALBASINI.

Bem Vindo!

III.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.
Governador Geral
Freire d' Andrade.

Dizem os papeis publicos, diz a taboleta official que V. Ex.^a vem a caminho de Lourenço Marques a bordo do vapor «Africa». Eu acredito piamente — porque acredito em toda a gente — e tambem porque vejo um palaquim armado na ponte dos passageiros e porque vejo grandes preparativos para a festa da recepção de V. Ex.^a e a praça 7 de Março illuminada.

Dizem mais, senhor, que V. Ex.^a traz muito dinheiro para varias obras urgoes, que vamos, emfim, nadar em fartura.

E, como lhes cheira a dinheiro já andam pressurosos escovando farpellas, para serem os primeiros a estenderem o *bacalhau* a V. Ex.^a!

E' um facto, pois, que V. Ex.^a volta a reassumir o governo da Provincia de Moçambique.

Eu sigo a maxima da velha de Ciracusa quando foi aquillo do tyranno Dionisio: antes V. Ex.^a que o seu successor... E, porque sei que V. Ex.^a conviveu com Antonio Ennes, o estadista illustre que, ainda hoje, faz pasmar d'admiração e assombro a gente corrupta que impeira em Africa. — Tão grande foi em tão curto espaço de tempo! — ousou esperar que V. Ex.^a regressa cheio de boa vontade de acertar, de fazer uma sábia administração, sacudindo, com nojo, os elementos nocivos que o rodearam da primeira vez.

Permitta Deus que V. Ex.^a me não dê razões para amargas decepções.

Eu, um colonial, não-me deixo deslumbrar por fogos de vistas, musicas e festas. Não me interessa senão a boa administração porque eu sou filho d'esta desgraçada provincia, porque eu quero o meu paiz em prosperidade.

Em primeiro lugar, pois, devo falar da minha gente, dos meus patricios. Estão cada vez mais desgraçados vão de mal a peor... Cozinhos largos!

Como coisa mais urgente direi a V. Ex.^a que tenho queixas de uma horda vil de malfeteiros que são os presos das circumscripções de Inhambane.

São presos por delictos mais ou menos legaes, — mais ou menos justificaveis? Não discuto: São leis. Mas Ex.^{ma} Sr. estes presos, que são acorrentados e obrigados a trabalhos violentos, debaixo das ordens dos brancos, mais abjectos do que elles, presos, não se queixam do martyrio da prisão, do martyrio da vida de trabalho, (contina a terminar a V. Ex.^a)

Elles queixam-se sómente da fome que os esfraquece e mata... Estes presos Ex.^{ma} Sr., não tem comida da administração ou commendo, porque não ha verba para isso, e são obrigados a comerem de casa!...

V. Ex.^a que conhece bem a Africa, sabe que em questões de comida o indigeia não é mesquinho: que vai de boa vontade uma caravana de gente, de Quissico a Inhambane com 2 kilos de milho cosido para sustento de um vago parente preso a 150 kilometros de distancia!...

Mas, V. Ex.^a comprehende, tambem, que a enorme distancia de 120 kilometros que vai de Coguno a Maxixe acaba por causar a maior dedicação, e que basta uma doença ligeira, um impedimento de 8 dias do parente livre, para matar á fome

o numero que jaz sob terras d'Inhambane.

Um povo tão generoso, que gasta os seus dinheiros em receber generosamente um gallego que tão grosseiramente recebeu um Principe de Portugal, não pode nem deve matar á fome esses desgraçados.

Não é justo, não é de christão castigar os que erram e não dar de comer aos que tem fome!

Eu, Ex.^{ma} Sr. nunca tui pensado que em paiz que se presume de civilisado, alguém ousa-se negar comida a um preso! Pôr e pôr foi sempre o que ouvi dizer em casa do meu avô que tui escravo... *Trabalha gratis e fome*, Ex.^a confesso que é a primeira vez que ouço, depois que ha tanto humanitarismo e tanta religião.

A humanidade caminha para a perfeição? Duvido Ex.^{ma} Sr. e duvido justamente por esta barbaridade inconcebivel neste seculo: Preso acorrentado e sem direito á razão!...

Longe de mim a idéa de perturbar a legestão de V. Ex.^a com injurias e queixas d'uma canailha abjecta, prima co-irmã da herva que nasce espontanea nos montes e pantanos! Peço unicamente que V. Ex.^a considere, entre o peru e o *champagne* do banquete que a cidade lhe vai offerecer, a triste situação d'aquelles desgraçados presos de Inhambane, presos e obrigados a trabalhos gratis e alimentando-se á custa das familias que vivem a 150 kilometros, e que andam dias seguidos para trazerem ao seu parente preso, uma pouca de papa de milho!

Permitta-me o estado de coisas, estas reclamações, acho de toda a conveniencia Ex.^a matar-se, a tiro, essa cambala de pretos, visto que o Estado não tem verba para a sustentar...

Viva V. Ex.^a
193-4-90.
João Anastasio

O Africano, n.º 10
31 de Julho de 1909, pag. 1

Alma do Diabo!

Ill.mo e Ex.mo Sr.
Conselheiro Governador Geral.

Mais uma vez attonito e confuso venho depôr aos pés de V. Ex.^a, com a expressão do maior respeito, uma reclamação contra o que eu acho um attentado á lei, um insulto monstruoso á Constituição Laboral do paiz, cujo anniversario passa, justamente hoje.

O caso que, á primeira vista, parece trivial, encontrei-o hoje no *Guardian*, no extracto das sessões do Conselho do Governo de que V. Ex.^a é mui digno presidente e ven a ser este:

Em seguida foram approvadas as seguintes propostas do sr. Eduardo Saldanha:

Alterando o numero 6 do artigo 36º para o pagamento ao indigena ser feito em qualquer especie de moeda corrente;

Eliminando o nº 10 que dispunha não poder o indigena ser castigado corporalmente; o numero 12 do mesmo artigo que estabelecia não poder o indigena ser empregado em serviço extranho áquelle que tiver sido fixado no contracto; e o artigo 38º para ser nomeado pela auctoridade um capataz com o unico fim de dirigir e vigiar os indigenas contractados quando em numero de mais de 50 e ser pago pelo requisitante.

Merece particular attenção este assumpto do Regulamento de trabalho indigena e não deve ser com animo leve que se devem decretar medidas tão graves.

V. Ex.^a ha de permittir que, fazendo fé unicamente pelo que li no referido jornal, eu seoare e comente cada um dos artigos:

Aquelle pagamento em qualquer moeda corrente, Ex.^a, com quanto não pareça coisa de muito valor, tem os seus inconvenientes:

1.º Pagar em notas aos pretos, que não conhecem o valor do papel.

2.º Pagar em cobre, que torna o dinheiro uma carga encommoda.

3.º Pagar em *shillings*, para elles perderem 2 *shillings* na conversão da prata para libra

em ouro.

Mas, emfim, n'este artigo, a medida proposta e approvada só lesa a algibeira...

A outra – a eliminação do artigo 10.º essa Ex.^a brada aos céus!

Castigos corporaes n'ete seculo só por distração se approvam. Estabelecer a lei de bater, juro a V. Ex.^a que nunca me tinha passado pela mente, nunca tinha visto – apesar de ter visto muita coisa n'esta Africa que cada vez se torna mais interessante.

Ficou, ao menos estabelecido o delicto que deva merecer tal castigo? Foi escolhido o instrumento de supplicio? É o cavallo-marinho, o pau, o ponta-pé, o murro, ou é ao gosto de cada executor a arma? Talvez o genial auctor da proposta ande, mexeriqueiro e de khaki seboso, elaborando uma tabela de *delictos e varadas!*

A outra emenda, a do n-º 12 é uma chave d'ouro que fecha brilhantemente aquellas joias do saber humano.

Excellencia!

Estou fallando com muita sinceridade e não veja V. Ex.^a n'este dizer ligeiro politica nem má vontade: a emenda sahiu peor que o soneto.

Sab V. Ex.^a o que póde muito bem succeder, um bello dia, com o tal regulamento?

S – contracta 48 pretos para cultivar a machamba. Na machamba de S – este quer que um seja cosinheiro e os outros creados, lavadeiros, carpinteiros, sapateiros. Elles não sabem nada d'estes misteres. O que faz o *mulungo*? Applica o codigo...

.....

Aos pés de V. Ex.^a.

JOÃO ALBASINI

Alma do Diabo!

III.ª e Ex.ª S.ª
Couselheiro Governador Geral.

Mais uma vez attonito e confuso venho de pôr aos pés de V. Ex.ª, com a expressão do maior respeito, uma reclamação contra o que eu a li com attenção á lei, um insulto monstruoso á Constituição liberal da pátria cujo anniversario passa, justamente hoje.

O caso que, á primeira vista, parece trivial, encontrei-o hoje no *Gazetian*, no extracto das sessões do Conselho do Governo de que V. Ex.ª é um digno presidente e com a seguinte:

Em seguida foram approvadas as seguintes propostas do sr. Eduardo Saldanha.

A respeito do numero 6 do artigo 10.º sobre o pagamento ao indigena ser feita em qualquer especie de moeda corrente.

Eliminação do n.º 10 que dispensa ao poder o indigena ser castigado e ao n.º 11 do mesmo artigo que ao indigena não poder o indigena ser empregado em serviços extrahido aquelle que tiver sido preso em contacto; e o artigo 12.º para ser applicado pela autoridade um capataz com o qual não de dirigir e vigiar os indigenas quando em numero de mais de 20 e ser pago pelo requisitante.

Merece particular attenção este assumpto do Regulamento de trabalho indigena e não deve ser com animo leve que se devem decretar medidas tão graves.

V. Ex.ª ha de permittir que, fazendo fé unicamente pelo que n.º 1 referido jornal, eu seure e comento cada um dos artigos:

Aquelle pagamento em qualquer moeda corrente, Ex.ª, com quanto não pague coisa de muito valor, tem os seus inconvenientes:

- 1.º Pagar em notas aos pretos, que não conhecem o valor do papel.
- 2.º Pagar em cobre, que torna o indigena uma carga escominhada.
- 3.º Pagar em shillings, para elles perderem 2 shillings na conversão da prata para libra em ouro.

Mas, enfim, n.º este artigo, a medida proposta e approvada só lesa a alibi-

Alibi...

10.º e a Ex.ª...
Os artigos e...
por distração...
lecer a lei do bater, juro a V. Ex.ª que nunca me tinha passado pela mente, nunca tinha visto — apesar de ter visto muita coisa n.º esta Africa que cada vez se torna mais impropria...

Ficou, ao menos estabelecido o delicto que deya merecer tal castigo? Foi escolhido o instrumento do supplicio? E o cavallo-marinho, o pau, o ponta-pé, o murro, ou á no gosto de cada executor a arma? Talvez o genial auctor da proposta ande, mexeriqueiro e de linha, sabendo, elaborando uma tabella de *difficuldades e variadas!*

A outra emenda, a do n.º 12 é uma chave d'ouro que fecha brilhantemente aquellas joias do saber humano.

Excellencia!
Estou fallando com muita sinceridade e não veja V. Ex.ª d'este fazer ligeiro politica nem má vontade; a a emenda sahio peor que o artigo.
Sabe V. Ex.ª o que pôde custar bem succeder, um boiido dia, com o tal regulamento?

8 — contracta 48 pontos para cultivar e mocharbo. Na machambra de 5 — este quer que um seja coucheiro e os outros credos, lavadeiras, carpilheiros, sapateiros. Elles não sabem nada d'estes misteres. O que faz o *malungu!* Applica o codigo,

O Africano, n°4
24 de Abril de 1909, pag. 2

O vinho colonial

Um estrangeiro meu amigo, que por aqui passou em dezembro ultimo, perguntou-me a bordo do vapor «Feldmarschall» «que qualidade de delicto tinham commettido umas mulheres negras que elle vira n'aquelle dia, um domingo, trabalhando em capinagem de ruas, sob o olhar vigilante dos auxiliares?»

Eu, um tanto véxado – mas com muita dignidade, respondi: São umas vadias, umas perdidas apanhados nas cantinas da cidade ébrias de vinho que Portugal exporta com fartura ... Umas bebedas!

O meu amigo edificado calcou uma insolencia por delicadeza para comigo e lamentou que se permittisse a venda do vinho a pretos, como pretexto para arranjar quem, de graça, limpasse as ruas...

Eu ia, verboso e argumentador, a fulminar o homem temerario que ousavahasquear da nossa administração, do nosso systema colonial... Mas, nisto o vapor apitou pela 3ª vez e eu em lugar das palavras de justa indignação que me enchiam o peito, não tive remedio: dei o abraço de despedida áquelle bandido!

Hoje recordo aquelle episodio e, concordando com o tal meu amigo, tenho um vago receio de que aquelle sujeito nos desacredite lá for a, fazendo crer que nas colonias portuguezas a civilisação é uma descarada mentira e que a venda do vinho é um embuste de que nos servimos para apanhar gente para os trabalhos publicos.

Em plena cidade baixa, avenida Paiva Manso e Avars Cabral, predio Andrade e outros, todos os dias das 6 da manhã as 9 da noite, gosa, o habitante de Lourenço Marques, este espectaculo gratuito e divertido:

*
* *

Bandos de mulheres são apanhadas de noite ou de dia, nas cantinas, e presas, condemnadas a trabalhos publicos porque tendo bebido o nectar *delicioso* do Poço do Bispo, - vulgo vinho colonial – e sentido os *salutares* effeitos da mixordia, sahem dos tascos quasi núas, desafiando os transeunentes, insultando quem não acóde á chamada, vomitando palavrões n'uma promiscuidade repugnante com pretos nojentos, chaguentos e idiotas da bebedeira e moleques vadios que frequentam aquelles antros fazendo côro, gritando coisas torpes a que passa, de dentro ou for a da cantina, sob o olhar grato do cantineiro, branco, monhé ou china, que contempla o crescer da desmoralisação atravez do fumo do cigarrinho, contando placos, em cima do balcão ensebado e negro como a sua propria alma!

São presas por vadias. Muito bem.

«Não vá algum leitor de for a da provincia suppor que estes horrores se passam no mato, lá longe, nos dominios dos cafres. Não senhor, passam-se cá dentro da cidade, na cidade baixa, onde domina a raça branca, onde ha policia, jornaes, luz electrica,

trail weys etc. Todo o habitante da cidade vê d'estas scenas todos os dias, a toda a hora.»

Depois, pretos e pretas, tendo bebido até exgotarem o ultimo vintem vão, os que escapam á garra do *auxiliar*, cambaleando cantando obscenidades, caminho de casa onde dormem a descançar o corpinho para novas delicias no dia seguinte. E dormem. Dormem sem jantar na maioria dos casos, porque a negra tendo perdido o dia e o dinheiro na cantina, não tem que dar de comer ao marido nem aos filhos.

O marido, dissipado o fumo da bebedeira, exige da negra a *punga* para confortar o estomago combalido. A negra faz então este grande, este obominavel sacrificio: ou leva a pé firme uma bôa meia duzia de cacetadas do esposo irado e faminto, ou vae prostituir o corpo, para arranjar uns vintens para o pão, sardinhas e... o litrito do vinho colonial!... E, porque o vicio pode muito, já ha preto que não quer outro modo de vida... Não trabalha... bebe e vive do dinheiro que a negra arranja no giro pelas cantinas – *Cópia fielmente do branco d'un que ha.*

O cantineiro tendo creado esta situação, quer tirar d'ella o maximo proveito e por isso facilita a torpêsa. Um benemerito!

Que bandalheira!

Mas o governo é providente, e seria realmente um crime não pôr cobro á tanta pouca vergonha. O governo, reconhecendo que não pode prejudicar os pobres cantineiros e principalmente os fabricantes do Poço do Bispo – coitados! Honestos obreiros da civilização – limitou-se a crear o corpo dos *auxiliares*, para o principal e moralizador fim de prender os pretos e pretas que se embebedarem com o *vinho* vendido pelos cantineiros...

É um remedio um pouco chinez, mas para pretos serve...

Sómente nos ocorre dizer que nem sempre esses auxiliares obram com criterio e justiça.

Não satisfazem.

O auxiliar *macua* odeia os *landins* e outras raças. Revestido d'autoridade espanca, sempre que pode, com razão ou sem ella, os *landins* que encontra ao alcance do cavallo-marinho. O auxiliar *landim* procede, por vingança, da mesma forma quando se trata do *macua* dilinquente.

Quando se trata de prender mulheres, então, são raras as vezes em que não exhorbitam!

Amores mal correspondidos, excitam a vaidade do auxiliar a ponto de, esquecendo que é autoridade, abusar d'ella, prendendo como vadias, varias creaturas, creadas, lavadeiras etc. sob o pretexto de as ter encontrado na cantina. É necessario pôr cobro a estes abusos dos auxiliares, quanto antes; O auxiliar com taes regalias é um disparate é um perigo.

Não nos consta que a frequencia da cantina seja um crime. As cantinas estão abertas para esse effeito. Um povo moralizador, digno e decente, não começaria por prender as vadias e prostitutas que alli fossem encontradas; um governo decente, composto de sujeitos que se não importassem com os votos da proxima legislatura, prohibiria terminantemente, aqui em Africa, o uso do vinho, e outras mixordias.

Não ha n'esta terra – nunguem nos convença, intuitos moralisadores, vontade de poupar a vida do preto, quando se permite em plena Avenida Francisco Costa, uma *drogaria*, com barris á roda do barracão, promptos a receber a droga venenosa para consumo...

Ninguem vê aquella estrumeira?

Lérias, cantigas...

Uma gente tão rispida, tão moralisadora como nós que fazemos trabalhar aos domingos as pobres negras que cometeram o delicto de se deixarem envenenar pelo nosso *Vinho Colonial*, devia ser muito escrupulosa tão bem em castigar o que por ahi se faz. Esta é a verdade!

Os cantineiros usando da *indiferença* do governo a que nós chamamos *crime*, vão prosperando, vão ganhando terreno; e já querem um prostibulo na Malanga; amanhã farão novas exigencias!

JOÃO ALBASINI

23.4.09.

O Africano, nº 407
11 de Março de 1916, pag. 1

INDEMNIZAÇÃO DE PALHOTAS NO XAI-XAI

O Governo é senhor de uma preciosa lei pela qual são obrigados todos os concessionários que de “comum acordo” com os indígenas residentes na concessão e que queiram sair dela a pagar-lhe libra e meia por palhota vulgar, sem violência nem barulho.

O Governo é igualmente senhor de uma Estação Experimental no Xai-Xai que foi instalada num sítio onde havia justamente muitas palhotas.

O Governo, porém, que põe e dispõe – pelo verbo precioso da sua Inspeção de fazenda – dos destinos pecuniários dos povos, começou a fazer negaças quanto a pagar para os indígenas se mudarem do local escolhido no Xai-Xai.

Pagar? Ora essa! Então era preciso pagar? O Governo também?...

E fez-se um processo devidamente numerado, com os respectivos autos de recebimento e entrega e sobre a indemnização desenvolveu-se complicada chicana, sujou-se imenso papel com larachas em que vieram naturalmente a baila Proudhoum sobre a teoria da propriedade, Allan Kardeo sobre o adejamento dos espíritos na pinha dos governos, Pedro Kropotkine, sobre a conquista do pão, Max Nordeau e as suas mentiras convencionais, Máximo Gorki, Tolstoi, o Kaizer e a Imperatriz Maria Eugénia.

Só esqueceu citar Gungunhana que quando prometia dava quer fosse boi, quer fosse uma zagaiada...

Enfim no chicaníssimo processo “dizem-se coisas que são mesmo um pasmo” sobre a teoria da vida; e naturalissimamente fala-se muito de patriotismo e da prioridade de filiação nas hostes avançadas, na Sarah de Mattos e nos adiantamentos da Casa Real! E os pretos à espera da “massa” prometida, lá longe, em Gaza.

A folhas promoveu o douto tencionante que libra e meia por palhota era taxa só para se exigir aos “paisanas”, mas que o Estado não “embarcava nesse bote”... porém que o Estado havia de pagar – Quando e quanto não disse.

E o homem da promessa aos pretos lá no Xai-Xai arregalando cada vez mais os enormes olhos enfiado: “Mas quem me mandou ser tanço”?... E a Secretaria dos Negócios Indígenas “vunva que vunva na varrigan da vurra” e ela, moita carrasco!

Os pretos ainda lá estão de cócoras à porta do “mulungo” da Estação Experimental, no Xai-Xai, à espera de ver cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter “milandos”.

Debalde. Já está no auge! Fervilha a papelosa...

Na grata ocupação de esperar, sempre que o “mulungo” assoma à janela ou transpõe a porta da casa, logo se erguem braços respeitosos: bayete! – E luzem olhos esperançados: “Ai rica garrafa de sópe; é agora o momento”...

Mas pelo vale fertilíssimo do Limpopo ecoa de “mahala” a vozeria dos narros dando “bayetes”; o rio corre tranquilo... Depois como o “mulungo” lhes fala na virtude da mansidão e da paciência e lhes lê estrofes de Camões sobre a coragem dos Alguquerquees terribles, e lhes mostra, em frente, como é bonito ver no prado pachorrentos bois lavrando, eles lá se aquietam, resmungando que aquele “disco” já é estafado; fungam rapé e esperam. Lá estão e lá estarão. Alguns já teem filhos; netos virão a ter porque tudo pode “assuceder” menos arrancar da Fazenda o cumprimento de uma promessa trocada em dinheiro, “indas” que o céu crie batatas.

E é caso para dizer ao bem intencionado que se comprometeu com os pretos: “Agora agarra lá essa vaca”... “diz-se que” já começa a sentir vergonha dos pretos que noite e dia estão de cócoras à porta do Snr. Diretor da Estação Experimental para lhe dar os “Bayete” e perguntar-lhe por “aquela coisinha”... e que não saem de lá.

Sempre estão c’uma febre...

Olhem que se não se abaixam vem aí as “tinembas” e senão apresentam a libra vão esperar junjidos a alguma charrua por falta de pagamento de imposto.

E agora então que o querem loirinho ou 7\$000 reis – É “canja”...
É que só vocês não devem faltar às promessas...

CHICO DAS PEGAS

In “O Africano”, 407 de 11/3/16, p. 1

INDEMNIZAÇÃO DE PALHOTAS NO XAI-XAI

O Governo é senhor de uma preciosa lei pela qual são obrigados todos os concessionários que de "comum acordo" com os indígenas residentes na concessão e que queiram sair dela a pagar-lhe libra e meia por palhota vulgar, sem violências nem barulho.

O Governo é igualmente senhor de uma Estação Experimental no Xai-Xai que foi instalada num sítio onde havia justamente muitas palhotas.

O Governo, porém, que põe e dispõe - pelo verbo precioso da sua Inspeção de Fazenda - dos destinos pecuniários dos povós, começou a fazer negociações quanto a pagar para os indígenas se mudarem do local escolhido no Xai-Xai.

Pagar? Ora essa! Então era preciso pagar? O Governo também?...

E fez-se um processo devidamente numerado, com os respectivos autos de recebimento e entrega e sobre a indemnização desenvolveu-se complicada chicana, sujou-se imenso papel com larachas em que vão examinar naturalmente a baila Proudhom sobre a teoria da propriedade, Allan Kardec sobre o adejamento dos espíritos na pinha dos governos, Pedro Kropotkin sobre a Bónquista do pão, Max Nordeau e as suas mentiras convencionais, Maxim Gorki, Tolstoi, o Kaizer e a Imperatriz Maria Eugénia.

Só esqueceu citar Gungunhana que quando prometia dava o que quer fosse um boi, quer fosse uma zagaiada...

Enfim no chicaníssimo processo "dizem-se coisas que são mesmo um pão mo" sobre a teoria da vida; e naturalissimamente fala-se muito de patriotismo e da prioridade de filiação nas hostes avançadas, na Sarah de Mattos e nos adiantamentos da Casa Real! E os pretos à espera da "masse" prometida, lá longe, em Gaza.

A folhas promoveu o douto tencionante que libra e meia por palhota era taxa só para se exigir aos "paisanes", mas que o Estado não "embarcava nesse bote"... porém que o Estado havia de pagar - Quando e quanto não disse.

E o homem da promessa aos pretos lá no Xai-Xai a regalar cada vez mais os enormes olhos enfiado: "Mas quem me mandou ser tal coisa da Secretaria dos Negócios Indígenas? Vouva que vouva da vaca-ga... ela, moita carrasco!"

Os pretos ainda lá estão de cocoras à porta do "mulungo" da Estação Experimental, no Xai-Xai, a espera de ver cumprir, pela primeira vez, uma promessa sem meter "milandos".

Debalde... já está no auge! Fervilha a pepelosa...

Na grata ocupação de esperar, sempre que "o mulungo" assoma à janela ou transpõe a porta da casa, logo se erguem braços respeitosos; bayete! — E luzem olhos esperançados: "Ai rica garrafa de sópe; é agora o momento"...

Mas pelo vale fertilíssimo do Limpopo ecoa de "mahala" a vozearia dos narros dando "bayetes!"; o rio corre tranquilo... Depois como o "mulungo" lhes fala na virtude da mansidão e da paciência e lhes lê estrofes de Camões sobre a coragem dos Alguquerquez terribles, e lhes mostra, em frente, como é bonito ver no Prado pechorrentos bois lavrando, eles lá se aquietam, resmungando que aquele "disco" já é estafado; fungam repê e esperam. Lá estão e lá estarão. Alguns já tem filhos; netos virão a dar porque tudo pode "assuceder" menos arrancar da fazenda o cumprimento de uma promessa trocada em dinheiro; "indas" que o céu crie batatas.

É caso para dizer ao bem intencionado que se comprometeu com os pretos: "Agora agarra lá essa vaca"... "diz-se que" já começa a sentir a vergonha dos pretos que noite e dia estão de cocoras à porta do Sr. Diretor da Estação Experimental para lhe dar os "bayetes" e perguntar-lhe por "aquela coisinha"... e que não saem de lá.

Sempre estão c'uma febre...

Olhem que se não se abaixem vem aí as "tinembas" e senão apresentam-se a esperar junjidos a alguma charrua por falta de pagamento de imposto.

E agora então que o querem loirinho ou 75000 reis — é "canja"...

E que só vocês não devem faltar às promessas...

CHICO DAS PEGAS

CURRICULUM VITAE

1. DADOS BIOGRÁFICOS

- **Nome: Juvenal Bucuane**
- **Filiação: Luís Bucuane e Elisa Marquele**
- **Data de nascimento: 23 de Outubro de 1951**
- **Naturalidade: Xai-Xai**
- **Nacionalidade: Moçambicana**
- **B.I.: 110057918C, emitido pelo Arquivo de Identificação de Maputo, em 31 de Março de 2000**
- **Estado Civil: Casado**

2. FORMAÇÃO

2.1 ACADÉMICA

- **1958/1964 – Ensino Primário: Escola Primária S. Miguel Arcanjo do Bairro popular da Munhuana - Maputo**
- **1971 – Ciclo Preparatório: Escola Preparatória Joaquim de Araújo - Maputo**
- **1975/92 – Ensino Secundário: Liceu Normal Cinco de Outubro e Escola Nacional de Aeronáutica - Maputo**

- 1993/95 – Ensino Médio (Pré-Universitário): Escola Secundária Francisco Manyanga
- 1996/2001 – Frequência do Ensino Superior: Universidade Eduardo Mondlane – Curso de Linguística – V Ano

2.2 OUTRA FORMAÇÃO

- 1990/1992 – Curso de Língua Francesa – IV Nível: Instituto de Línguas de Maputo
- 1988/1989 – Curso de Língua Inglesa – IV Nível: Centro de Formação Industrial

CURSOS

- 1988 – Técnicas de Chefia: Centro de Formação Industrial
- 1996 – 1997 – 1998 – IX, X, XI Cursos de História da Literatura Portuguesa, organizados pela Faculdade de Letras da UEM e pelos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal e Centro Cultural Português-Instituto Camões
- 1997 – Curso de Estudos Portugueses - 62º Curso de Verão: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- 1997 – III Curso de Literaturas Africanas, organizado pelo Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras da UEM

3. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

DE DOCÊNCIA

- 1968/1971 – 1974/1976 – Professor Primário na Escola Primária S. Miguel Arcanjo do Bairro Popular da Munhuana – Maputo

PROFISSIONAL

- 1985/87 – Técnico de Relações Públicas, afecto à Direcção Geral da PETROMOC
- 1987/2001 - Chefe de Serviço Administrativo, afecto à Direcção de Administração e Finanças da PETROMOC
- 2001 – Editor Chefe do PETRO NOTÍCIAS, órgão de Comunicação Social interno da PETROMOC

3. OUTRAS

- 1972/(...) - Escritor e Poeta (6 livros publicados: 2 em prosa e 4 em poesia)
- 1982/(...) – Membro da Associação dos Escritores Moçambicanos
- 1984/85 - Coordenador Principal da Revista Literária CHARRUA na Associação dos Escritores Moçambicanos.
- 1987/89 – 1993/94 Membro do Secretariado da Associação dos Escritores Moçambicanos
- 1991/93 – Coordenador da página literária *Ler e Escrever* do jornal *Domingo*
- 1998/(...) – Administrador do FUNDAC (Fundo Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural)
- 1999/(...) – Presidente-Adjunto da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Escritores Moçambicanos

5. LÍNGUAS

- Perfeito domínio da Língua Portuguesa falada e escrita
- Perfeito domínio das línguas Ronga e Changana faladas e razoavelmente escritas
- Razoável conhecimento das línguas Inglesa e francesa

4. CONTACTO

Rua Dr. Redondo, Nº52 – 1º Andar

Maputo

Tel.:424663

Ou

PETROMOC S.A.R.L.

Praça dos Trabalhadores,9

Maputo

Tel.:427191/7 – Geral

Tel.:421494 – Directo

Fax: 430181

Maputo, Agosto de 2001